



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE LETRAS - IL
DEPARTAMENTO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS E TRADUÇÃO - LET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA -
PGLA

**Mediação, Vozes e Algoritmos:
Uma Perspectiva Dialógica e Sociocultural sobre o Letramento Digital
Crítico na Produção Acadêmica com o auxílio do ChatGPT**

WESLEY ANDRADE MESSIAS

Brasília – DF
2025

WESLEY ANDRADE MESSIAS

**Mediação, Vozes e Algoritmos:
Uma Perspectiva Dialógica e Sociocultural sobre o Letramento Digital
Crítico na Produção Acadêmica com o auxílio do ChatGPT**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de concentração: Linguagem, Práticas Sociais e Educação.

Linha de Pesquisa: Língua, cultura e sociedade.

Orientador: Prof. Dr. Fidel Armando Cañas Chávez

Brasília – DF
2025

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Messias, Wesley Andrade

Mm

Mediação, Vozes e Algoritmos: Uma Perspectiva Dialógica e Sociocultural sobre oLetramento Digital Crítico na Produção Acadêmica com o auxílio do ChatGPT/ Wesley Andrade Messias; orientador Prof. Dr.Fidel Armando Cañas Chávez. Brasília, 2025.
155 p.

Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada)
Universidade de Brasília, 2025.

1. Letramento digital crítico. 2. ChatGPT. 3. Inteligência Artificial . 4. Produção de texto acadêmico. 5. Linguística Aplicada. I. Chávez, Prof. Dr. Fidel Armando Cañas, orient. II. Título.

WESLEY ANDRADE MESSIAS

**Mediação, Vozes e Algoritmos:
Uma Perspectiva Dialógica e Sociocultural sobre o Letramento Digital Crítico na
Produção Acadêmica com o auxílio do ChatGPT**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Departamento de Línguas Estrangeiras e Tradução da Universidade de Brasília, na área de concentração "Linguagem, Práticas Sociais e Educação" e linha de pesquisa "Língua, cultura e sociedade", como requisito para a obtenção do título de Mestre em Linguística Aplicada.

Defendida e aprovada em Brasília, 24 de abril de 2025.

Banca examinadora formada por:

Prof. Dr. Fidel Armando Cañas Chávez – UnB (Presidente da banca)

Profa. Dra. Ana Emília Fajardo Turbin – UnB (Membro Interno)

Profa. Dra. Nathália Coelho da Silva – SEEDF (Membro Interno)

Profa. Dra. Janaína Soares Alves – UnB (Membro Suplente)

Dedico este trabalho a Deus, cuja luz e sabedoria guiaram cada passo desta jornada. Sua força e inspiração acompanharam-me em cada desafio enfrentado nesta trajetória. À ciência, por resgatar a minha mente e por pautar a minha caminhada por meio do conhecimento.

E à tecnologia, que transforma ideias em realidade, facilitando o caminho para a inovação e o progresso.

Que esta dissertação seja uma contribuição para o avanço do saber e um reflexo da interconexão entre fé, ciência e tecnologia.

AGRADECIMENTOS

A Deus, fonte inesgotável de força, sabedoria e serenidade, dedico os meus mais profundos agradecimentos. Sua presença foi basilar nos momentos de incerteza, minha luz nas adversidades e minha inspiração para seguir. Cada conquista é reflexo de Sua graça e misericórdia em minha vida.

À minha família (Maria, Alciely, Michelly e Tico, meu filho), meu porto seguro, agradeço por todo amor incondicional, apoio irrestrito e paciência ao longo desta jornada. Vocês foram o alicerce que sustentou meus passos e a motivação para que eu persistisse, mesmo quando os desafios pareciam intransponíveis. Seu carinho e compreensão foram, sem dúvida, fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Em especial, ao meu orientador, Prof. Dr. Fidel, expresso minha sincera gratidão pela orientação cuidadosa e pela paciência em guiar cada etapa deste trabalho. Sua sabedoria, incentivo e confiança enriqueceram esta pesquisa, além de moldarem minha postura como sujeito e como acadêmico. Agradeço, especialmente, por aceitar me orientar quando tudo ainda era dúvida, demonstrando dedicação e generosidade, que serão sempre motivo de inspiração para mim. Você vive o que tanto defende. Minha gratidão!

Além do meu orientador, estendo os meus agradecimentos às professoras Dra. Ana Emília Fajardo, Dra. Nathália Coelho e Dra. Janaína Soares, integrantes da banca avaliadora desta dissertação, por suas contribuições indispensáveis. Suas considerações e questionamentos aprimoraram e ampliaram minhas reflexões sobre o tema desta pesquisa. Penso, portanto, que o rigor acadêmico e o compartilhamento de saberes demonstrados por cada uma foram fundamentais para o enriquecimento do meu estudo.

À minha amiga Ane, minha eterna gratidão por sua presença tão marcante em minha vida durante este processo (e antes dele, sobretudo). Você esteve presente quando mais precisei. Sua amizade, apoio e incentivo foram fundamentais para que eu superasse os momentos de dúvida e de dificuldade. Você foi luz em dias sombrios, e sua companhia tornou essa jornada mais leve e repleta de significado, ressignificação e sentido.

Agradeço, grandemente, à pessoa que cedeu seu texto, acreditando no potencial desta pesquisa. Sua generosidade tornou este trabalho possível e reforçou a importância da colaboração acadêmica. Dessa forma, acredito que esta dissertação é um esforço coletivo, construído com confiança, apoio e partilha. Minha profunda gratidão a cada um de vocês por acreditarem em mim e por contribuírem para a concretização deste sonho.

RESUMO

O presente estudo tem como intuito investigar a relação entre inteligência artificial (IA) e produção textual, especialmente a interação entre usuário e o ChatGPT em contexto da escrita acadêmica. Fundamentado na teoria dialógica de Bakhtin e no conceito de letramento digital crítico, o trabalho busca compreender os desafios e impactos do uso dessa tecnologia no ensino de línguas. Neste íterim, o principal objetivo é analisar como o ChatGPT contribui para a produção de texto acadêmico e como o letramento digital crítico pode auxiliar na apropriação reflexiva, crítica e ética dessa ferramenta. Como metodologia, a dissertação adota uma abordagem qualitativa e exploratória, utilizando pesquisa documental e, para analisar os dados, a análise temática (Braun; Clarke, 2006). Ademais, fundamentada na teoria de Lev Vygotsky, especialmente em relação ao conceito de Zona de Desenvolvimento Proximal (ZPD), a investigação explora as relações entre aprendizagem e interação, destacando os processos mediadores no desenvolvimento humano. O *corpus* do estudo consiste em seis textos intermediários gerados a partir da interação usuário-ChatGPT, bem como o texto dissertativo autoral (sem uso de IA) culminante do decorrer desse processo, elaborado por uma mestrande em Linguística Aplicada, vinculada a uma universidade pública localizada na região Centro-Oeste do Brasil. A produção textual em questão, elaborada com o apoio do ChatGPT, utilizado como ferramenta de auxílio na construção do texto, ocorreu com vistas à preparação para um concurso público na área acadêmica de Língua Inglesa. Entre os resultados, esta dissertação destaca que o ChatGPT pode atuar como um instrumento de mediação no aprendizado, auxiliando na formulação de ideias e na estruturação textual. No entanto, a pesquisa ressalta ainda os desafios éticos e pedagógicos envolvidos, como a necessidade de um uso crítico da ferramenta para evitar a mera reprodução de conteúdos sem reflexão. Por fim, o estudo reforça a importância de integrar a formação crítica em IA nos currículos acadêmicos, permitindo que estudantes e professores desenvolvam autonomia e discernimento na utilização dessas tecnologias.

Palavras-chave: Letramento digital crítico; ChatGPT; Inteligência Artificial; Produção de texto acadêmico; Linguística Aplicada.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the relationship between artificial intelligence (AI) and textual production, with a particular focus on the interaction between users and ChatGPT in the context of academic writing. Grounded in Bakhtin's dialogic theory and the concept of critical digital literacy, this research seeks to understand the challenges and impacts of using this technology in language education. The main objective is to analyze how ChatGPT contributes to academic text production and how critical digital literacy can support a reflective, critical, and ethical appropriation of this tool. To achieve these goals, the research adopts a qualitative and exploratory approach, employing document analysis and, for data analysis, thematic analysis (Braun & Clarke, 2006). Furthermore, based on Vygotsky's theory—especially the concept of the Zone of Proximal Development (ZPD)—the study explores the relationships between learning and interaction, highlighting the mediating processes in human development. The corpus consists of six intermediate texts generated through user-ChatGPT interaction, as well as the final authorial essay (produced without AI assistance) resulting from this process, written by a Master's student in Applied Linguistics at a public university in the Central-West region of Brazil. The textual production was developed with the support of ChatGPT, used as an aid in constructing the text in preparation for a public examination in the academic field of English language teaching. Among the findings, this dissertation highlights that ChatGPT can serve as a mediating tool in the learning process, assisting in the formulation of ideas and text structuring. However, the research also emphasizes the ethical and pedagogical challenges involved, such as the need for critical use of the tool to avoid mere reproduction of content without reflection. Thus, this dissertation reinforces the importance of integrating critical AI literacy into academic curricula, enabling students and educators to develop autonomy and discernment in the use of such technologies.

Keywords: Critical Digital Literacy; ChatGPT; Artificial Intelligence; Academic text production; Applied Linguistics.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Categorização dos dados – AT.....	41
Quadro 2 - Análise temática das categorias 1 e 2.....	43
Quadro 3 - Texto em versão final	76

LISTA DE ABREVIATURAS

ADD	Análise Dialógica do Discurso
AT	Análise Temática
IA	Inteligência Artificial
IES	Instituição de Ensino Superior
LA	Linguística Aplicada
LSF	Linguística Sistemico-Funcional
PGLA	Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada
PLN	Processamento de Linguagem Natural
UnB	Universidade de Brasília
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal
ZDPo	Zona de Desenvolvimento Potencial
ZDR	Zona de Desenvolvimento Real

SUMÁRIO

SEÇÃO 1- INTRODUÇÃO	12
SEÇÃO 2 -REFERENCIAL TEÓRICO	18
2.1 SÍNTESE DA SEÇÃO	18
2.2 LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: INTERLOCUÇÃO ENTRE LINGUAGEM E SOCIEDADE	19
2.3 LÍNGUA, LINGUAGEM E PRÁTICAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO (ADD)	21
2.4 O DESENVOLVIMENTO DO CHATGPT E SEUS IMPACTOS NO CAMPO DA LINGUAGEM.....	24
2.5 ABORDAGEM VYGOTSKYANA E A POSSIBILIDADE DE ENTENDER O MUNDO POR MEIO DA MEDIAÇÃO.....	26
2.6 DESDOBRAMENTO DOS LETRAMENTOS: LETRAMENTO DIGITAL CRÍTICO..	28
SEÇÃO 3 - METODOLOGIA.....	32
3.1 SÍNTESE DA SEÇÃO	32
3.2 CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS GERAIS	32
3.2.1 Pesquisa Documental.....	34
3.3 CONTEXTO DA PESQUISA.....	35
3.4 A ÉTICA NA PESQUISA CIENTÍFICA EM CONTEXTO DO USO DA IA	36
3.5 ANÁLISE TEMÁTICA: COMO ANALISAREMOS OS DADOS?	37
3.6 INSTRUMENTOS, PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E CRIAÇÃO DE CATEGORIAS DA PESQUISA	39
SEÇÃO 4 - RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS	42
4.1 SÍNTESE DA SEÇÃO	42
4.2 INTERAÇÃO COM O CHATGPT - COMANDO E RESPOSTAS DADAS PELO CHATGPT - PROCESSO ANALÍTICO	42
4.3 REFLEXÃO E CRITICIDADE - RECRIAÇÃO TEXTUAL	72
4.4 CONSOLIDAÇÃO DOS CONHECIMENTOS - PRODUÇÃO TEXTUAL.....	75
SEÇÃO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	78
REFERÊNCIAS	81
ANEXO.....	86

SEÇÃO 1- INTRODUÇÃO

*Enquanto eu tiver perguntas e não houver resposta,
continuarei a escrever (Clarice Lispector, 1998).*

Nestas primeiras linhas, considero¹ relevante expor as motivações que fundamentam minha trajetória até o momento. Inicialmente, destaco que, durante a elaboração e apresentação do Pré-Projeto de Pesquisa para o processo seletivo do Mestrado em Linguística Aplicada, referente ao ano de 2023², do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada (PGLA) da Universidade de Brasília (UnB), sistematizei, em dez laudas, reflexões, questionamentos e interesses acadêmicos acerca das "Representações Sociais de Imigrantes e Refugiados ao Ingressarem na Rede Pública de Ensino do Distrito Federal (DF): uma abordagem intercultural".

Após rigoroso processo seletivo, fui aprovado em primeiro lugar³, ciente de que essa conquista traria consigo desafios e responsabilidades significativas. Com o início das atividades acadêmicas, incluindo disciplinas e interações frequentes com meu orientador, minha pesquisa passou por um processo natural de amadurecimento. Assim, no decorrer desse percurso e, considerando minhas motivações profissionais, consensuamos sobre a reformulação do objeto de investigação. Desse modo, o escopo de pesquisa passou a centrar-se nas possíveis contribuições da utilização da Inteligência Artificial (IA), especificamente do ChatGPT, desenvolvido pela OpenAI, no contexto da produção de trabalhos acadêmicos.

Segundo Gomes (2010), a IA é uma das áreas mais recentes do conhecimento científico, emergindo formalmente após a Segunda Guerra Mundial, isto é, após 1945. De acordo com o autor, o desenvolvimento inicial foi impulsionado em virtude dos avanços tecnológicos da época, sobretudo, no campo da computação, e por questões filosóficas e matemáticas relacionadas à possibilidade de reproduzir mecanismos do pensamento humano em máquinas.

Dentro desse contexto social, para Gomes (2010), a IA constitui um campo interdisciplinar da Ciência da Computação, cujo objetivo principal é o desenvolvimento de sistemas computacionais capazes de simular ou emular processos cognitivos humanos, permitindo que máquinas realizem tarefas que, tradicionalmente, requerem inteligência. Como

¹ Esta dissertação segue escrita em primeira pessoa do plural. No entanto, nos dois primeiros parágrafos introdutórios, considero importante esse breve memorial da minha trajetória acadêmica, por isso peço licença ao leitor para, neste momento, escrever em primeira pessoa do singular.

² Link do Edital da seleção de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade de Brasília do ano de 2023: http://pgla.unb.br/images/Edital_01.2023.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

³ Link para o resultado final dessa seleção: http://pgla.unb.br/images/Resultado_final_-_final_-_PGLA.pdf. Acesso em: 10 mai. 2025.

consequência da sua vasta abrangência, o autor em questão defende que a IA interage de maneira intrínseca com diversos campos de saberes, como Psicologia, Biologia, Matemática, Linguística, Engenharia, Filosofia, entre outras, refletindo sua natureza complexa e multifacetada.

Resultante dessa evolução tecnológica, a temática desta pesquisa justifica-se uma vez que, desde 2022, ano em que houve o lançamento e, consequentemente, a popularização do ChatGPT, iniciaram-se inúmeras discussões a respeito da sua utilização nas diversas esferas sociais. Nesse sentido, enfatizamos que esse debate é transversal a vários setores da sociedade. Nessa perspectiva, mediante objeto desta pesquisa, delimitamos o estudo no que diz respeito à utilização do ChatGPT em contexto educacional, especificamente, no suporte à produção de texto acadêmico.

Sob essa ótica, segundo Haleem et al. (2022), o ChatGPT foi criado como uma ferramenta promissora baseada em modelos de linguagem, capaz de gerar textos de maneira autônoma e interativa, utilizando técnicas de Processamento de Linguagem Natural, doravante PLN, e treinado com extensos conjuntos de dados. Desse modo, segundo as ideias dos autores, o ChatGPT aprende padrões para produzir respostas coerentes e relevantes ao contexto. Ademais, os teóricos defendem que essa habilidade de criar textos de forma autônoma pode impactar diversas profissões e tem atraído a atenção da comunidade acadêmica, incentivando pesquisadores a investigar o uso do ChatGPT como um recurso auxiliar na pesquisa acadêmica.

Diante desse contexto, consideramos que o debate acerca de sua utilização, na perspectiva educacional, ganha cada vez mais destaque no Brasil e no mundo. Nesse sentido, o presente estudo justifica-se, pois emerge a necessidade da discussão em relação ao uso dessa ferramenta, bem como os limites e alcances acerca dos princípios éticos e legais relacionados a essa utilização.

A respeito de tal justificativa, destacamos que:

Nos últimos anos, a IA tem desempenhado um papel cada vez mais significativo na produção textual, especialmente no contexto acadêmico. Ferramentas como o ChatGP permitem a automatização e otimização de diversas etapas do processo de escrita, desde a geração de ideias até a revisão textual. No entanto, ainda há desafios e questionamentos sobre o impacto dessas tecnologias na formação acadêmica, na autonomia dos estudantes e na qualidade dos textos produzidos (Turbin et al., 2025, p. 377).

Acerca da mesma perspectiva, Moita Lopes (1996) defende que a Língua Portuguesa Aplicada (LA) é, atualmente, vista como uma área de pesquisa interdisciplinar, focada na resolução de problemas relacionados ao uso da linguagem, tanto no ambiente escolar quanto em outros contextos.

Ademais, o autor sustenta que:

a pesquisa em LA parece privilegiar as relações entre a ação humana e os processos de uso da linguagem, ou seja, a interação de atores sociais (usuários da linguagem: falantes, ouvintes, leitores, escritores e tradutores) em um determinado contexto e os problemas da prática de uso da linguagem com que se defrontam (Moita Lopes, 1996, p. 4).

Desse modo, em diálogo com as ideias refletidas por Moita Lopes (1996), compreendemos que a Linguística Aplicada busca explorar os problemas práticos relacionados ao uso da linguagem em contextos específicos, envolvendo atores sociais e suas interações. Esse enfoque também pode ser ampliado para abarcar reflexões sobre “o caráter político da educação”, conforme destacado por Pennycook (2006, p. 26), evidenciando a importância de considerar questões sociais e seus impactos teóricos e práticos. Ao encontro, para Damianovic (2005), esse viés crítico da Linguística Aplicada permite a investigação de problemas sociais com o objetivo de oferecer respostas teóricas que beneficiem diretamente os envolvidos.

Em razão disso, o tema desta dissertação de Mestrado propõe uma delimitação acerca da utilização do ChatGPT, em contexto de auxílio na produção de trabalho acadêmico, com especificidade na produção textual no bojo do ensino de língua. A temática é sugerida, pois “acreditar numa linguística crítica é acreditar que podemos fazer a diferença. Acreditar que o conhecimento sobre linguagem pode e deve ser posto a serviço do bem-estar geral” (Rajagopalan, 2003, p. 12). Posto isso e baseados nas nossas inquietações, deparamo-nos com as seguintes perguntas de pesquisa:

1. Quais aspectos indicam que o usuário, ao utilizar o ChatGPT, consegue recriar textos científicos de forma reflexiva e crítica?
2. Com base no texto produzido com auxílio do ChatGPT, como o usuário respeitou os limites éticos e legais, considerando os princípios do letramento crítico?

Com base nesses pressupostos, propomos o seguinte objetivo geral: investigar a importância do letramento digital crítico para a utilização benéfica do ChatGPT. Ademais, esta pesquisa possui os seguintes objetivos específicos:

- Identificar quais sinais são observados ao recriar texto científico em termos de uma apropriação dos pensamentos reflexivo e crítico; e
- Analisar como o ChatGPT produz texto dentro dos limites éticos e legais sob o prisma do letramento crítico.

Diante disso, este estudo configura-se como uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, desenvolvida com base na modalidade de pesquisa documental. Os documentos que constituem o foco dessa análise correspondem a seis textos intermediários gerados a partir

da interação usuário-ChatGPT⁴, bem como ao texto dissertativo autoral (sem uso de IA) culminante do decorrer deste processo, elaborado por uma mestrandia em Linguística Aplicada, vinculada a uma universidade pública localizada na região Centro-Oeste do Brasil. A produção textual final mencionada – resultado do percurso de estudo apoiado pelo ChatGPT – foi feita com vistas à preparação para um concurso público na área acadêmica de Língua Inglesa.

Para embasar a análise dos dados, adotamos como referencial metodológico a Análise Temática (AT) proposta por Braun e Clarke (2006), visando identificar e interpretar padrões de significado no *corpus* em estudo.

Ressaltamos as principais investigações atinentes à IA, na perspectiva da LA, voltadas ao campo educacional. Entre elas, destacamos o estudo realizado por Guimarães et al. (2023), denominado “As mídias digitais no campo educacional: um olhar pelas implicações do ChatGPT na educação”, em que os autores ressaltam a importância do letramento crítico para a constituição de sujeitos capazes de participar ativamente de uma sociedade tecnológica. Nesse estudo, os autores dizem que a educação contemporânea enfrenta desafios significativos devido ao avanço tecnológico, exigindo uma reinvenção constante das práticas pedagógicas. A chegada de alunos digitais, familiarizados com essas novas ferramentas, coloca os professores em uma posição desafiadora, já que muitos não estão preparados para integrar esses recursos no ensino.

As escolas, especialmente as públicas, precisam de políticas públicas de formação docente para utilizar essas tecnologias de maneira eficaz. Guimarães et al. (2023) enfatizam que a transformação das práticas pedagógicas é essencial para formar cidadãos críticos e autônomos no uso das mídias digitais, embora o processo seja lento devido à persistência de métodos tradicionais.

Além da supracitada pesquisa, Gonçalves e Coitinho (2023), em sua investigação denominada “O ChatGPT sonha com ovelhas elétricas? Uma análise bakhtiniana da IA a partir de perguntas sobre educação e tendências pedagógicas”, os autores observaram, por meio da ideia de dialogismo proposta por Bakhtin, um enunciado sobre educação criado a partir do diálogo/interação com o ChatGPT. Nesse estudo, os autores concluem que, embora o ChatGPT e outras IAs não sejam capazes de sonhar ou ter experiências subjetivas, as respostas geradas pela IA refletem as visões de mundo, desejos e ideologias de seus criadores e das forças históricas e ideológicas que os influenciam.

Desse modo, o estudo sugere que o uso do ChatGPT na educação deve ser feito com

⁴ Esclarecemos que a estudante utilizou a versão gratuita do ChatGPT, disponibilizada pela OpenAI, durante a realização da sua pesquisa para fins de preparação da referida seleção.

uma consciência crítica, reconhecendo que as respostas da IA são moldadas por essas influências subjacentes preexistentes, especialmente dentro de um contexto neoliberal. Assim, é necessário considerar essa pluralidade de vozes contidas ao utilizar a ferramenta em ambientes educacionais. O estudo também aponta para a necessidade de mais pesquisas sobre essas questões, considerando as implicações ideológicas presentes na utilização da IA.

O levantamento bibliográfico realizado aponta, ainda, como visto em Silva (2024), em sua pesquisa intitulada “A difusão e a aprendizagem do conhecimento entre pessoas e máquinas: é possível compreender a IA como expansão da cognição humana?”, a necessidade de adaptação dos sistemas educacionais às novas realidades tecnológicas, considerando o surgimento de sistemas cognitivos híbridos e as questões éticas e autorais que emergem com a interação entre humanos e IAs. Além disso, a pesquisa aponta para os desafios que essas mudanças trazem para o processo educacional e para a importância de repensar a educação em um contexto mais amplo, onde as tecnologias digitais desempenham um papel central na cognição e na produção de saberes.

Outrossim, delimitamos, o levantamento de pesquisas realizadas sobre a temática, com a investigação feita por Santos, Vasconcelos e Ferrete (2024), intitulada “Inteligência Artificial e a escrita acadêmico-científica: entre obstáculos, contributos e a ressignificação da construção do conhecimento científico”, cujos autores concluem que o uso do ChatGPT no ambiente acadêmico na Universidade Federal da Bahia (UFBA) revela incertezas e reflexões críticas entre os docentes, principalmente em relação à integridade científica e aos princípios éticos. O estudo afirma ainda que, embora os professores estejam cientes da ferramenta, seu uso prático é limitado, refletindo tanto preocupações com a qualidade da produção acadêmica quanto uma possível falta de domínio da tecnologia.

Além disso, a pesquisa destaca a importância de regulação do ChatGPT para preservar a autoria e a criatividade humanas, bem como enfatiza a necessidade de uma alfabetização em IA, que vá além do simples uso das ferramentas, abrangendo suas implicações éticas e sociais. Por fim, os autores concluem que as instituições de ensino superior devem desenvolver políticas claras e regulamentos robustos para orientar o uso responsável dessas tecnologias, assegurando sua contribuição positiva para a educação e a pesquisa.

A respeito da estrutura organizacional desta dissertação, divide-se da seguinte forma: Introdução, Referencial Teórico, Metodologia de Pesquisa, Apresentação e Discussão dos Dados, Considerações Finais, Referências e Anexos.

Nessa seção introdutória, apresentamos, de forma resumida, as motivações, os

principais estudos a respeito da temática, a contextualização, a justificativa, os objetivos e as perguntas norteadoras deste estudo.

Na segunda seção, discorremos sobre os pilares teóricos que fundamentam a pesquisa. Primeiramente, a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF) é explorada como uma abordagem que relaciona linguagem e sociedade. Em seguida, a perspectiva bakhtiniana destaca a natureza dialógica da linguagem. Discutimos também o impacto do ChatGPT nas interações humanas, a mediação social na teoria vygotskiana e, por fim, o letramento digital crítico como ferramenta para a formação de sujeitos reflexivos e críticos diante das novas tecnologias.

Na terceira seção, expomos os aspectos metodológicos do estudo, com foco nos princípios epistemológicos e ontológicos que orientam a pesquisa. Adotamos uma abordagem qualitativa e exploratória, com ênfase na pesquisa documental. Para a análise dos dados, utilizamos a AT de Braun e Clarke (2006), como já mencionado, permitindo identificar e interpretar padrões de significado no *corpus*, aprofundando a compreensão dos fenômenos investigados em seu contexto.

Na quarta seção, analisamos os dados obtidos por intermédio da pesquisa documental.

Nas Considerações Finais, revisitamos as perguntas e os objetivos desta pesquisa, bem como apresentamos suas respectivas respostas e reflexões, destacando aspectos relevantes ao longo do percurso investigativo. Sugerimos ainda possíveis direções para futuras pesquisas sobre o tema.

SEÇÃO 2 -REFERENCIAL TEÓRICO

O próprio ser do homem [...] é um convívio mais profundo. Ser significa conviver [...]. Ser significa ser para o outro e, através dele, para si. O homem não tem território interior soberano; está sempre na fronteira, olhando para dentro de si ele olha o outro nos olhos ou com os olhos do outro (Bakhtin, 2018, p. 341).

2.1 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, apresentamos os pilares teóricos que fundamentam a construção da base conceitual desta dissertação. Cada subseção delineia uma perspectiva específica, cujos aportes contribuem para o aprofundamento da análise proposta.

Na primeira subseção, intitulada "Linguística Sistêmico-Funcional: interlocução entre linguagem e sociedade", argumentamos que essa abordagem teórica compreende a linguagem como um sistema social semântico. Nessa perspectiva, destacamos a conexão intrínseca entre a linguagem e o contexto social em que é utilizada.

Na segunda subseção, denominada "Língua, linguagem e suas práticas sociais", apresentamos o posicionamento teórico fundamentado na visão bakhtiniana de língua, que enfatiza a natureza dialógica das interações linguísticas e sua indissociável relação com as práticas sociais.

Já na terceira subseção, intitulada "O surgimento do ChatGPT: a consolidação da interação entre homem e máquina", oferecemos uma reflexão acerca do lançamento do ChatGPT e discutimos os impactos sociais de seu uso, considerando sua relevância no cenário contemporâneo das interações tecnológicas.

Na quarta subseção, designada "Abordagem vygotskyana e a possibilidade de entender o mundo por meio da mediação", exploramos a teoria supracitada, enfatizando o conceito de mediação social como elemento central para a construção do conhecimento e a compreensão do mundo.

Por fim, a quinta subseção, intitulada "Desdobramentos dos letramentos: letramento digital crítico", abordamos as práticas de letramento no Brasil, com ênfase no letramento digital crítico, considerando sua relevância para a pesquisa em foco e seu papel na formação de sujeitos críticos diante das tecnologias digitais.

2.2 LINGUÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL: INTERLOCUÇÃO ENTRE LINGUAGEM E SOCIEDADE

Em meados de 1980, a Linguística Sistemico-Funcional (LSF) desenvolveu-se exponencialmente por meio dos trabalhos de Michael Halliday, linguista britânico, considerado um dos principais fundadores dessa corrente linguística. Com o advento de seu surgimento, essa linha teórica passa a ter como objeto de estudo a análise da linguagem em termos de seu significado funcional, ou seja, a linguagem dentro de um contexto social.

Dessa forma, na perspectiva de Halliday (1994), a LSF é considerada uma teoria atrelada à sociossemiótica⁵, cuja finalidade de estudo é a linguagem em todas as suas formas de apresentação. Em outras palavras, de acordo com o autor, a compreensão linguística passa a incluir a maneira como os interlocutores empregam a língua em situações comunicativas contextualizadas.

Destarte, a LSF surge em virtude da resistência à hegemonia político-ideológica presente nos paradigmas de conhecimento científico acerca dos estudos linguísticos.

Conforme os pensamentos de Gouveia:

A Linguística Sistemico-Funcional [...] corresponde a uma teoria geral do funcionamento da linguagem humana, concebida a partir de uma abordagem descritiva baseada no uso linguístico. Em concreto, trata-se de uma teoria de descrição gramatical, uma construção teórico-descritiva coerente que fornece descrições plausíveis sobre o como e o porquê de a língua variar em função de e em relação com grupos de falantes e contextos de uso (Gouveia, 2009, p. 14).

Com base na visão do autor, consideramos que a LSF prestigia o estudo pragmático da língua, o qual é evidenciado dentro do seu contexto social. Outrossim, a ideia expressa por Gouveia (2009), dialoga com o que Halliday (1976) argumenta, pois, segundo o teórico, a descrição de uma língua não deve estar voltada tão somente ao conhecimento de estruturas linguísticas, mas sim no uso que se faz para desempenhar e realizar determinadas funções na vida social.

Assim, o significado das mensagens é o elemento que determina sua forma, e não contrário, conforme preconizam as abordagens formalistas⁶ do estudo linguístico. Diante desse

⁵ Na perspectiva de Halliday, a sociossemiótica é uma abordagem que explora como as pessoas constroem significados dentro de contextos sociais e culturais específicos.

⁶ Nesse contexto, a língua é concebida como um sistema autônomo e as investigações se concentram especialmente em aspectos como fonética, fonologia, morfologia e sintaxe. Ou seja, há uma priorização das características internas da língua, de seus constituintes e das relações entre eles. Dessa maneira, a língua é examinada considerando as interações entre suas partes e os princípios que guiam sua organização, resultando em explicações derivadas da própria estrutura linguística.

contexto, a Gramática Sistêmico-Funcional⁷ aborda uma descrição sobre a linguagem usada para realizar diferentes funções e contextos sociais.

Ademais, o vocábulo sistêmico condiz com a possibilidade de diversas formas de comunicação entre os usuários da língua, isto é, a LSF possui a sua base paradigmática. É, portanto, uma abordagem sistêmica, visto que a língua é concebida como uma rede de sistemas interconectados, permitindo ao falante construir significados e realizar ações no mundo. “A consideração do sistêmico implica nas escolhas entre os termos do paradigma, sob a ideia de que escolha produz significado” (Neves, 1997, p. 60).

Em consonância com as ideias do autor:

“Sistema” é usado no sentido *firthiano* de paradigma funcional, mas é desenvolvido no construto formal de uma rede sistêmica, o que configura uma teoria da língua enquanto escolha. À interpretação funcionalista da linguística se acopla uma descrição sistêmica, na qual a gramática toma a forma de uma série de estruturas sistêmicas, cada estrutura representando as escolhas associadas com um tipo de constituinte (Halliday, 1967, p. 37 *apud* Neves, 1997, p. 59 grifo do autor).

De acordo com a concepção do autor, o uso do termo "sistema" baseia-se na ideia de que a linguagem é funcional e contextual. Nessa perspectiva, entendemos a linguagem como um conjunto de escolhas linguísticas que os falantes fazem em diferentes situações comunicativas. Em síntese, essa abordagem enfatiza a função comunicativa da linguagem, com uma descrição formal e sistêmica da gramática, que considera as escolhas linguísticas disponíveis para os falantes em diferentes contextos. Isso constitui uma teoria da linguagem que enfoca a capacidade de escolha dos falantes na construção de significado e na realização de ações no mundo.

Dessa maneira, de acordo com Neves (1997), a língua se estrutura como uma diversidade de possibilidades no que concerne a cumprir sua função na interação social. Além disso, segundo Gouveia (2009), a linguagem desempenha outras três funções fundamentais: expressar conteúdo, viabilizando a reflexão sobre a experiência no mundo; estabelecer e manter relações sociais; e conectar as partes do discurso à situação em que estão inseridas.

À luz de Halliday (1994), argumentamos que essa perspectiva implica em um rompimento com o paradigma formalista, uma vez que, em conformidade com as ideias expressas pelo autor, o paradigma formalista refere-se ao estudo da linguagem de maneira isolada de seu uso social, desconsiderando os processos reais de funcionamento. Em contraste,

⁷ De acordo com a Gramática Sistêmico-Funcional de Halliday, a construção de significados é vista como um processo social e culturalmente situado, em que a linguagem exerce um papel central na mediação e expressão das experiências dos indivíduos. Esse processo ocorre por meio de escolhas linguísticas que refletem e constroem realidades sociais, permitindo que as pessoas negociem significados de acordo com os contextos em que estão inseridas.

a visão funcional visa à compreensão da linguagem em sua relação intrínseca com o contexto social.

Nesse sentido, Halliday afirma que:

Por que é a língua como é? A natureza da língua está intimamente relacionada com as necessidades que lhe impomos, com as funções que deve servir. Nos casos mais concretos, estas funções são específicas de uma cultura; o uso da língua para organizar expedições de pesca nas Ilhas Trobriand, descrito há meio século atrás por Malinowski, não tem paralelo na nossa sociedade. Mas subjacentes a tais instâncias de uso da língua estão funções mais gerais que são comuns a todas as culturas. Nem todos participamos em expedições de pesca; porém, todos nós usamos a língua como um meio de organizarmos outras pessoas e determinarmos os seus comportamentos (Halliday, 1970, p. 141).

Desse modo, com base na citação acima, o autor enfatiza que o objetivo principal da linguagem é cumprir suas funções sociais. Em suma, essa corrente teórica influenciada por Halliday preconiza que a linguagem deve ser observada além de suas estruturas formais, mas também por suas funções sociais e comunicativas.

Mediante as ideias expressas até o momento, podemos perceber que a compreensão dos fenômenos linguísticos vai além da mera observação de estruturas gramaticais, envolvendo também aspectos culturais, históricos e sociais. Dessa maneira, a língua e a linguagem atuam como instrumentos dinâmicos que influenciam e são influenciados pelas práticas sociais, intermediando as interações e a construção de significados presentes no cotidiano.

Na próxima subseção, aprofundaremos a respeito dessas reflexões ao definir os conceitos de língua e de linguagem e examinaremos como essas noções impactam nas práticas sociais, fornecendo uma base teórica para o entendimento das relações entre linguagem e sociedade.

2.3 LÍNGUA, LINGUAGEM E PRÁTICAS SOCIAIS NA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DIALÓGICA DO DISCURSO (ADD)

Como visto anteriormente, desde os primeiros estudos linguísticos, tais quais os estruturalistas e os gerativistas (correntes formalistas da área da linguística), aos conceitos de língua e de linguagem foram atribuídas distintas designações. Nesse contexto, acreditamos que, para se pensar sobre língua, é necessária uma definição bem delineada em relação à terminologia utilizada a seu respeito.

Contextualizamos, também, a partir de uma concepção de linguagem de base histórico-social e cultural, que a Análise Dialógica do Discurso (ADD) compreende língua, linguagens, história e sujeitos como constituindo-se mutuamente em uma relação de permanente interação

(Brait, 2012a). Nesse viés, Sobral e Giacomelli (2016) salientam que essa abordagem discursiva toma como ponto de partida a linguagem em sua materialização efetiva, considerando o enunciado concreto como unidade fundamental de análise. Esse enunciado, conforme aponta Mendonça (2012), revela-se inseparável da subjetividade, da ética e da singularidade dos eventos nos quais emerge.

Ao discutir as relações dialógicas, Oliveira, Huff e Acosta Pereira (2019) recuperam a conhecida formulação de Mikhail Bakhtin, que diz “quanto a mim, em tudo ouço vozes e relações dialógicas” (Bakhtin, 2003, p. 410). Essa afirmação ressalta a necessidade de examinar tais relações na cadeia contínua de enunciados concretos, atentando-se para as múltiplas vozes que se entrecruzam na constituição dos sentidos. Dado que as relações dialógicas configuram o objeto central da metalinguística, conforme destaca Brait (2006b), é natural que essas permeiem todas as dimensões analíticas do discurso.

Ainda em diálogo com Bakhtin, Brait (2006b) enfatiza que, embora de natureza extralinguística, as relações dialógicas não podem ser dissociadas do âmbito discursivo. Elas se estabelecem entre sujeitos históricos, desenvolvendo-se à medida que os indivíduos constroem e são construídos pelos enunciados que produzem. Alves (2019) acrescenta que a análise dos enunciados concretos exige a recuperação do caráter histórico e constitutivo dos movimentos linguísticos, presentes em todas as esferas da atividade humana.

Ruiz (2017), por sua vez, reforça que as relações dialógicas são atravessadas por projeções e posicionamentos valorativos e ideológicos, de modo que a compreensão do ser social só se efetiva por meio dos enunciados – verbais e não verbais – que ele produz e pelos quais é constituído. Dessa interação dialógica entre consciências e discursos situados histórico, cultural e socialmente, surgem os sentidos, tal como sintetiza Brait (2012b, p. 15), ao afirmar que eles se formam “[...] no confronto de duas consciências, de dois interlocutores, de conjunção de discursos histórica, cultural e socialmente situados”.

Do exposto, entendemos “a língua em sua integridade concreta e viva e não a língua como objeto específico da linguística” (Bakhtin, 1997, p. 181). De acordo com Bakhtin (1997), a língua é compreendida como uma entidade viva que existe e evolui em contextos sociais. Portanto, segundo o autor, a língua é dinâmica, moldada pelas interações sociais e pelas práticas comunicativas dos falantes. Além disso, ele argumenta que a língua deve ser compreendida em sua totalidade, levando em conta as diferentes situações comunicativas do uso cotidiano, os diversos contextos culturais e sociais, bem como as múltiplas vozes e discursos que a constituem.

Portanto, entendemos que:

a língua se relaciona com a sociedade porque é a expressão das necessidades humanas de se congregar socialmente, de construir e desenvolver o mundo. [...] é, acima de tudo, a maneira pela qual a sociedade se expressa, como se seus membros fossem sua boca (Mey, 1998, p. 76).

Assim, o autor acredita que há uma relação intrínseca entre língua e sociedade, enfatizando como a língua funciona como um meio para a interação social e a expressão coletiva. Desse modo, tanto Bakhtin (1997) quanto Mey (1998) defendem que a língua é um reflexo das necessidades humanas de interação e construção social, sendo o principal meio pelo qual a sociedade se expressa e se organiza. Ela legitima a “voz” coletiva, moldada pelos valores, experiências e contextos dos seus usuários.

Na perspectiva desta pesquisa, compreendemos a linguagem como uma relação dialógica, que, segundo Bakhtin (1997), discute a impossibilidade de alcançar uma conclusão definitiva sobre os fenômenos sociais. O princípio dialógico envolve a noção de "não-finalização" e de constante transformação, caracterizando um princípio de "inconclusividade". Nesse sentido, a teoria de Bakhtin se dedica também ao estudo das particularidades da linguagem que emergem dessas relações de múltiplas vozes.

O dialogismo, segundo Bakhtin (1997), é um conceito central e, de acordo com sua ótica, sugere que toda comunicação é inerentemente dialógica, ou seja, há sempre uma interação entre diferentes vozes, perspectivas e contextos. Em vez de enxergar a linguagem como um sistema fechado de signos, Bakhtin a vê como algo vivo e dinâmico, constantemente moldado e redefinido pelas interações entre os falantes. Nesse sentido, cada enunciado é influenciado por discursos anteriores e, ao mesmo tempo, prepara o terreno para futuros diálogos, refletindo a multiplicidade de vozes presentes em qualquer ato comunicativo.

Com base nas discussões apresentadas, compreendemos que os conceitos de língua e linguagem, à luz da Linguística Sistemico-Funcional (LSF) e do dialogismo bakhtiniano, oferecem um arcabouço teórico para analisar as múltiplas dimensões da linguagem em uso. A LSF concebe a língua como um sistema de escolhas orientadas por contextos culturais e situacionais, no qual os sentidos são construídos em função das relações sociais. Essa perspectiva dialoga com a concepção bakhtiniana de linguagem como prática social profundamente intersubjetiva, na qual cada enunciado se constitui em resposta a outros e antecipa novas respostas. Ambas as abordagens, portanto, rejeitam a ideia de língua como estrutura estática e autônoma, enfatizando seu caráter dinâmico, interacional e ideológico na constituição dos sentidos e na mediação das experiências humanas.

Ao alinhar essas reflexões às transformações tecnológicas contemporâneas,

especialmente no que diz respeito ao surgimento de interfaces baseadas em inteligência artificial, como o ChatGPT, vislumbramos um novo campo de interação entre humanos e máquinas. A seguir, exploraremos como o lançamento do ChatGPT consolidou esse tipo de interação e traremos uma revisão crítica sobre os potenciais impactos sociais do seu uso, ampliando a perspectiva de análise sobre as relações entre linguagem, tecnologia e sociedade.

2.4 O DESENVOLVIMENTO DO CHATGPT E SEUS IMPACTOS NO CAMPO DA LINGUAGEM

Em 1936, Alan Turing introduziu o conceito de uma "máquina universal", em um artigo intitulado *On Computable Numbers, with an Application to the Entscheidungsproblem*. Esse trabalho estabeleceu as bases teóricas para a computação moderna, demonstrando como máquinas poderiam realizar cálculos baseados em instruções matemáticas pré-definidas (Turing, 1936). Na década seguinte, durante a Segunda Guerra Mundial, Turing desenvolveu tecnologias para decifrar códigos, demonstrando a capacidade prática de máquinas em resolver problemas complexos.

Dentro desse contexto, de acordo com McCarthy et al. (1956), o marco oficial da IA ocorreu em 1956, durante a Conferência de Dartmouth, organizada por John McCarthy, Marvin Minsky, Nathaniel Rochester e Claude Shannon. Nesse evento, o termo "inteligência artificial" foi cunhado, e foram discutidas possibilidades de criar sistemas capazes de realizar tarefas que demandam inteligência humana, como resolução de problemas e aprendizado. Assim, essa conferência é amplamente reconhecida como o nascimento do campo da IA.

Nesse contexto, a década de 1980 trouxe um renascimento no interesse pela IA, em virtude do desenvolvimento de sistemas especialistas, que eram programas projetados para resolver problemas em áreas específicas utilizando bases de conhecimento. Contudo, essas tecnologias também enfrentaram limitações práticas, resultando em outro período de declínio no final da década de 1980 e início dos anos 90.

Para LeCun, Bengio e Hinton (2015), o renascimento moderno da IA começou na década de 2000, com avanços no aprendizado de máquina, particularmente no aprendizado profundo (*deep learning*), facilitado pelo aumento no poder computacional e na disponibilidade de grandes volumes de dados (*big data*). Trabalhos pioneiros de Geoffrey Hinton, Yann LeCun e Yoshua Bengio revitalizaram o uso de redes neurais, levando a grandes avanços em áreas como reconhecimento de imagens e processamento de linguagem natural.

Em novembro de 2022, foi lançado o ChatGPT⁸, uma plataforma de linguagem natural da empresa *OpenAI*. De acordo com Souza (2024), essa ferramenta foi criada com o intuito de ser interativa e conversacional, dialogando com o modelo de linguagem GPT treinado pela *OpenAI*. Essa plataforma tem ganhado destaque devido à sua notável habilidade de produzir textos que se assemelham aos escritos por seres humanos.

Diante disso, com o advento de sua criação e a notória influência social adquirida, é possível considerar a capacidade dessa ferramenta de gerar discursos. Esses discursos, embora não sejam originários da linguagem humana, constituem uma linguagem própria, processada com base em conteúdo relacionado às línguas humanas.

Vale ressaltar ainda a preocupação dos pesquisadores Brown et al. (2020), que dois anos antes do lançamento oficial da ferramenta, com a iminência de inserção em diversos contextos sociais, incluindo as instituições de ensino, já apontaram ênfase em fala dos desenvolvedores do ChatGPT sobre os possíveis impactos negativos associados ao produto prestes a ser lançado, enfocando questões relacionadas ao uso indevido da tecnologia para criar desinformação. Além disso, intensos debates sobre o uso da ferramenta foram abordados pelos autores, que alertam para várias preocupações com a sua implementação.

De acordo com Brown et al. (2020), apesar do ChatGPT ter sido projetado para oferecer benefícios significativos, como o aprimoramento do suporte educacional, é imprecindível levar em consideração os desafios éticos e técnicos que podem surgir com seu uso. De acordo com Baidoo-Anu e Ansah (2023), essas preocupações levantadas em 2020 permanecem centrais nos debates sobre o uso dessas ferramentas em diferentes setores, incluindo o educacional. A integração de tecnologias como o ChatGPT deve ser cuidadosamente gerida para maximizar os benefícios e minimizar os impactos negativos.

A introdução da inteligência artificial (IA) na política brasileira apresenta desafios e riscos significativos que exigem cuidadosa consideração. Um dos principais riscos reside na manipulação de informações e na disseminação de desinformação através de algoritmos sofisticados, podendo distorcer debates públicos e influenciar decisões eleitorais de maneira não transparente. Além disso, há preocupações com a privacidade dos dados dos cidadãos e a segurança cibernética, uma vez que sistemas IA podem ser vulneráveis a ataques cibernéticos que comprometam a integridade dos processos democráticos. A falta de regulamentação adequada também pode levar a disparidades no acesso e na utilização da tecnologia, ampliando as desigualdades políticas e sociais no país. Portanto, é crucial desenvolver políticas que promovam a

⁸ Até o momento da escrita desta dissertação, as versões mais recentes do modelo de linguagem desenvolvido pela OpenAI, conhecidas como ChatGPT, são: ChatGPT 3.5, ChatGPT 4 e ChatGPT 4o. Cada versão representa avanços significativos no campo da inteligência artificial, especialmente em tarefas de compreensão textual, geração de linguagem natural e processamento multimodal. O ChatGPT 3.5, lançado como aprimoramento do GPT-3, trouxe melhorias na coerência textual; o ChatGPT 4 ampliou as capacidades de interpretação e passou a compreender imagens; e o ChatGPT 4o, por sua vez, agregou também a compreensão de áudio em tempo real, por meio de uma única rede neural, oferecendo respostas mais naturais e eficientes.

transparência, a ética e a segurança no uso da IA na esfera política brasileira (OpenAI, 2024).

Com base na discussão apresentada, a IA evoluiu em relação aos conceitos teóricos fundamentados no século XX para aplicações práticas que impactam diversos setores da sociedade. Desde os sistemas especialistas da década de 1980 até o renascimento impulsionado por avanços no aprendizado profundo e, mais recentemente, pela introdução de ferramentas como o ChatGPT, a IA tem promovido debates sobre seu uso, desafios éticos e implicações para diferentes áreas, incluindo a educação e a política. Assim, acreditamos que a complexidade de suas aplicações demanda análises que considerem tanto suas contribuições quanto seus riscos.

Dando continuidade à discussão sobre ferramentas e processos que dialogam acerca do entendimento humano, na próxima subseção refletiremos acerca da abordagem vygotskyana, a qual, a nosso ver, oferece uma perspectiva rica para analisar como a mediação é fundamental no desenvolvimento cognitivo. Desse modo, sob a ótica de Lev Vygotsky, discutiremos como o aprendizado ocorre em um contexto social e cultural, onde as interações mediadas por ferramentas, sejam elas linguísticas ou tecnológicas, desempenham papel central no processo de construção do conhecimento.

2.5 ABORDAGEM VYGOTSKYANA E A POSSIBILIDADE DE ENTENDER O MUNDO POR MEIO DA MEDIAÇÃO

A abordagem sociointeracionista de Vygotsky entende a aprendizagem como o resultado da interação entre indivíduos, considerando a mediação como o processo pelo qual há uma interação entre o homem e o mundo, na qual ambos se influenciam e se transformam reciprocamente.

A respeito disso:

Mesmo quando o conhecimento está sendo efetivamente construído, os processos interpessoais abrangem diferentes possibilidades de ocorrências, não envolvendo apenas, ou predominantemente, movimentos de ajuda. Nos esforços da professora para articular o instrucional e o disciplinar, para manejar os focos de atenção e para conduzir as crianças a elaborações quase categoriais, podemos ver que o papel do outro é contraditório, e que o jogo dialógico, que constitui a relação entre sujeitos, não tende apenas a uma direção; abrange circunscrição, expansão, dispersão e estabilização de significados e envolve o deslocamento "forçado" de certas operações de conhecimento (Vygotsky, 2000, p. 85).

Assim, conforme a proposição de Vygotsky (2000), o conceito de mediação diz respeito ao processo pelo qual há interação entre o indivíduo e o mundo. Nessa perspectiva, a mediação

torna-se fundamental para o desenvolvimento cognitivo. Segundo o autor, o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem ocorrem por meio da interação social e cultural. Vygotsky defende, ainda, que essas interações são essenciais para a troca de experiências cognitivas, afetivas e comportamentais.

De acordo com Vygotsky (1998a, p. 115 *apud* Díaz, p. 220), "[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que as cercam".

Ademais, em sua obra *A Formação Social da Mente*, Vygotsky (1991) argumenta que o desenvolvimento humano baseia-se na capacidade de se relacionar socialmente. Ele enfatiza a importância da interação entre as atividades das crianças, o ambiente social em que estão inseridas e os significados que essas atividades adquirem nesse contexto. Além disso, Vygotsky (1991) afirma que, desde os primeiros dias de vida, as ações das crianças são moldadas e influenciadas pelo ambiente social ao seu redor.

Nesse sentido, Vygotsky (1991) destaca que o desenvolvimento e a aprendizagem não acontecem simultaneamente. O desenvolvimento segue um ritmo mais lento, e é a partir dessa discrepância que Vygotsky introduz o conceito das Zonas de Desenvolvimento, que se transformam ao longo do processo de aprendizagem.

O autor assevera que, nesse processo de desenvolvimento, identificam-se três ambientes psíquicos: a Zona de Desenvolvimento Real (ZDR), que abrange os conhecimentos já alcançados; a Zona de Desenvolvimento Potencial (ZDPo), que envolve os conhecimentos ainda não alcançados; e a Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP), que tem como finalidade intermediar as duas zonas anteriores por meio da mediação, possibilitando que os conhecimentos da zona potencial sejam transferidos para a zona real (Vygotsky, 1991).

O autor defende que a ZDR refere-se ao nível de habilidades e conhecimentos que o indivíduo já possui e consegue aplicar de forma independente. Para ele, trata-se do estágio de competências consolidadas, que resultam de aprendizagens anteriores e que permitem a realização de tarefas sem a necessidade de assistência externa. Nesse contexto, a ZDR reflete o ponto de partida no processo de aprendizagem, ou seja, aquilo que o indivíduo já domina.

A ZDPo, por sua vez, compreende os conhecimentos e habilidades que o indivíduo ainda não domina, mas que podem ser desenvolvidos com o apoio de um mediador, como um professor, colega mais experiente ou outro recurso facilitador. Essa zona representa o potencial de crescimento cognitivo, indicando o que pode ser alcançado no futuro, desde que haja intervenções apropriadas.

Vale ressaltar que ZDP, contudo, é o conceito central da teoria de Vygotsky, caracterizando-se como a distância entre o que o indivíduo já consegue realizar por conta própria (ZDR) e o que ele pode alcançar com auxílio (ZDPo). Essa zona, segundo o autor, é o espaço em que ocorre a aprendizagem efetiva, sendo o ponto de interseção entre o desenvolvimento atual e o potencial.

À luz de Vygotsky (1991), a ZDP tem como principal função intermediar os conhecimentos da ZDPo, transferindo-os para a ZDR por meio da mediação. Nesse processo, a interação social desempenha um papel fundamental, permitindo que o aprendiz, com a ajuda de um mediador, supere desafios e internalize novas habilidades.

Diante disso, defendemos a possibilidade do ChatGPT atuar como mediador, de acordo com os conceitos de Vygotsky, ao servir como uma ferramenta de interação e suporte no processo de aprendizagem. Em vez de apenas fornecer respostas prontas, a tecnologia pode ser programada e utilizada para promover a construção ativa do conhecimento, facilitando a transição entre a Zona de Desenvolvimento Potencial (ZDPo) e a Zona de Desenvolvimento Real (ZDR).

2.6 DESDOBRAMENTO DOS LETRAMENTOS: LETRAMENTO DIGITAL CRÍTICO

De acordo com Soares (2004), o letramento não se restringe apenas à habilidade de ler e de escrever, envolve, também, a aplicação desse conhecimento no cotidiano, em benefício próprio e da comunidade em que se está inserido. Nesse contexto, segundo os pressupostos da autora, o letramento vai além da simples decodificação do texto escrito. Ele abrange as competências e habilidades necessárias para uma participação efetiva e competente nas práticas sociais relacionadas à linguagem.

Desse modo, à luz de Soares (2004), a prática de letramento envolve a capacidade de usar as habilidades de leitura e escrita de forma funcional no cotidiano. Isso significa que uma pessoa letrada não apenas decodifica textos, mas também compreende, interpreta e utiliza a linguagem escrita de maneira crítica e consciente para participar efetivamente da sociedade.

Ao encontro das ideias de Soares (2004), Kleiman defende que o letramento:

não envolve necessariamente as atividades específicas de ler ou escrever. Podemos definir hoje o letramento como um conjunto de práticas sociais que usam a escrita enquanto sistema simbólico e enquanto tecnologia, em contextos específicos, para objetivos específicos (Kleiman, 2008, p. 19).

Com base no excerto, podemos refletir que Kleiman (2008) concorda com Soares (2004), uma vez que ambas as autoras defendem que o letramento vai além da simples

habilidade de decodificar textos. Kleiman (2008) argumenta que o letramento é uma prática social complexa que envolve a compreensão e o uso crítico da escrita em diversos contextos e com diferentes propósitos comunicativos. Dessa forma, esse entendimento amplia a visão tradicional de letramento, reconhecendo a importância das interações sociais e culturais no desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita.

Como desdobramento do conceito de letramento, surge a perspectiva teórica dos letramentos. Desse modo, refletimos que um dos objetivos principais da escola é possibilitar “que os alunos participem das várias práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita (letramentos) na vida da cidade, de maneira ética, crítica e democrática” (Rojo, 2009, p. 11). Assim, Rojo (2009) destaca a importância de educar os alunos para que sejam capazes de participar de forma efetiva, consciente e crítica nas práticas sociais que envolvem leitura e escrita, contribuindo para uma sociedade mais justa e informada.

Nesse sentido, observamos que:

Assim, sob o ponto de vista dos estudos dos letramentos, o papel da escola passa a ser o de possibilitar que os alunos participem das várias práticas sociais que utilizam a leitura e a escrita (letramentos) na vida da cidade, de maneira ética, crítica e democrática. [...] Para tanto, os currículos devem ser organizados de forma a considerar os diversos tipos de textos, gêneros e suportes utilizados em diferentes práticas sociais, bem como a diversidade de linguagens e culturas presentes na sociedade. Isso significa reconhecer que a linguagem é parte constitutiva da vida social e que as práticas letradas são múltiplas, dinâmicas e atravessadas por relações de poder, sendo fundamental que a escola ensine os alunos a fazer uso crítico e consciente da linguagem, como forma de participação cidadã e de transformação social. Nessa perspectiva, o ensino da língua portuguesa (e de outras línguas) deve ser pautado por uma abordagem discursiva, crítica e plural, que valorize as diferentes formas de dizer e de significar no mundo contemporâneo (Rojo, 2009, p. 11).

Diante desse contexto, considerando a popularidade da internet e o fácil acesso aos textos on-line, a ideia de letramento digital está vinculada às práticas de leitura e escrita nesse ambiente, bem como à habilidade de comunicação e interação por meio de atividades discursivas no meio digital. Assim, os textos multissemióticos, por exemplo, podem incluir linguagens oral e escrita, músicas e outras formas de semiose. Consequentemente, isso demanda novas competências e habilidades de leitura e escrita.

Ademais, Araujo (2023) discute:

É fundamental que as atividades de leitura e escrita assumam um modelo de letramento crítico, reconhecendo a necessidade de propiciar a reflexão crítica sobre os usos, valores e funções das práticas de leitura e escrita. Deve-se compreender que as formas de leitura e escrita que circulam no cotidiano são tão importantes quanto as práticas desenvolvidas dentro da escola, e que estas práticas, por serem construídas socialmente, não são neutras, já que a ideologia perpassa por qualquer texto (Araujo, 2023, p. 233).

Com base na perspectiva teórica da autora, é possível observar a importância de adotar

práticas de letramento crítico nas atividades de leitura e escrita. Assim, esse modelo deve promover a reflexão sobre os diferentes usos, valores e funções de tais práticas, indo além da simples decodificação de textos. Ademais, Araujo (2023) argumenta que as formas de leitura e escrita presentes no cotidiano são tão significativas quanto àquelas praticadas na escola e ressalta que essas práticas não são neutras, pois são socialmente construídas e carregam ideologias. Dessa forma, é necessário compreender e questionar as influências ideológicas presentes em qualquer texto para o desenvolvimento do letramento crítico e consciente.

Do mesmo modo, Souza (2011) reflete que o contexto é essencial para o envolvimento crítico nas práticas de letramento. Dessa maneira, a construção de significado está atrelada ao contexto em que está inserido. O autor afirma ainda que:

Aqui, no letramento crítico, precisamos assumir a responsabilidade das nossas leituras e não culpar o autor do texto pela sua escritura; precisamos perceber que o significado de um texto é uma inter-relação entre a escrita e a leitura. Nós estamos nos conscientizando sobre como nós interpretamos o texto. [...] Enfocar aquilo que o aluno acha que é “natural” fazer, levar o aluno a repensar o que é natural para ele e refletir sobre isso. Perceber como aquilo que é natural para ele pode conter preconceitos que podem afetar o outro, gerar preconceito contra pessoas diferentes. E, portanto, levar o aluno, o aprendiz, a reformular seu saber ingênuo (Souza, 2011, p. 295).

Destarte, podemos considerar que a ideia central do letramento crítico é que o indivíduo letrado ultrapasse o senso comum, assumindo um papel ativo na construção de significados ao considerar o propósito e as diferentes perspectivas dos textos. No contexto educacional, o letramento crítico visa desenvolver a consciência crítica dos sujeitos envolvidos na construção do conhecimento.

Nessa perspectiva, o conceito de letramento digital crítico tem sido amplamente investigado por estudiosos, os quais ressaltam a importância do desenvolvimento de competências que possibilitem uma interação reflexiva e ética no ambiente digital. Trevisan, Maciel e Fernandes (2021) discutem as habilidades essenciais para a consolidação desse letramento, enfatizando a necessidade de uma formação que integre dimensões críticas, éticas e cidadãs.

Segundo os autores, o letramento digital crítico vai além da mera compreensão e produção de conteúdos, requer a capacidade de analisar criticamente as informações consumidas, identificar fontes confiáveis, resolver problemas complexos e se comunicar de maneira eficaz em contextos digitais. Dessa forma, destaca-se a relevância de estratégias educacionais que promovam uma participação ativa e consciente dos sujeitos na sociedade da informação, preparando-os para lidar com os desafios inerentes à cultura digital contemporânea.

Concordamos, portanto, que a discussão apresentada nesta subseção reforça que o

letramento, sob as perspectivas de Soares (2004), Kleiman (2008), Rojo (2009), Araujo (2023) e Souza (2011), ainda Trevisan, Maciel e Fernandes (2021), transcende a simples decodificação textual e se caracteriza como uma prática social complexa. Ele abrange a compreensão crítica e a interação com textos em diferentes contextos, reconhecendo as implicações culturais, sociais e ideológicas que permeiam as práticas de leitura e escrita.

Desse modo, no contexto digital, defendemos que tais habilidades ganham novas dimensões, demandando competências específicas para lidar com textos multissemióticos e interações em ambientes virtuais. Assim, o letramento digital crítico se apresenta como um desdobramento necessário para formar sujeitos ativos, éticos e críticos na sociedade contemporânea.

Evidenciamos portanto, diante das discussões apresentadas, a importância da mobilização desses conceitos, sobretudo, o letramento digital crítico como um elemento essencial para a formação de sujeitos reflexivos e ativos no contexto digital.

Na próxima seção, apresentaremos a metodologia adotada nesta pesquisa, que se caracteriza por uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada na análise documental.

SEÇÃO 3 - METODOLOGIA

*“O desejo do pesquisador é entender os significados
construídos pelos participantes do contexto social de modo
a poder compreendê-lo” (Moita Lopes, 1994).*

3.1 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, discutimos os aspectos metodológicos que sustentam o desenvolvimento deste estudo, com especial atenção aos princípios epistemológicos e ontológicos que orientam nossas escolhas investigativas. Nesse sentido, consideramos que a abordagem metodológica mais adequada para alcançar os objetivos e responder às perguntas de pesquisa reside na adoção de uma perspectiva qualitativa, de caráter exploratório, com ênfase na pesquisa documental como estratégia principal.

Para a condução da análise de dados, recorreremos à Análise Temática (AT), conforme proposta por Braun e Clarke (2006). Esse referencial metodológico permite identificar, organizar e interpretar padrões de significado presentes no *corpus*, viabilizando uma compreensão aprofundada dos fenômenos investigados e sua relação com o contexto em que se inserem.

3.2 CONSIDERAÇÕES EPISTEMOLÓGICAS E METODOLÓGICAS GERAIS

Este estudo tem como objetivo principal investigar a relevância do letramento digital para o uso responsável, ético e crítico do ChatGPT no contexto de produção de texto acadêmico. Nesse sentido, ao refletirmos sobre a temática, as inquietações que a envolvem e as possíveis contribuições sociais que motivaram esta pesquisa, reforçamos nossa crença de que "acreditar numa linguística crítica é acreditar que podemos fazer a diferença. Acreditar que o conhecimento sobre linguagem pode e deve ser posto a serviço do bem-estar geral" (Rajagopalan, 2003, p. 12). Assim, as ideias de Rajagopalan sublinham a necessidade de direcionar os estudos linguísticos para questões sociais, valorizando o potencial desse conhecimento como instrumento para promover a justiça social e o bem-estar coletivo.

Com base nas ideias defendidas ao longo deste estudo, acreditamos que a linguística crítica, além de ser uma área de estudo acadêmico, pode funcionar como uma possibilidade para promover a mudança social, de modo que o conhecimento linguístico possa ser aplicado a fim de fomentar a justiça e a igualdade.

Diante desse contexto, retomamos os seguintes objetivos específicos da pesquisa, que guiaram os questionamentos para a materialização deste trabalho:

1. Identificar quais sinais são observados ao recriar texto científico em termos de uma apropriação dos pensamentos reflexivo e crítico; e
2. Analisar como o ChatGPT produz texto dentro dos limites éticos e legais sob o prisma do letramento crítico.

Nessa senda, de acordo com o estudo realizado por Rampazzo (2002), a pesquisa constitui um processo reflexivo e sistemático, caracterizado pela sua natureza controlada e crítica, com a finalidade de gerar conhecimento e chegar a soluções para as questões propostas. A obtenção do status de cientificidade requer a adesão rigorosa a regras, estruturas e metodologias próprias da pesquisa científica.

Com o intuito de assegurar a cientificidade desta dissertação e responder às perguntas de pesquisa, assim como alcançar os objetivos esperados, fundamentamos o estudo com base na natureza qualitativa, de cunho exploratório, à luz da modalidade de pesquisa documental.

De acordo com Chizzotti (2006), a abordagem qualitativa envolve a compreensão aprofundada e a interpretação dos fenômenos sociais, culturais e humanos. Ademais, para o autor, essa abordagem considera o contexto, as interações sociais e as percepções dos sujeitos analisados. Chizzotti argumenta ainda que essa pesquisa pode permitir uma compreensão dos fenômenos sociais, contribuindo para o avanço do conhecimento nas ciências humanas e sociais.

Ao encontro das ideias defendidas por Chizzotti (2006), Minayo (1994) argumenta que a pesquisa qualitativa compreende o universo subjetivo das pessoas, explorando crenças, significados, aspirações, valores e atitudes. Para o autor, esse tipo de pesquisa busca compreender aspectos não facilmente quantificáveis, como experiências, percepções e contextos sociais. Muitas vezes, utiliza métodos como entrevistas, observações participativas e análise de conteúdo para explorar essas dimensões. Além disso, Minayo (1994) afirma que a pesquisa qualitativa é uma abordagem que busca aprofundar o conhecimento sobre as nuances e complexidades do comportamento humano e dos fenômenos sociais.

No que tange ao campo exploratório desta pesquisa, fundamenta-se, conforme Oliveira (2013), na abordagem inicial que busca levantar informações, familiarizar-se com um tema ou assunto pouco explorado, e propiciar uma compreensão inicial sobre o problema de pesquisa. O campo exploratório não visa oferecer uma análise definitiva ou conclusiva, mas servir como ponto de partida para investigações mais aprofundadas. Ademais, na visão do autor, a pesquisa

exploratória pode proporcionar aos pesquisadores uma melhor delimitação e compreensão do problema, identificação de variáveis relevantes e formulação de hipóteses mais precisas para estudos posteriores.

De acordo com Severino (2016, p. 132), “a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”. Ainda, para acrescentar os propósitos advindos da pesquisa exploratória, ela tem como objetivo “desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores” (Gil, 2012, p. 27).

3.2.1 Pesquisa Documental

Neste estudo, compreendemos documentos como:

[...] materiais escritos (como, por exemplo, jornais, revistas, diários, obras literárias, científicas e técnicas, cartas, memorandos, relatórios), as estatísticas (que produzem um registo ordenado e regular de vários aspectos da vida de determinada sociedade) e os elementos iconográficos (como, por exemplo, sinais, grafismos, imagens, fotografias, filmes). Tais documentos são considerados “primário” quando produzidos por pessoas que vivenciaram diretamente o evento que está sendo estudado, ou “secundários”, quando coletados por pessoas que não estavam presentes por ocasião da sua ocorrência (Godoy, 1995, p. 21-22).

Diante do escopo das propostas oriundas do objeto deste estudo, elencamos que o texto produzido pela discente em questão pode ser considerado como fonte primária desta análise. Godoy (1995) defende que as fontes primárias são importantes para a pesquisa documental, uma vez que oferecem dados originais e diretos a respeito do fenômeno estudado. Ademais, Godoy enfatiza a importância dessas fontes para a obtenção de uma compreensão profunda e autêntica dos contextos e processos sociais.

May (2004), por sua vez, refere-se à abordagem como “pesquisa documental” e argumenta que os documentos não devem ser considerados isoladamente, mas contextualizados dentro de uma estrutura teórica para que seu conteúdo possa ser adequadamente compreendido.

Em contrapartida, Ludke e André (1986, p. 38) preferem o termo “análise documental”, descrevendo-a como a busca por informações factuais nos documentos com base em questões ou hipóteses de interesse. Nesse aspecto, destacamos que, na perspectiva desta pesquisa, a busca empírica documental:

trabalha com documentos, a análise de conteúdo com mensagens (comunicação); a análise documental faz-se principalmente por classificação indexação, a análise categorial temática, é entre outras, uma das técnicas da análise de conteúdo. O objetivo da análise documental é a representação condensada da informação, para consulta e

armazenagem, o da análise de conteúdo, é a manipulação da mensagem (conteúdo e expressão desse conteúdo), para evidenciar os indicadores que permitam inferir sobre uma outra realidade que não a da mensagem (Bardin, 1977, p. 46).

Conforme a ideia introduzida por Bardin (1977), a pesquisa documental se mostra oportuna, pois tem como escopo de análise “[...] os materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetos da pesquisa” (Gil, 2012, p. 45). Ademais, na visão de Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009), esse tipo de pesquisa é ideal para os pesquisadores que buscam examinar e compreender o contexto histórico e sociocultural de um determinado objeto de estudo. Dessa maneira, o conjunto de dados oriundos desta pesquisa consiste, sobretudo, em dados advindos por meio de documentos, que podem incluir livros e outros textos escritos.

Segundo Figueiredo (2007), esses documentos não se limitam apenas a registros impressos, afinal, representam a principal fonte de informações e esclarecimento para abordar o tópico e as questões de interesse da pesquisa. Nesse contexto, Oliveira (2007, p. 69) destaca que a pesquisa documental se baseia em materiais que ainda não foram submetidos a uma análise aprofundada, ou seja, fontes primárias, o que torna necessário um exame cuidadoso por parte do pesquisador.

3.3 CONTEXTO DA PESQUISA

A presente pesquisa fundamenta-se na análise documental. Assim, os documentos que constituem o foco dessa análise correspondem a seis textos intermediários gerados a partir da interação usuário-ChatGPT, bem como ao texto dissertativo autoral (sem uso de IA) culminante do decorrer deste processo, elaborado por uma mestranda em Linguística Aplicada, vinculada a uma universidade pública localizada na região Centro-Oeste do Brasil. A produção textual em questão foi elaborada com o apoio do ChatGPT, utilizado como ferramenta de auxílio na construção do texto, com vistas à preparação para um concurso público na área acadêmica de língua inglesa.

O edital do concurso⁹ especificava que a primeira etapa do processo seletivo consistia na realização de duas provas dissertativas sobre temáticas pré-estabelecidas, cuja seleção ocorreu por sorteio no dia das provas. O documento normativo não forneceu uma bibliografia para orientar os estudos dos candidatos, o que demandou dos participantes autonomia na organização de suas preparações.

⁹ O documento encontra-se no anexo desta dissertação.

Diante da possibilidade de sorteio de qualquer um dos dez temas previstos no edital, a estudante estruturou sua preparação com base em todos eles. Neste estudo, delimitamos a análise a partir do processo de interação com a ferramenta de IA (geração de seis textos) e do texto produzido por ela com foco em um dos temas sorteados no dia da prova. Para se preparar, a estudante recorreu ao ChatGPT, conforme dito, para realizar buscas relacionadas a conceitos e autores relevantes, utilizando essas informações para planejar seus estudos e a elaboração da sua dissertação para o concurso.

Portanto, não consideramos a estudante em si como objeto do estudo. Nesse contexto, observamos, então, os seis textos gerados pelo ChatGPT e o texto autorial culminante do estudo oriundo de sua interação com a ferramenta tecnológica, cujo tema estava previsto no Edital de Seleção.

3.4 A ÉTICA NA PESQUISA CIENTÍFICA EM CONTEXTO DO USO DA IA

Como dissemos no capítulo anterior, o uso de ferramentas baseadas em Inteligência Artificial, como o ChatGPT, tem gerado debates importantes no campo da pesquisa científica, sobretudo, no que diz respeito à ética, à autoria e à integridade acadêmica. Embora essas tecnologias ofereçam recursos úteis para auxiliar na redação, organização de ideias e revisão textual, sua utilização indiscriminada pode comprometer a originalidade e a credibilidade do trabalho. Nesse sentido, uma das principais preocupações é a falta de transparência quanto ao uso dessas ferramentas, o que pode gerar dúvidas sobre a real contribuição do pesquisador no processo de produção do conhecimento.

Nesse sentido, concordamos que:

as IAs são incapazes de assumir responsabilidade moral ou legal pela originalidade, precisão e integridade do trabalho. Somente humanos podem garantir que o conteúdo reflita as ideias dos autores e esteja livre de plágio, fabricação ou falsificação, incluindo textos e imagens gerados pela IA (Sampaio, Sabbatini e Limongi, 2024, p. 19).

A reflexão proposta por Sampaio, Sabbatini e Limongi (2024) sobre os limites éticos do uso de inteligências artificiais, como o ChatGPT, torna-se ainda mais pertinente diante do avanço das discussões legais no Brasil sobre o tema. Em 10 de dezembro de 2024, o Senado Federal aprovou, em votação simbólica, o Projeto de Lei nº 2.338/2023¹⁰, que visa instituir um

¹⁰ BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei nº 2338, de 2023**. Dispõe sobre o uso da Inteligência Artificial. Brasília: Senado Federal, 2023. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/157233>. Acesso em: 17 mai. 2025.

Marco Legal para a Regulação da Inteligência Artificial no país. O projeto, elaborado a partir de proposta do então presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, indica a crescente preocupação das instituições com a responsabilização, transparência e segurança no uso dessas tecnologias.

O texto busca garantir segurança jurídica e ética no uso da Inteligência Artificial, com ênfase na proteção de direitos fundamentais, especialmente os direitos autorais. Ainda que o projeto siga em tramitação nas demais instâncias legislativas, sua aprovação no Senado representa um marco significativo na tentativa de estabelecer diretrizes claras sobre o uso responsável da IA em diferentes contextos, inclusive no meio acadêmico.

Assim, defendemos que a ética no uso do ChatGPT está diretamente vinculada à transparência sobre os limites entre a contribuição humana e a automatizada, sobretudo, em um contexto regulatório que caminha para maior rigor e clareza normativa.

3.5 ANÁLISE TEMÁTICA: COMO ANALISAREMOS OS DADOS?

Na perspectiva desta dissertação, optamos pela AT, como proposta de análise de dados, com intuito de alcançar os objetivos e, conseqüentemente, evidenciar uma possibilidade de cumprir as reflexões dos objetivos específicos. De acordo com Braun e Clarke (2006), a AT é um procedimento de investigação qualitativa que visa identificar, examinar, interpretar e comunicar padrões emergentes a partir de dados qualitativos.

De acordo com Souza (2019, p. 53):

A AT possui características semelhantes a procedimentos tradicionalmente adotados na análise qualitativa. Aspectos como busca por padrões, recursividade, flexibilidade, homogeneidade interna nas categorias/temas e heterogeneidade externa entre as categorias/temas são características fundamentais de análises qualitativas.

Diante do exposto, entendemos que a AT refere-se à identificação de padrões ou de temas em dados qualitativos, destacando-se por sua adaptabilidade, pois não depende necessariamente de uma teoria ou epistemologia particular. Assim, sua flexibilidade permite a sua aplicação em várias abordagens teóricas e epistemológicas. Braum e Clarke asseveram sobre a importância de aprender esse método qualitativo, porque “fornece habilidades essenciais que serão úteis para conduzir muitos outros tipos de análise” (Braun e Clarke, 2006, p. 78).

Ademais, as técnicas oriundas da AT são aplicáveis a conjuntos de dados de diferentes dimensões e podem ser empregadas em uma ampla variedade de interesses e temas de pesquisa. As autoras defendem que “através da sua liberdade teórica, a AT fornece uma ferramenta de pesquisa flexível e útil, que pode potencialmente fornecer um conjunto rico, detalhado e

complexo de dados” (Braun e Clarke, 2006, p. 3).

Outrossim, “a AT não é apegada a qualquer arcabouço teórico pré-existente e, por conseguinte, ela pode ser utilizada em diferentes quadros teóricos (embora não todos), e pode ser usada para fazer coisas diferentes dentro deles” (Braun; Clarke, 2006, p. 81). Nesse sentido, a proposta da AT, delineada por Braun e Clarke, consiste em seis fases.

As autoras salientam também a importância de destacar claramente a justificativa de sua aplicação, a fim de permitir que os pesquisadores desenvolvam ou ajustem os seus instrumentos ao longo do processo, conforme necessário. É importante ressaltar que não há uma sequência obrigatória entre as etapas, sendo apenas uma abordagem sugerida para conduzir a análise dos dados e sua representação. De acordo com a linha de pensamento das autoras, a AT começa quando o pesquisador identifica e busca padrões de significado e questões de interesse nos dados, levantando temas relevantes.

Nessa senda, para as autoras “um tema captura algo importante sobre os dados em relação à questão de pesquisa e representa algum nível de resposta ou significado padronizado dentro do conjunto de dados” (Braun e Clarke, 2006, p. 10). Desse modo, as temáticas são conceitos abstratos, os quais os pesquisadores identificam antes, durante e após a análise.

Conforme mencionamos anteriormente, na visão de Braun e Clarke (2006), a AT divide-se em seis fases, sendo que na primeira fase da AT, conhecida como “familiarização com os dados”, o pesquisador se envolve em um movimento contínuo de ida e volta entre todo o conjunto de dados e as extrações codificadas de dados analisados e produzidos. A escrita, nessa etapa, é uma parte integrante deste processo, iniciando desde a primeira fase com a anotação de ideias e possíveis esquemas de codificação, e prosseguindo ao longo de todo o processo de codificação e análise. Esse procedimento ajuda o pesquisador a compreender a dimensão do conteúdo por meio da leitura repetida dos dados, da busca por significados e padrões, entre outros aspectos.

As autoras descrevem que, em decorrência da segunda etapa, chamada “geração de códigos iniciais”, o pesquisador cria códigos a partir dos dados provenientes da leitura repetida realizada na etapa anterior. Este processo geralmente resulta em uma lista inicial de ideias. Ademais, nessa etapa, as citações diretas podem ser usadas, no entanto, Braun e Clarke (2006) defendem que o objetivo não é ilustrar os códigos e temas, e sim permitir que ideias possam surgir com intuito de apoiar e justificar os temas.

A terceira fase da AT, durante a busca de temas, começa após o processo de coleta e codificação de todas as informações. Nessa etapa, os dados são agrupados para formar uma lista

de códigos distintos, previamente identificados na fase anterior. Nessa etapa, ocorre a classificação dos diversos códigos em temas iniciais.

De acordo com as autoras, na quarta fase da AT, a revisão do tema envolve selecionar um grupo potencial e revisar os extratos já codificados. Em seguida, os temas identificados são refinados. No momento da leitura dos extratos coletados para cada tema, busca-se encontrar um padrão coerente, prosseguindo-se para o próximo nível, que é similar ao anterior, mas abrange todo o conjunto de dados. Nesse sentido, à luz das ideias introduzidas por Braum e Clarke (2006, p. 21), você considera a validade de temas individuais em relação ao conjunto de dados, mas também se o seu mapa temático candidato reflete “‘com precisão’ os significados evidentes no conjunto de dados como um todo”. Desse modo, com a finalização dessa etapa, torna-se possível ter uma clara compreensão das diferenças entre os temas, além de identificar maneiras de combiná-los e integrá-los ao conjunto de dados de forma coerente.

A quinta fase, denominada “Definir e denominar os temas”, ocorre quando é possível construir um mapa temático robusto a partir dos dados coletados. Nessa etapa, os temas são definidos e redefinidos para identificar sua essência, o que eles representam ou não representam. Eles são nomeados de forma concisa e clara para facilitar a compreensão do leitor. O objetivo não é apenas parafrasear o conteúdo, mas destacar o que é importante nele e explicar o motivo.

Por fim, a sexta etapa da AT é nomeada como “produção de relatório”. Nessa fase, após o trabalho minucioso de leitura, análise e definição dos temas e suas conexões, o pesquisador sintetiza os resultados da pesquisa como um todo. Para Braum e Clarke (2006, p. 23), “contar a história complicada de seus dados de uma forma que convença o leitor do mérito e validade de sua análise”.

3.6 INSTRUMENTOS, PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS E CRIAÇÃO DE CATEGORIAS DA PESQUISA

Nesta subseção, descrevemos os procedimentos metodológicos, com base na AT, a fim de categorização dos materiais analisados, tendo como ponto de partida os objetivos específicos, a saber:

1. Identificar quais sinais são observados ao recriar texto científico em termos de uma apropriação dos pensamentos reflexivo e crítico; e
2. Analisar como o ChatGPT produz texto dentro dos limites éticos e legais sob o prisma do letramento crítico.

Partindo dessas questões e, conforme previamente exposto, esta pesquisa foi conduzida a partir da análise que corresponde a seis textos intermediários gerados a partir da interação usuário-ChatGPT, bem como ao texto dissertativo autoral (sem uso de IA) culminante do decorrer deste processo, por uma mestranda em Linguística Aplicada, vinculada a uma universidade pública localizada na região Centro-Oeste do Brasil. A estudante em questão encontrava-se em processo de preparação para um concurso público destinado ao provimento de vagas efetivas no cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico em um Instituto Federal da área de língua inglesa.

Mediante as ideias vistas anteriormente, a AT, à luz da descrição proposta por Braun e Clarke (2006), envolve uma série de os procedimentos sistemáticos para identificar, analisar e relatar padrões (temas) dentro dos dados. Sintetizando, esse método qualitativo permite que os pesquisadores capturem algo importante sobre os dados em relação à questão de pesquisa e representem um nível de resposta ou significado padronizado dentro do conjunto de dados.

Assim sendo, inicialmente, familiarizamo-nos com o conteúdo. Nesse processo, a escrita foi parte integrante do entendimento de pesquisa. O momento também foi oportuno para anotar ideias e possíveis esquemas de codificação.

Na segunda etapa, por sua vez, a partir da leitura reiterada dos dados na fase anterior, geramos códigos iniciais, o que resultou numa lista de ideias primárias, com ênfase no foco principal, o qual viabilizou o surgimento de novas ideias para apoiar e justificar os temas.

Após coletar e codificar todas as informações, os códigos foram agrupados para formar temas iniciais. Nessa fase, revisamos os códigos distintos identificados anteriormente e os organizamos em temas potenciais, agrupando-os em temas mais amplos.

Após essa revisão, os temas foram definidos e denominados. É importante reiterar que essa etapa envolve identificar a essência de cada tema, o que diz respeito à sua representatividade. Os nomes dos temas devem ser concisos e claros para facilitar a compreensão do leitor. Desse modo, nosso objetivo é destacar a importância dos temas e explicar os motivos por trás deles, indo além de uma simples paráfrase do conteúdo.

Nesse contexto, com base nos procedimentos supracitados, observamos quatro categorias principais, as quais condizem com a possibilidade de atingir os objetivos, além de indicarem a possibilidade de responderem às perguntas de pesquisa. As categorias temáticas são:

Quadro 1- Categorização dos dados – AT

Categoria	Tema
Categoria 1	Interação com o ChatGPT – Comando
Categoria 2	Respostas dadas pelo ChatGPT - Processo analítico
Categoria 3	Reflexão e criticidade - Recriação textual
Categoria 4	Consolidação dos conhecimentos - Texto produzido

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, em 2024.

As categorias foram desenvolvidas por meio da organização dos temas discutidos e sua relevância em relação às perguntas formuladas.

Na próxima seção, exploraremos as categorias aqui apresentadas, utilizando autores relevantes para cada assunto em questão. Em seguida, discutiremos os dados obtidos em cada uma das quatro categorias identificadas com base na pesquisa documental.

SEÇÃO 4 - RESULTADOS E ANÁLISE DE DADOS

“Pesquisa para conhecer o que ainda não conheço e comunicar ou anunciar a novidade” (Paulo Freire, 1996, p. 32).

4.1 SÍNTESE DA SEÇÃO

Nesta seção, são apresentados os resultados provenientes da pesquisa documental e a análise desses dados coletados.

A análise dos dados, organizada em quatro categorias temáticas, permitiu uma compreensão abrangente do papel da interação com o ChatGPT no processo formativo da estudante. A partir da perspectiva da Análise Temática (Braun e Clarke, 2006), observamos que a mediação da ferramenta, quando aliada a uma postura crítica e reflexiva, favoreceu o acesso a conteúdos relevantes, construção de sentidos, reorganização conceitual e ao fortalecimento da autonomia intelectual.

Na primeira categoria, destacamos a competência da estudante em formular comandos estratégicos, aspecto fundamental para direcionar a qualidade da interação.

A segunda categoria revelou, por sua vez, que as respostas do ChatGPT, ao serem avaliadas criticamente, serviram de ponto de partida para aprofundamentos teóricos e interdisciplinares.

Já a terceira categoria evidenciou um processo ativo de reconstrução textual, com base na análise crítica das informações, na incorporação de múltiplas vozes e na mobilização de conceitos como dialogismo, heteroglossia e intertextualidade.

Por fim, a quarta categoria demonstrou que a produção textual final não foi mera reprodução de conteúdos, mas resultado de um percurso dialógico, mediado pela ferramenta e fundamentado em práticas de letramento digital crítico (Trevisan, Maciel e Fernandes, 2021), mediação sociocultural (Vygotsky, 1991, 2000) e linguagem como interação (Bakhtin, 1997).

4.2 INTERAÇÃO COM O CHATGPT - COMANDO E RESPOSTAS DADAS PELO CHATGPT - PROCESSO ANALÍTICO

Para melhor compreensão e aprofundamento desta análise, delimitamos este estudo em um dos temas sorteados na prova dissertativa do referido concurso público já mencionado, a saber: “Intertextualidade e escrita: prática, ensino e processos de reescrita”.

Em conformidade com a metodologia descrita nesta pesquisa, a estudante realizou um

estudo prévio para se preparar para a prova. Durante esse processo, utilizou o ChatGPT como ferramenta de suporte e mediação para consolidar o conhecimento relacionado aos temas previstos no edital. Nesta seção, analisamos o texto produzido pela estudante sobre o tema sorteado, com foco em como o uso do ChatGPT contribuiu para a sua elaboração.

Dessa forma, identificamos quatro categorias relacionadas ao texto analisado, de acordo com as seguintes descrições: Categoria 1: Interação com o ChatGPT – refere-se aos comandos e solicitações feitas pela estudante ao ChatGPT, incluindo as perguntas formuladas e as orientações fornecidas à ferramenta para direcionar a busca por informações. Assim, a análise da categoria 1 concentra-se nos tipos de comandos utilizados, nas estratégias adotadas pela estudante para refinar os resultados e na relação desses comandos com o tema central do texto, conforme veremos a seguir no Quadro 2.

Ao passo que na “Categoria 2: Respostas sugeridas pelo ChatGPT (Processo Analítico)” são elencadas as informações fornecidas pelo ChatGPT em resposta aos comandos solicitados pela estudante, observamos, nesse aspecto, a relevância, a qualidade, bem como a adequação das informações apresentadas pela ferramenta em relação ao tema “Intertextualidade, práticas de escrita, ensino e reescrita”.

Desta forma, por intermédio das Categorias 1 e 2, buscamos compreender como a interação com o ChatGPT influenciou o processo de preparação e produção textual da estudante, bem como os limites e as possibilidades do uso dessa tecnologia para o contexto acadêmico.

Vejamos no quadro abaixo:

Quadro 2 - Análise temática das categorias 1 e 2

Categoria 1 - Comando (Perguntas realizadas)	Categoria 2 - Respostas sugeridas pelo ChatGPT (Processo analítico)
<p>Diálogo 1: Me dê uma redação sobre Intertextualidade e escrita: prática, ensino e processos de reescrita.</p>	<p>Intertextualidade e Escrita: Prática, Ensino e Processos de Reescrita</p> <p>A intertextualidade é um conceito fundamental no estudo da linguagem e da literatura, que se refere ao diálogo entre textos. Este diálogo pode ocorrer de várias maneiras, seja por meio de referências diretas, citações, alusões ou até pela reescrita de um texto existente. Na prática, a intertextualidade enriquece a escrita, proporcionando camadas de significado que ampliam a compreensão e a interpretação dos textos.</p> <p>No contexto educacional, o ensino da intertextualidade desempenha um papel crucial no desenvolvimento das habilidades de escrita dos alunos. A intertextualidade não apenas incentiva os alunos a reconhecerem e</p>

	<p>utilizarem referências em suas próprias produções textuais, mas também os auxilia a compreenderem como os textos dialogam entre si e com o mundo. Isso promove uma leitura mais crítica e reflexiva, habilidades essenciais para a formação de leitores e escritores competentes.</p> <p>A prática da intertextualidade na escrita envolve a utilização consciente de elementos de outros textos para criar novos significados. Escritores experientes e estudantes podem recorrer a textos literários, artigos acadêmicos, obras artísticas e outras formas de expressão para enriquecer suas produções. Esta prática requer um entendimento profundo das fontes originais e uma habilidade para tecer esses elementos de forma coesa e criativa no novo texto.</p> <p>O ensino da intertextualidade deve ser estruturado para guiar os alunos a reconhecerem e explorarem essas conexões. Atividades como a análise de textos, exercícios de citação e paráfrase, e projetos de reescrita são métodos eficazes para desenvolver essas competências. Além disso, é importante que os educadores incentivem uma abordagem crítica, onde os alunos questionem e discutam as implicações das inter-relações textuais.</p> <p>Os processos de reescrita são uma parte essencial da intertextualidade. A reescrita permite aos escritores revisitar e reimaginar textos existentes, seja para adaptá-los a novos contextos, seja para oferecer novas interpretações. Este processo não é apenas uma ferramenta pedagógica, mas também um exercício criativo que pode levar a inovações significativas na escrita.</p> <p>A prática da reescrita, quando orientada pedagogicamente, pode ajudar os alunos a entenderem a importância da revisão e da polidez textual. Eles aprendem que a escrita é um processo dinâmico e contínuo, onde a intertextualidade pode servir tanto como uma fonte de inspiração quanto como um mecanismo de crítica e aprimoramento.</p> <p>Em resumo, a intertextualidade é uma prática enriquecedora que permeia a escrita em diversas formas. No ensino, ela se revela uma ferramenta poderosa para desenvolver habilidades críticas e criativas. E nos processos de reescrita, ela se manifesta como uma prática reflexiva que amplia as possibilidades de expressão e inovação textual. Ao fomentar a intertextualidade, educadores e escritores promovem uma compreensão mais profunda e integrada do universo textual, essencial para a formação de leitores e escritores mais competentes e engajados.</p>
--	---

Diálogo 2: Intertextualidade e escrita: prática, ensino e processos de reescrita.

Intertextualidade e Escrita: Prática, Ensino e Processos de Reescrita

"Intertextualidade e escrita: prática, ensino e processos de reescrita" é um tema que aborda a relação entre textos diferentes e como essa relação influencia a escrita, tanto no ensino quanto na prática e nos processos de reescrita. A intertextualidade é um conceito essencial na análise literária e linguística, pois trata da forma como textos se referem, dialogam ou se constroem a partir de outros textos.

Prática de Escrita

Na prática de escrita, a intertextualidade pode ser observada quando um autor utiliza referências, citações ou alusões a outros textos. Isso pode enriquecer o texto, proporcionando novas camadas de significado e conectando-o a um contexto mais amplo.

Na prática da escrita, a **intertextualidade** é um recurso fundamental que torna o texto mais denso, expressivo e significativo. Ela ocorre quando o autor faz **referências diretas ou indiretas a outros textos**, como por meio de **citações, alusões, paráfrases, paródias ou releituras**. Esses elementos estabelecem conexões entre obras diferentes — de diferentes gêneros, épocas ou autores — e ampliam o horizonte de sentidos para quem lê.

Ensino de Escrita

No ensino de escrita, a intertextualidade pode ser uma ferramenta pedagógica poderosa. Incentivar os alunos a reconhecer e utilizar intertextualidade pode ajudar a desenvolver suas habilidades de leitura crítica e escrita criativa. Os educadores podem trabalhar com textos que dialogam entre si, mostrando como a intertextualidade pode ser explorada e como ela enriquece a compreensão e a produção textual.

No ensino de escrita, a **intertextualidade** se revela como uma ferramenta pedagógica extremamente eficaz, tanto para o **desenvolvimento da leitura crítica** quanto para o **estímulo à escrita criativa**. Ao propor atividades que envolvam o reconhecimento e o uso consciente de intertextos, o educador convida os alunos a enxergar o texto como parte de um diálogo constante com outros discursos — sejam eles literários, midiáticos, históricos, culturais ou cotidianos.

Intertextualidade como estratégia de ensino

A abordagem intertextual permite que os alunos compreendam que **todo texto está inserido em uma rede de significados** e que escrever não é simplesmente inventar algo novo do zero, mas sim **reposicionar, ressignificar, recontar ou responder** a algo que já foi dito. Isso muda a relação do estudante com a escrita: em vez de se sentirem pressionados pela “originalidade pura”, eles passam a entender que escrever é dialogar — com autores, ideias, histórias, gêneros e estilos.

Como trabalhar a intertextualidade em sala de aula

1. Leitura comparativa de textos:

	<p>O professor pode apresentar dois ou mais textos que dialogam entre si — por exemplo, uma fábula clássica e uma versão contemporânea; um poema e uma música inspirada nele; uma notícia e um meme relacionado. Ao analisar essas conexões, os alunos aprendem a identificar estratégias discursivas, mudanças de perspectiva e efeitos de sentido.</p> <p>2. Produção de textos intertextuais: Após explorar exemplos, os estudantes podem ser convidados a produzir seus próprios textos com base em obras conhecidas. Isso pode incluir:</p> <p>Reescrita de contos sob outro ponto de vista;</p> <p>Paródias de gêneros jornalísticos ou publicitários;</p> <p>Criação de diálogos entre personagens de diferentes histórias;</p> <p>Poemas inspirados em outros poemas;</p> <p>Crônicas que fazem alusão a obras literárias ou acontecimentos históricos.</p> <p>3. Discussão sobre estilo e intenção: Trabalhar a intertextualidade também é uma forma de abordar a intencionalidade do autor. Por que ele citou tal obra? Que efeito ele quis provocar? Essa análise desenvolve o olhar crítico dos alunos e estimula a construção de sentidos mais elaborados.</p> <p>4. Uso de mídias diversas: A intertextualidade não se restringe ao campo literário. Ela pode ser observada em filmes, séries, videocliques, HQs, memes, redes sociais, propagandas e muito mais. Trazer esses materiais para a sala de aula aproxima o conteúdo da realidade dos alunos e valoriza o repertório cultural deles.</p> <p>Benefícios pedagógicos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estimula a criatividade: ao brincar com referências, os alunos ampliam suas possibilidades de criação; • Desenvolve a argumentação: ao escrever textos que dialogam com outros, o estudante precisa posicionar-se; • Aprimora a leitura crítica: identificar intertextos exige atenção à linguagem, à forma e ao conteúdo; • Fortalece o repertório cultural: ao entrar em contato com obras variadas e suas releituras, os alunos ampliam sua visão de mundo; • Promove o letramento literário: ao reconhecer os modos como os textos se relacionam, os estudantes compreendem melhor os mecanismos da literatura.
--	---

	<p>Em resumo</p> <p>Ensinar intertextualidade é muito mais do que ensinar um conceito: é formar sujeitos capazes de ler e escrever de maneira consciente, crítica e criativa. Ao perceber que todo texto é parte de um tecido mais amplo, o aluno se torna não só um melhor leitor e escritor, mas também um intérprete mais preparado da cultura em que vive. Para o educador, essa abordagem abre um caminho fértil para uma prática de ensino mais dialógica, significativa e transformadora.</p> <p>Processos de Reescrita</p> <p>Nos processos de reescrita, a intertextualidade pode ser uma estratégia para melhorar e aprofundar o texto. Reescrever com base em textos anteriores, incorporando novas ideias e perspectivas, pode resultar em um texto mais robusto e sofisticado. A reescrita intertextual envolve a reflexão sobre as conexões e influências textuais, levando a uma produção mais consciente e elaborada.</p> <p>Nos processos de reescrita, a intertextualidade atua como uma ferramenta poderosa de aprofundamento e aprimoramento textual. Quando o escritor reescreve levando em conta textos anteriores — sejam eles de sua própria autoria ou de outras fontes — ele não apenas corrige aspectos formais ou estilísticos, mas reformula sentidos, incorpora novos olhares e reposiciona sua produção dentro de um contexto mais amplo e dialogado.</p> <p>Exemplos de Intertextualidade</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Citação Direta e Indireta: Uso de trechos de outros textos, explicitamente ou implicitamente. 2. Paródia e Pastiche: Recriação de estilos ou gêneros, frequentemente com um propósito humorístico ou crítico. 3. Referências Culturais: Inclusão de elementos culturais conhecidos para construir significado. 4. Adaptation: Reescrita de uma obra em um novo contexto, como adaptações literárias para cinema. <p>Autores e Obras Relevantes</p> <p>Alguns autores que discutem amplamente a intertextualidade e suas implicações na escrita incluem Julia Kristeva, Mikhail Bakhtin e Gérard Genette. Suas teorias oferecem uma base sólida para entender como os textos se relacionam e influenciam uns aos outros.</p> <p>Se você tiver algum aspecto específico sobre este tema ou precisar de informações sobre autores ou obras específicas, sinta-se à vontade para perguntar.</p>
<p>Diálogo 3: Julia Kristeva</p>	<p>Julia Kristeva</p> <p>Julia Kristeva é uma linguista, filósofa, psicanalista e crítica literária búlgara, conhecida por suas contribuições ao campo da intertextualidade, entre outros temas. Seu trabalho tem uma grande influência nas áreas de teoria literária, semiótica e estudos feministas.</p>

	<p>Intertextualidade</p> <p>Kristeva é creditada por ter introduzido o termo "intertextualidade" no final dos anos 1960. Ela desenvolveu essa ideia a partir dos trabalhos do teórico russo Mikhail Bakhtin, que abordou a natureza dialógica do texto, ou seja, a ideia de que todos os textos são parte de um diálogo contínuo com outros textos.</p> <p>Para Kristeva, a intertextualidade é a noção de que qualquer texto é uma construção mosaica de citações; que é a absorção e transformação de outro texto. Em outras palavras, os textos não existem de forma isolada, mas estão sempre em interação com outros textos.</p> <p>Principais Obras de Kristeva</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. "Semeiotikè: Recherches pour une sémanalyse" (1969): Nesta obra, Kristeva introduz suas ideias sobre a semiótica e a intertextualidade, explorando como os textos se constroem a partir de outros textos. 2. "Revolution in Poetic Language" (1974): Kristeva desenvolve suas teorias sobre a linguagem poética e o papel da subjetividade no processo de criação textual. Ela aborda a questão do "chora" (um conceito platônico que ela reinterpreta) como um espaço pré-verbal que influencia a linguagem. 3. "Desire in Language: A Semiotic Approach to Literature and Art" (1980): Uma coleção de ensaios que examinam a interseção entre linguística, psicanálise e literatura. Kristeva analisa como o desejo e a linguagem se entrelaçam na produção textual. <p>Contribuições de Kristeva</p> <ul style="list-style-type: none"> • Teoria Psicanalítica e Feminismo: Além de sua teoria literária, Kristeva fez contribuições significativas à psicanálise e ao feminismo. Ela explorou temas como a abjeção, a maternidade e a identidade feminina. • Abjeção: Em "Powers of Horror: An Essay on Abjection" (1980), Kristeva analisa como a abjeção (o sentimento de repulsa) é fundamental para a formação da identidade. • Maternidade: Em "Stabat Mater", Kristeva aborda a experiência da maternidade, combinando análise psicanalítica com reflexão cultural e histórica. <p>Impacto e Legado</p> <p>Kristeva influenciou uma vasta gama de disciplinas, desde estudos literários e culturais até teoria feminista e psicanálise. Seu trabalho continua a ser estudado e debatido, refletindo a profundidade e complexidade de suas contribuições intelectuais.</p> <p>1. Estudos Literários e Culturais</p> <p>Kristeva trouxe contribuições fundamentais com sua teoria da</p>
--	---

intertextualidade, um conceito que propõe que nenhum texto é totalmente original, pois todos dialogam com outros textos. Isso alterou profundamente a forma como a literatura é lida, entendida e analisada. Ela também propôs uma abordagem que une linguística, semiótica e psicanálise, desafiando as leituras mais “tradicionais” de textos.

2. Psicanálise

Como psicanalista formada, Kristeva incorpora a psicanálise de Freud e Lacan em suas reflexões. Um exemplo marcante é o conceito de abjeto (abjection), que aparece em seu livro *Powers of Horror* (1980). O abjeto representa aquilo que é expulso do corpo ou da identidade (como o sangue, o excremento, ou o corpo morto) e que ameaça o senso de si. Essa ideia é crucial para pensar os limites entre o sujeito e o outro, o eu e o não-eu, o socialmente aceitável e o repulsivo.

Como psicanalista formada, Julia Kristeva faz uma ponte inovadora entre linguística, filosofia, crítica literária e psicanálise, especialmente a partir das teorias de **Sigmund Freud e Jacques Lacan**. Um dos conceitos mais impactantes de sua obra é o de abjeção (abjection), desenvolvido de forma mais sistemática em seu livro *Powers of Horror: An Essay on Abjection* (1980). Nesse texto, Kristeva investiga **as dimensões psíquicas, sociais e simbólicas do que é considerado repulsivo, excluído ou inominável** — aquilo que precisamos rejeitar para manter a coesão do nosso “eu”.

O **abjeto** representa tudo o que perturba a ordem, a identidade e o sistema de valores do sujeito. Trata-se de algo que não é simplesmente sujo ou nojento, mas que está **na fronteira do simbólico**, ameaçando desintegrar os limites entre o interior e o exterior, o eu e o outro, o humano e o não-humano. Exemplos clássicos que Kristeva menciona são **o sangue fora do corpo, o excremento, o vômito, o cadáver** — resíduos materiais que provocam repulsa justamente porque rompem com a separação entre sujeito e objeto, corpo e mundo, vida e morte. Eles são rejeitados fisicamente, mas continuam a exercer uma **atração ambígua**, porque são, ao mesmo tempo, familiares e intoleráveis.

No plano psíquico, a abjeção está ligada à constituição do sujeito desde seus primórdios. Kristeva propõe que, antes mesmo da entrada no simbólico (ou seja, antes da aquisição da linguagem e da submissão à “Lei do Pai”, nos termos de Lacan), o bebê vive um estado de fusão com a mãe, uma relação simbiótica que ela chama de **fase semiótica**. A entrada no simbólico exige uma ruptura com essa fusão, o que implica **a expulsão do corpo materno** como um primeiro ato de abjeção. Assim, a mãe torna-se paradoxalmente a origem e a ameaça do sujeito. O abjeto, então, é aquilo que está ligado à mãe, ao feminino, ao corpo, ao pré-verbal — e que deve ser rejeitado para que o sujeito se reconheça como tal, mas que continua a assombrá-lo em seu inconsciente.

O conceito também tem desdobramentos no campo social e político. A abjeção está relacionada com o modo como **a sociedade define e exclui o “outro”**: o estrangeiro, o marginalizado, o doente, o “impuro”. São figuras que desafiam a integridade simbólica da comunidade e, por isso, são rejeitadas — mas, ao mesmo tempo, são necessárias para a constituição

dessa mesma identidade social. Em outras palavras, o abjeto é o que precisa ser expulso para que o “normal” exista, mas essa exclusão nunca é definitiva, pois o abjeto retorna, insiste, incomoda.

Na literatura e na arte, Kristeva vê o abjeto como uma força criadora, uma espécie de “sintoma estético” que permite encarar o que é traumático ou inominável. Escritores como Dostoiévski, Céline, Artaud, e artistas que abordam o grotesco, o corpo deformado, a dor e a morte estariam, segundo ela, explorando esse território liminar onde o abjeto rompe com as convenções simbólicas e revela o que está reprimido.

Assim, **a abjeção é central na obra de Kristeva porque ilumina os processos inconscientes de exclusão que sustentam tanto a identidade individual quanto as normas sociais e culturais.** É um conceito que toca a psicanálise, mas também a crítica cultural, os estudos feministas, os debates sobre o corpo, a marginalidade, o gênero e a alteridade. Em tempos de polarização, exclusão e medo do diferente, o abjeto é uma chave teórica poderosa para compreender como se constroem (e se ameaçam) as fronteiras do eu e da comunidade.

3. Teoria Feminista

Embora tenha uma relação complexa com o feminismo — às vezes sendo criticada por não se alinhar diretamente com correntes feministas mais militantes — Kristeva trouxe conceitos revolucionários sobre a linguagem feminina. Ela falou, por exemplo, do simbólico e do semiótico, dois modos de organização da linguagem: o simbólico está ligado à estrutura, à ordem e à lógica (associado ao pai), enquanto o semiótico está ligado ao corpo, ao ritmo, à emoção (associado à mãe). Isso abriu novas possibilidades para pensar a subjetividade feminina, a linguagem e a criação.

Julia Kristeva ocupa um lugar singular na história do pensamento feminista. Embora frequentemente associada ao **feminismo francês** — ao lado de figuras como Hélène Cixous e Luce Irigaray —, sua relação com o feminismo é **complexa e até ambivalente**. Ela se posiciona criticamente em relação a certas correntes mais militantes ou essencialistas, especialmente aquelas que fixam a identidade feminina ou reivindicam uma “natureza da mulher”. Kristeva prefere uma abordagem mais fluida e psicanalítica da subjetividade, que não se baseia em categorias fixas como “mulher” ou “homem”, mas em processos dinâmicos e simbólicos de constituição do sujeito.

Apesar disso, suas contribuições teóricas são **profundamente transformadoras** para o pensamento feminista e para os estudos de gênero, especialmente por sua articulação entre linguagem, corpo e subjetividade. Um dos aportes mais marcantes de Kristeva é a distinção entre o simbólico e o semiótico, dois modos fundamentais de funcionamento da linguagem.

O simbólico e o semiótico

- O **simbólico** refere-se à dimensão estruturada da linguagem, ligada à gramática, à lógica, à ordem e à significação. É o registro do que Lacan chamou de “Lei do Pai”: a entrada do sujeito na

linguagem como sistema social e cultural. É nesse campo que se constitui a identidade do sujeito segundo as normas da cultura patriarcal.

- O **semiótico**, por sua vez, é um conceito original de Kristeva e se refere à dimensão pré-verbal, rítmica e pulsional da linguagem. Está associado ao corpo materno, aos afetos, aos sons, aos ritmos e às emoções que antecedem (e continuam a atravessar) o domínio do simbólico. É uma espécie de “baixo-fundo” da linguagem, onde o desejo e o inconsciente se manifestam.

Para Kristeva, o semiótico **não desaparece com a entrada no simbólico** — ele continua agindo de forma subterrânea, tensionando e subvertendo a linguagem estruturada. Essa visão abre um campo fértil para pensar a **linguagem feminina** não como uma linguagem exclusiva das mulheres, mas como uma linguagem que permite o irromper do semiótico — o corpo, o desejo, a ruptura — na ordem do simbólico. A poesia, por exemplo, seria um dos modos privilegiados de expressão do semiótico.

A subjetividade feminina

Kristeva não define o “feminino” como essência biológica, mas como **posição discursiva e simbólica**, uma forma de estar no mundo que se constrói na tensão entre o semiótico e o simbólico. Assim, sua proposta rompe com os dualismos clássicos (razão x emoção, cultura x natureza, homem x mulher) ao mostrar que todo sujeito — seja ele qual for — é constituído por forças contraditórias, corporais e linguísticas, conscientes e inconscientes.

Ela também propõe a ideia de uma **identidade em devir**, sempre aberta, múltipla, fluida — o que se alinha com perspectivas pós-estruturalistas e contribui para o feminismo contemporâneo pensar o gênero como **construção simbólica**, e não como dado fixo.

Um feminismo “crítico do feminismo”?

Kristeva já afirmou que não se considera feminista no sentido militante ou ideológico do termo. Isso gerou críticas, sobretudo por parte de autoras que defendem a importância da ação política direta contra as opressões estruturais. No entanto, muitos estudiosos reconhecem que, apesar dessa distância, sua obra oferece **ferramentas teóricas poderosas para desconstruir o patriarcado e repensar as categorias de identidade, corpo, maternidade e linguagem** — questões centrais para o feminismo.

Por exemplo, em seus ensaios sobre a maternidade, ela não a idealiza nem a rejeita, mas analisa a figura da mãe como um lugar de abjeção, ambivalência e criação simbólica — ao mesmo tempo origem da linguagem e ameaça à identidade do sujeito.

Em resumo

A partir de conceitos como **semiótico, abjeção, subjetividade em devir e linguagem poética**, Kristeva **complexifica o discurso feminista**,

oferecendo uma abordagem que não se limita à reivindicação de direitos ou à crítica social, mas que mergulha nas **estruturas simbólicas e inconscientes** que sustentam as desigualdades de gênero. Sua obra propõe uma escuta mais sensível ao desejo, à alteridade e às fissuras do sujeito — uma contribuição fundamental para pensar novas formas de existência, criação e resistência.

4. Filosofia e Linguagem

Kristeva também dialoga com filósofos como Bakhtin, Derrida e Hegel, explorando o sujeito em constante devir, a linguagem como espaço de conflito, e a alteridade como constitutiva do eu. Sua escrita é densa, muitas vezes poética, o que torna sua obra um desafio — e um prazer — para leitores mais experientes.

Julia Kristeva é uma pensadora profundamente interdisciplinar, cuja obra transita entre a linguística, a psicanálise, a filosofia, a crítica literária e os estudos feministas. Um dos traços mais marcantes de sua produção teórica é o **diálogo intenso com outros grandes pensadores**, especialmente Mikhail **Bakhtin**, Jacques **Derrida** e Georg Wilhelm Friedrich **Hegel**. Por meio desses interlocutores, Kristeva elabora uma visão complexa e original sobre a linguagem, o sujeito e a alteridade.

Com **Bakhtin**, Kristeva compartilha a noção de que a linguagem não é neutra nem transparente, mas um **espaço de conflito e multiplicidade de vozes**. Ao adotar e transformar o dialogismo bakhtiniano, ela concebe o texto como um campo dinâmico de forças, onde o sujeito é constantemente atravessado por discursos diversos — nunca fixo, mas em **constante devir**. Nesse sentido, ela rompe com a ideia de um sujeito centrado, estável e autônomo, típica da tradição humanista.

O pensamento de **Derrida** também influencia sua abordagem, especialmente no que se refere à **desconstrução da linguagem e à crítica da presença**. Assim como Derrida, Kristeva entende que os significados não são fixos nem encerrados, mas sempre adiados, deslocados e reconfigurados em novas relações de sentido. A linguagem, para ela, é marcada pela **ambivalência** e pela **heterogeneidade**, sendo tanto produtora quanto desestabilizadora de identidade.

Já o diálogo com **Hegel** se dá, sobretudo, em torno da questão do **sujeito e da negatividade**. Kristeva recupera a noção hegeliana de que o eu se constitui na relação com o outro — uma alteridade que é simultaneamente interna e externa ao sujeito. Mas ela radicaliza essa ideia ao incorporar a psicanálise freudiana e lacaniana, propondo que o sujeito é sempre atravessado por pulsões inconscientes, por experiências de perda, exclusão e rejeição. Esse movimento de constituição pelo negativo, pela ausência, pela divisão interna, está no centro de sua teoria do **abjeto** — um conceito que descreve aquilo que o sujeito rejeita para poder se constituir como tal, mas que permanece como uma ameaça constante à sua integridade simbólica.

Nesse cenário, o sujeito kristeviano é sempre **inacabado, fragmentado e em transição**, atravessado pelo desejo, pela linguagem e pela alteridade. É

	<p>um sujeito que se forma.</p> <p>Julia Kristeva, portanto é uma autora fundamental para pensar os desafios da subjetividade na contemporaneidade, especialmente no campo da educação, da leitura e da produção de sentido. Sua abordagem, que integra linguística, psicanálise e filosofia, oferece instrumentos teóricos valiosos para compreender como o sujeito se constitui na linguagem — sempre atravessado por conflitos, por vozes outras e por pulsões inconscientes. Em contextos pedagógicos, o pensamento kristeviano convida educadores e pesquisadores a problematizar a ideia de um sujeito plenamente racional ou autônomo, mostrando que a formação de identidades ocorre num terreno de tensões simbólicas, sociais e afetivas.</p> <p>Ao propor que o texto é um espaço polifônico e que o eu se constitui no entrelaçamento com o outro, Kristeva também contribui para uma abordagem ética da alteridade. Nesse sentido, seu pensamento dialoga com práticas educativas que valorizam a escuta, a diferença e a produção de subjetividades críticas. A leitura, nesse contexto, deixa de ser apenas decodificação de sentido e se torna um exercício de abertura ao outro e de reinvenção de si.</p> <p>Nesse horizonte, destaca-se a distinção que Kristeva propõe entre o simbólico e o semiótico — dois modos de funcionamento da linguagem que coexistem e se tensionam mutuamente. O simbólico refere-se à ordem da linguagem estruturada, normativa, associada à lei, à lógica e à gramática. Já o semiótico diz respeito aos elementos pré-linguísticos, pulsionais e rítmicos da linguagem — aquilo que escapa à plena significação, mas que está presente na entonação, na musicalidade e nos afetos que atravessam a fala e a escrita. Essa noção rompe com visões racionalistas da linguagem e mostra como o sujeito é afetado por forças que não controla totalmente.</p> <p>Para Kristeva, é justamente nesse embate entre simbólico e semiótico que se dá a criatividade, tanto no texto literário quanto na constituição do sujeito. Isso tem implicações diretas para práticas de leitura e de escrita na escola: educar para a linguagem não pode ser apenas ensinar a norma ou a clareza expositiva, mas também reconhecer a potência expressiva do desejo, do conflito e da ambivalência que atravessam toda produção discursiva.</p>
<p>Diálogo 4: Mikhail Bakhtin e intertextualidade</p>	<p>Mikhail Bakhtin foi um filósofo e teórico literário russo cujo trabalho teve um impacto profundo nas ciências humanas, especialmente na teoria literária e nos estudos da linguagem. Embora ele não tenha usado diretamente o termo "intertextualidade" (introduzido por Julia Kristeva), muitas de suas ideias serviram de base para o desenvolvimento deste conceito.</p> <p>Contribuições de Bakhtin à Teoria da Intertextualidade</p> <p>1. Dialogismo: Uma das contribuições mais significativas de Bakhtin é a teoria do dialogismo. Ele argumenta que todo discurso é essencialmente dialógico, o que significa que a linguagem é sempre uma resposta a algo dito anteriormente e está sempre em interação com outras vozes. Isso implica que nenhum texto ou enunciado é autônomo; todos são parte de um contínuo diálogo social.</p>

Uma das contribuições mais significativas de Mikhail Bakhtin para os estudos da linguagem é a teoria do dialogismo. Para o autor, todo discurso é essencialmente dialógico, o que significa que a linguagem nunca é neutra ou isolada, mas sempre se constitui em resposta a outros discursos e em antecipação a novos. Em outras palavras, nenhum enunciado é autônomo; ele sempre dialoga com enunciados anteriores e futuros, formando um tecido discursivo contínuo no qual as vozes sociais se entrelaçam. Esse entendimento rompe com concepções monológicas da linguagem, em que o sentido é visto como fixo e controlado por um único emissor. No dialogismo, ao contrário, o sentido emerge da interação entre diferentes vozes, posições e contextos. Na literatura, isso se manifesta na ideia de polifonia, especialmente presente nas obras de Dostoiévski analisadas por Bakhtin, nas quais as personagens possuem vozes próprias, não subordinadas à do autor, promovendo um verdadeiro diálogo entre consciências. Para além da literatura, o dialogismo tem implicações profundas na análise do discurso, ao evidenciar como todo dizer carrega marcas de outras vozes, mesmo quando não são citadas explicitamente. No campo educacional, o dialogismo inspira práticas pedagógicas que valorizam a escuta, o debate e a construção coletiva do conhecimento, em oposição a métodos centrados na transmissão unilateral de conteúdos. Além disso, ao conceber o sujeito como resultado das interações discursivas, Bakhtin oferece uma perspectiva relacional da subjetividade, que se articula com pensamentos contemporâneos, como os de Julia Kristeva, na medida em que ambos veem o sujeito como múltiplo, dinâmico e em constante constituição. Assim, o dialogismo permanece como uma chave teórica poderosa para compreender os processos de significação, a formação dos sujeitos e a complexidade da linguagem em contextos sociais diversos.

2.Heteroglossia: No seu livro "Discourse in the Novel" (no livro "The Dialogic Imagination"), Bakhtin introduz o conceito de heteroglossia, que se refere à coexistência de múltiplas vozes ou discursos dentro de um único texto. Essas vozes podem refletir diferentes perspectivas sociais, culturais e históricas, criando uma rica tapeçaria de significados.

No ensaio "Discourse in the Novel", presente na coletânea *The Dialogic Imagination*, Mikhail Bakhtin apresenta o conceito de heteroglossia, um dos pilares de sua teoria sobre a linguagem. A heteroglossia refere-se à multiplicidade de vozes, estilos e discursos que coexistem dentro de um único texto, especialmente no romance, gênero que Bakhtin valoriza por sua capacidade de incorporar essa diversidade. Diferentemente de uma obra marcada por uma voz única e homogênea, um texto heteroglóstico articula diferentes perspectivas sociais, culturais e históricas, refletindo os múltiplos contextos nos quais a linguagem circula. Essas vozes não apenas coexistem, mas entram em tensão e diálogo, compondo uma rede de significados em constante negociação. No romance, por exemplo, é comum encontrar o discurso do narrador, dos personagens, da voz social, do discurso ideológico, entre outros, cada qual trazendo uma visão de mundo particular. Para Bakhtin, a linguagem é sempre atravessada por essas vozes sociais que carregam marcas de classes, profissões, grupos, ideologias e temporalidades diversas. Assim, a heteroglossia desafia qualquer ideia de neutralidade ou pureza linguística, revelando que todo ato de linguagem é carregado de posicionamentos e de valores sociais. Esse conceito tem implicações profundas não apenas para a crítica literária, mas também para a análise do

discurso e a educação, pois evidencia que ensinar ou produzir linguagem envolve lidar com essa complexidade de vozes e sentidos em disputa. Em um mundo cada vez mais marcado pela circulação massiva de discursos — como nas redes sociais, nos meios digitais e nas mídias — a heteroglossia se mostra especialmente relevante para compreender como os sujeitos constroem significados, se posicionam e são atravessados por diferentes formas de dizer e de pensar.

3. Carnavaização: Bakhtin explorou o conceito de carnavalização na literatura, particularmente em sua análise das obras de Rabelais. O carnaval, com sua subversão temporária das hierarquias sociais e a mistura de diversas vozes e estilos, exemplifica como os textos podem incorporar e dialogar com múltiplas tradições e discursos.

O conceito de **carnavaização**, desenvolvido por Mikhail Bakhtin especialmente em sua obra *A Cultura Popular na Idade Média e no Renascimento: O Contexto de François Rabelais*, descreve um fenômeno cultural e literário em que as normas sociais, políticas e linguísticas são temporariamente subvertidas por meio do riso, da paródia, da inversão de papéis e da fusão de opostos. Inspirando-se no espírito do carnaval medieval, Bakhtin mostra como esse evento festivo criava um espaço de liberdade momentânea em que as hierarquias — entre ricos e pobres, nobres e plebeus, sagrado e profano — eram suspensas, permitindo que as vozes marginalizadas se expressassem e que a ordem oficial fosse ridicularizada.

Na literatura, essa lógica carnavalesca se manifesta na presença de múltiplas vozes, tons e estilos que coexistem e entram em confronto, promovendo a descentralização da autoridade do autor ou de uma única perspectiva dominante. A **carnavaização do romance**, nesse sentido, é um processo pelo qual o texto incorpora a diversidade e a ambivalência do mundo popular, abrindo espaço para o riso, a corporeidade, a paródia e a ironia como formas legítimas de expressão e reflexão social. Em Rabelais, por exemplo, Bakhtin observa como os corpos grotescos, a comida, o riso escrachado e as inversões sociais criam uma linguagem literária que desafia os padrões oficiais e eleva o popular ao centro da narrativa.

A carnavalização, portanto, não é apenas uma técnica estilística, mas um modo profundo de conceber a linguagem e o mundo. Ela rompe com a rigidez das formas canônicas e com os discursos hegemônicos, permitindo que o texto literário se torne um espaço de experimentação, liberdade e confronto simbólico. No contexto contemporâneo, o conceito continua a ser relevante para pensar práticas discursivas que desafiam a norma — como a cultura de memes, o humor político, a sátira digital e outras formas de comunicação popular — que, à semelhança do carnaval, desconstróem verdades absolutas e reconfiguram as relações entre os sujeitos, o poder e o discurso.

Principais Obras de Bakhtin

1. "Problems of Dostoevsky's Poetics" (1929): Nesta obra, Bakhtin analisa a obra de Dostoiévski, destacando o caráter polifônico de seus romances, onde múltiplas vozes independentes e conscientes interagem de forma complexa, sem se subordinar a uma única perspectiva autoral.

Em *Problems of Dostoevsky's Poetics* (1929), Mikhail Bakhtin desenvolve uma das mais influentes ideias de sua teoria literária: o conceito de **polifonia**. A obra analisa profundamente os romances de Fiódor Dostoiévski, que, para Bakhtin, representam uma forma singular e revolucionária de composição narrativa. Diferente de outros autores que organizam seus romances a partir de uma voz narrativa dominante, Dostoiévski constrói seus textos como um verdadeiro **diálogo entre consciências**, em que cada personagem possui uma voz própria, plena de valor e autonomia ideológica. Essas vozes não são subordinadas ao ponto de vista do autor, nem funcionam como simples veículos para a expressão de uma única verdade.

A polifonia, portanto, não se refere apenas à presença de vários personagens, mas à existência de **múltiplas consciências autônomas** que interagem no romance sem que haja uma hierarquia entre elas. O autor, nesse contexto, abdica do papel de autoridade absoluta sobre o sentido da obra e se coloca como um organizador do diálogo, permitindo que os personagens expressem suas ideias e visões de mundo com liberdade e profundidade. Cada personagem é, assim, um sujeito pleno, com capacidade de refletir, argumentar e confrontar outras vozes — inclusive a do próprio narrador.

Essa abordagem rompe com a tradição do romance monológico, em que o autor mantém o controle total sobre os sentidos e a ideologia do texto. Em vez disso, o romance polifônico é caracterizado por um dinamismo discursivo, em que os conflitos ideológicos e existenciais entre as personagens geram um campo de tensões e ambiguidades que nunca se resolvem de forma definitiva. Esse tipo de construção narrativa é especialmente visível em obras como *Os Irmãos Karamázov*, *Crime e Castigo* e *O Idiota*, nas quais personagens como Ivan Karamázov, Raskólnikov e o príncipe Míchkin manifestam ideias complexas e contraditórias, que não são reduzidas ou anuladas por uma “mensagem” do autor.

A análise de Bakhtin sobre Dostoiévski também tem implicações mais amplas para a teoria do discurso e da subjetividade. Ao propor que o sentido surge no encontro entre vozes diferentes, ele antecipa debates contemporâneos sobre a constituição do sujeito na linguagem e o papel da alteridade na construção do significado. A polifonia, assim como o dialogismo e a heteroglossia, revela uma concepção de linguagem viva, conflitante e plural, que resiste à unificação e à homogeneização. Em tempos marcados pela diversidade de discursos e pela disputa constante por sentidos, a leitura bakhtiniana de Dostoiévski permanece atual e necessária.

"The Dialogic Imagination" (1975): Uma coleção de ensaios que abrange vários aspectos do dialogismo e da teoria do romance. Este livro contém alguns dos conceitos mais influentes de Bakhtin, incluindo o dialogismo, a heteroglossia e a carnavalização.

The Dialogic Imagination, publicado em 1975, é uma das obras mais conhecidas e influentes de Mikhail Bakhtin no mundo ocidental. Trata-se de uma coletânea de quatro ensaios escritos entre as décadas de 1930 e 1940,

traduzidos e organizados por Michael Holquist e Caryl Emerson. Esses textos apresentam os fundamentos da teoria bakhtiniana do romance e reúnem alguns dos conceitos mais importantes para os estudos da linguagem, da literatura e da cultura: **dialogismo**, **heteroglossia**, **carnavalização** e **cronotopo**.

No primeiro ensaio, “**Epic and Novel**” (Épico e Romance), Bakhtin propõe uma comparação entre o romance e os gêneros literários mais antigos, como o épico. Ele destaca a flexibilidade e a abertura do romance em contraste com a rigidez e o caráter fechado do épico. O romance, para Bakhtin, é o gênero mais dinâmico da literatura porque é capaz de incorporar múltiplas vozes, linguagens e temporalidades — ou seja, ele é essencialmente **dialogizado**. Já o épico se ancora em uma verdade já estabelecida, situada num passado absoluto, enquanto o romance se constrói a partir da multiplicidade de perspectivas e da historicidade.

O segundo ensaio, “**From the Prehistory of Novelistic Discourse**” (*Da Pré-História do Discurso Romancesco*), examina as origens do discurso do romance na Antiguidade, mostrando como elementos carnavalescos, paródicos e dialógicos já estavam presentes em formas populares e marginais de expressão. Aqui, Bakhtin mostra que o romance emerge de práticas culturais que sempre desafiaram os discursos oficiais e canônicos — um traço que ele manterá ao longo da história.

No terceiro ensaio, “**Forms of Time and of the Chronotope in the Novel**” (*Formas de Tempo e Cronotopo no Romance*), Bakhtin introduz o conceito de cronotopo, que descreve a relação entre categorias de tempo e espaço dentro do discurso literário. O **cronotopo** permite compreender como os eventos são organizados narrativamente e como diferentes gêneros e estilos moldam experiências temporais e espaciais distintas. O romance, com sua liberdade formal, é especialmente hábil em manipular cronotopos variados, criando mundos narrativos complexos e realistas.

O quarto e mais conhecido ensaio, “**Discourse in the Novel**” (*O Discurso no Romance*), desenvolve os conceitos de **dialogismo** e **heteroglossia** de maneira mais sistemática. Bakhtin argumenta que o romance é um espaço de múltiplas vozes sociais que coexistem e se contrapõem: vozes de diferentes classes sociais, posições ideológicas, profissões, estilos de fala e visões de mundo. Essa convivência e confronto constante de discursos diferentes, sem a imposição de uma única verdade, é o que define a riqueza e a complexidade do romance moderno.

Ao longo de *The Dialogic Imagination*, Bakhtin propõe uma visão radicalmente nova da linguagem literária — não como um sistema fechado e autoritário, mas como uma arena de luta entre vozes e sentidos. Seus ensaios mostram que o romance é o gênero mais apto a refletir a multiplicidade do real e a complexidade da experiência humana. Por isso, a obra se tornou um marco não apenas nos estudos literários, mas também na linguística, na análise do discurso, na educação e nas ciências humanas em geral. Ela continua sendo leitura essencial para quem deseja compreender a linguagem como prática social, profundamente enraizada na vida, no tempo e na ideologia.

3. **"Rabelais and His World" (1965):** Um estudo da obra de François Rabelais, onde Bakhtin introduz a ideia de carnavalização, explorando como a cultura popular do carnaval, com sua mistura de alta e baixa cultura e subversão das normas sociais, se manifesta na literatura.

Rabelais and His World, publicado em 1965, é uma das obras mais ousadas e inovadoras de Mikhail Bakhtin. Nesse estudo, o autor mergulha na análise da obra do escritor renascentista francês François Rabelais, especialmente em seu ciclo de romances sobre Gargântua e Pantagruel, para compreender como a cultura popular da Idade Média e do Renascimento — com destaque para o espírito do carnaval — se reflete e se realiza na literatura. É nessa obra que Bakhtin desenvolve, de forma mais profunda, o conceito de carnavalização, ampliando seu significado para além da festividade popular e transformando-o em uma chave de leitura estética, ideológica e filosófica.

Para Bakhtin, o carnaval medieval não era apenas um evento de entretenimento, mas um fenômeno cultural de grande importância, onde a ordem social era momentaneamente invertida: reis eram zombados, os pobres se tornavam protagonistas, as autoridades religiosas e políticas eram caricaturadas, e o corpo — sobretudo em sua dimensão grotesca — era celebrado em toda a sua materialidade. Esse ambiente de liberdade e inversão temporária das hierarquias sociais criava um espaço simbólico de resistência, crítica e renovação. O riso carnavalesco, segundo Bakhtin, era ambíguo: ao mesmo tempo destruidor e regenerador, zombeteiro e libertador, permitindo que o povo se expressasse de forma irreverente diante do poder instituído.

Na literatura de Rabelais, esse espírito carnavalesco se manifesta não apenas nos enredos cômicos e escatológicos, mas também na linguagem, nas imagens grotescas, nas paródias religiosas e jurídicas, na celebração da corporalidade e na mistura deliberada entre os estilos “elevado” e “popular”. É o que Bakhtin chama de realismo grotesco — uma estética que enaltece o corpo em transformação (comer, beber, defecar, parir), o inacabado, o exagerado, o coletivo, em oposição à visão individualista, estática e espiritualizada promovida pelas instituições oficiais.

A carnavalização, nesse contexto, não se restringe à descrição de cenas festivas. Trata-se de uma forma de organização do discurso literário que incorpora a lógica do carnaval como princípio estruturante: múltiplas vozes, liberdade estilística, ambivalência ideológica, crítica social por meio do riso e da paródia. Ao analisar Rabelais, Bakhtin propõe que a carnavalização é um modo alternativo de ver e representar o mundo — uma visão que valoriza o popular, o contraditório e o coletivo.

Essa perspectiva tem desdobramentos importantes para a teoria literária e para os estudos culturais, pois permite compreender como certos textos desafiam a norma e abrem espaço para o que é marginalizado ou silenciado pelas vozes oficiais. Além disso, *Rabelais and His World* também amplia o entendimento da literatura como espaço de disputa simbólica, onde diferentes formas de pensar, falar e viver o mundo podem coexistir e entrar em confronto.

Em tempos de crescente interesse por discursos periféricos, culturas

subalternas e práticas de resistência simbólica — inclusive nas mídias digitais — a carnavalização continua sendo um conceito poderoso para pensar como o riso, o exagero e a inversão podem questionar as normas estabelecidas e promover outras formas de expressão e de subjetividade.

Bakhtin e a Intertextualidade de Kristeva

Julia Kristeva desenvolveu o conceito de intertextualidade a partir das ideias de Bakhtin. Ela reconheceu que os textos são formados por um mosaico de citações e que todo texto é uma absorção e transformação de outros textos. Embora Kristeva tenha sido a responsável por cunhar o termo "intertextualidade", é inegável que as teorias de Bakhtin sobre dialogismo e heteroglossia foram fundamentais para esse desenvolvimento.

Julia Kristeva, uma das mais influentes teóricas da linguagem e da psicanálise do século XX, desenvolveu o conceito de intertextualidade a partir das ideias centrais de Mikhail Bakhtin, especialmente os conceitos de dialogismo e heteroglossia. Foi Kristeva quem cunhou, nos anos 1960, o termo "intertextualidade", ao interpretar e traduzir o pensamento de Bakhtin para o contexto intelectual francês, conectando-o com as teorias estruturalistas e pós-estruturalistas em voga na época.

Para Kristeva, todo texto é uma absorção e transformação de outros textos — ou seja, ele nunca é original ou autônomo no sentido estrito, pois está sempre em diálogo com um repertório anterior de discursos, vozes, formas e significados. O texto, nesse sentido, não é um campo fechado, mas um espaço de cruzamento, um mosaico no qual múltiplas vozes e discursos se entrelaçam e se confrontam. Isso está diretamente relacionado à noção bakhtiniana de que a linguagem é essencialmente dialógica e social, e que os sentidos não são criados isoladamente, mas nas interações entre diferentes vozes históricas e sociais.

Kristeva leva essa ideia adiante ao propor que os textos não apenas dialogam entre si, mas também se constroem a partir uns dos outros. A intertextualidade rompe com a concepção do autor como uma fonte única de sentido e desloca o foco para as relações entre os textos e os discursos. A leitura, nesse modelo, torna-se um processo de decodificação dessas redes de significados, que podem ser explícitas — como citações diretas — ou implícitas — como ecos, alusões, paródias, estilos e gêneros incorporados de forma mais sutil.

Além disso, ao articular a intertextualidade com a psicanálise freudiana e lacaniana, Kristeva também amplia a noção de sujeito: ela entende que o sujeito da enunciação é igualmente atravessado por múltiplos discursos e experiências históricas. Assim como o texto, o sujeito também é intertextual — fragmentado, múltiplo, construído em relação com o outro e com a linguagem. Essa visão foi decisiva para os estudos pós-estruturalistas e feministas, influenciando pensadoras como Hélène Cixous e Luce Irigaray.

Em suma, embora Julia Kristeva tenha dado nome ao conceito de intertextualidade e o tenha desenvolvido em novas direções, é fundamental reconhecer que o solo teórico dessa noção está nas ideias de Bakhtin, sobretudo na sua compreensão da linguagem como um processo dialógico

	<p>e social. A intertextualidade, nesse sentido, é uma continuação e amplificação do dialogismo bakhtiniano, aplicada não apenas ao estudo da literatura, mas também às práticas discursivas, culturais e subjetivas de forma mais ampla.</p> <p>Impacto e Legado</p> <p>O trabalho de Bakhtin continua a influenciar estudos literários, linguísticos, culturais e teóricos em todo o mundo. Suas ideias sobre o dialogismo e a natureza polifônica do discurso literário oferecem uma lente poderosa para entender a complexa rede de relações que constituem os textos e os discursos na cultura.</p> <p>Se você quiser mais informações detalhadas sobre algum dos conceitos ou obras específicas de Bakhtin, ou sobre como sua teoria se relaciona com a de outros teóricos, estou à disposição para ajudar.</p>
<p>Diálogo 5: Gérard Genette e intertextualidade</p>	<p>Gérard Genette foi um teórico literário francês cuja obra teve uma influência significativa na narratologia e na teoria literária. Genette desenvolveu o conceito de transtextualidade, que abrange várias formas de relação entre textos, incluindo a intertextualidade. Sua abordagem sistemática ajudou a definir e categorizar os tipos de relações textuais de maneira mais detalhada.</p> <p>Gérard Genette foi um dos principais nomes da crítica literária e da teoria do texto no século XX, especialmente conhecido por seu trabalho na área da narratologia e por desenvolver uma abordagem rigorosa e sistemática da análise literária. Em sua obra <i>Palimpsestos: A Literatura de Segunda Mão</i> (1982), Genette propõe o conceito de transtextualidade, que amplia e aprofunda o debate iniciado por Julia Kristeva sobre intertextualidade, oferecendo uma taxonomia detalhada das diferentes formas de relação entre os textos.</p> <p>Para Genette, a transtextualidade é definida como “tudo o que coloca um texto em relação, manifesta ou secreta, com outros textos”. Dentro desse conceito geral, ele distingue cinco tipos principais de relações transtextuais, organizando-as de forma precisa e conceitualmente clara:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Intertextualidade – A relação mais direta entre textos, que se dá por meio de citações, alusões, paráfrases ou plágios. Aqui, um texto remete diretamente a outro, seja reproduzindo suas palavras, seja evocando seu conteúdo de forma explícita ou implícita. Genette reconhece que esse tipo de relação já havia sido discutido por Kristeva, mas propõe um entendimento mais restrito e técnico. 2. Paratextualidade – Refere-se aos elementos que circundam o texto principal, como títulos, subtítulos, prefácios, notas de rodapé, capas, epígrafes, entre outros. Esses elementos, embora não façam parte do corpo principal do texto, influenciam fortemente a forma como o leitor o interpreta. 3. Metatextualidade – Trata-se da relação crítica ou comentativa de um texto sobre outro. Um exemplo seria uma resenha, um ensaio ou uma crítica literária que analisa e interpreta uma obra anterior, estabelecendo com ela uma relação de análise e julgamento.

4. **Hipotextualidade (ou Hipertextualidade)** – Essa relação ocorre quando um texto (hipertexto) transforma, imita ou se inspira em outro texto anterior, chamado de hipotexto. Isso inclui práticas como paródia, pastiche, adaptação, reescrita ou continuação. Por exemplo, *Ulisses* de James Joyce é um hipertexto de *A Odisseia* de Homero.
5. **Arquitextualidade** – É a relação mais abstrata e implícita, referente à classificação genérica de um texto. Por exemplo, ao dizermos que uma obra é um romance policial ou uma tragédia, estamos estabelecendo uma relação arquitextual entre esse texto e a tradição de obras pertencentes ao mesmo gênero.

A contribuição de Genette foi fundamental para a teoria literária porque ofereceu ferramentas conceituais precisas para pensar as múltiplas formas como os textos se relacionam, expandindo significativamente o campo de estudo da intertextualidade. Enquanto Kristeva trouxe uma visão mais filosófica e ideológica da intertextualidade, associando-a ao dialogismo de Bakhtin, Genette preferiu uma abordagem mais formalista e sistemática, típica da tradição estruturalista francesa.

Seu trabalho é amplamente utilizado em estudos literários, análise do discurso, semiótica, estudos de adaptação, mídias digitais e até em narrativas transmediáticas contemporâneas, mostrando que os conceitos de transtextualidade seguem sendo ferramentas cruciais para compreender como os textos se constroem em relação uns aos outros em contextos culturais cada vez mais complexos.

Transtextualidade de Gérard Genette

Genette definiu cinco tipos de transtextualidade:

1. **Intertextualidade:** Refere-se à presença efetiva de um texto em outro. Isso pode incluir citação, plágio e alusão. É a relação mais direta entre dois textos.
2. **Paratextualidade:** Envolve elementos adicionais ao texto principal que influenciam a interpretação, como títulos, prefácios, notas de rodapé e ilustrações.
3. **Metatextualidade:** Refere-se ao comentário de um texto sobre outro texto. Isso inclui crítica literária, comentários e análises que falam sobre um texto.
4. **Hipertextualidade:** É a relação entre um texto posterior (hipertexto) e um texto anterior (hipotexto) que ele transforma, paródia, ou continua. Exemplos incluem adaptações e reescritas.

A hipertextualidade, dentro dos estudos da intertextualidade, é um tipo específico de relação entre textos em que há uma transformação deliberada de um texto anterior (o hipotexto) em um novo texto (o hipertexto). Essa transformação pode ocorrer de diferentes formas, como paródia,

continuação, imitação, atualização ou adaptação, e o novo texto pode tanto manter vínculos evidentes com o original quanto recriá-lo de forma mais sutil, subvertendo ou ampliando seus sentidos.

O conceito de hipertextualidade foi aprofundado por Gérard Genette, que o definiu como uma relação "sem citação, sem menção e, geralmente, sem sinalização" explícita. Ou seja, o hipertexto pode dialogar intensamente com o hipotexto mesmo sem indicar diretamente essa conexão, exigindo do leitor um olhar atento para perceber o vínculo entre as obras.

Essa relação é comum na literatura, no cinema, no teatro, nas artes visuais e na cultura digital. Um exemplo clássico de hipertextualidade é a obra *Dom Casmurro*, de Machado de Assis (hipotexto), que inspirou a peça *Capitu* ou adaptações cinematográficas como *Dom* (hipertextos). Outro exemplo é a paródia do conto *Chapeuzinho Vermelho*, em versões humorísticas, críticas ou que atualizam o cenário e os personagens para realidades contemporâneas.

A hipertextualidade também aparece fortemente na cultura pop e nas redes sociais, por meio de memes, vídeos, fanfics e outras formas de reinterpretação criativa de obras pré-existentes. Esses exemplos mostram como a hipertextualidade é uma prática cultural viva, que envolve o reaproveitamento criativo e crítico de discursos já existentes.

Ao trabalhar com hipertextualidade em sala de aula, o professor pode estimular a análise comparativa entre textos, ajudando os alunos a perceberem como ideias, estilos e ideologias se transformam com o tempo e com o olhar de diferentes autores. Além disso, ao produzir seus próprios hipertextos, os estudantes exercitam tanto a leitura crítica quanto a autoria, posicionando-se frente aos textos que leem e demonstrando compreensão profunda de suas estruturas e sentidos.

Essa abordagem, portanto, amplia a capacidade interpretativa dos alunos, ao mesmo tempo em que os convida a participar ativamente da cultura letrada e midiática.

5. **Arquitextualidade:** Refere-se à relação de um texto com o gênero ou a categoria a que pertence. Inclui expectativas e convenções associadas a esses gêneros.

A arquitextualidade é um tipo de intertextualidade que diz respeito à relação de um texto com o gênero ou categoria discursiva a que ele pertence. Em outras palavras, é a forma como um texto se inscreve dentro de uma tradição textual ou discursiva, assumindo (ou subvertendo) determinadas convenções, estruturas e expectativas associadas a esse gênero.

Esse conceito, também desenvolvido por Gérard Genette, está relacionado àquilo que geralmente se anuncia de maneira implícita ou explícita sobre o tipo de texto que está sendo produzido: se é um conto, uma crônica, um artigo de opinião, uma receita, um meme, uma carta formal, uma fábula, entre tantos outros. Cada gênero traz consigo uma série de marcas linguísticas, temáticas e composicionais que ajudam o leitor a compreendê-lo e interpretá-lo.

Por exemplo, ao lermos uma notícia jornalística, esperamos certa objetividade, linguagem clara, estrutura baseada em fatos e informações verificáveis. Já num poema lírico, esperamos mais subjetividade, musicalidade, imagens poéticas e uma organização mais livre da linguagem. Essas expectativas são parte do que chamamos de arquitekstualidade.

Trabalhar com esse conceito em sala de aula é fundamental para que os alunos compreendam como os textos funcionam dentro de gêneros específicos, reconhecendo seus elementos estruturais, suas finalidades e seus efeitos de sentido. Além disso, permite desenvolver a competência discursiva dos estudantes, ou seja, a capacidade de adequar linguagem, estilo e estrutura ao contexto comunicativo.

É importante destacar que os textos nem sempre seguem rigidamente as convenções dos gêneros. Muitos autores e autoras brincam com essas normas, misturam gêneros (como nas crônicas que soam como contos ou nas receitas com tom literário), ou ainda subvertem as expectativas para criar efeitos de surpresa, humor ou crítica. Essa flexibilidade também é parte da arquitekstualidade — e pode ser explorada pedagogicamente como um convite à experimentação e à reflexão crítica.

Ao estudar e produzir diferentes gêneros textuais, os alunos não apenas aprendem a reconhecer e usar as convenções de forma adequada, mas também se tornam capazes de questioná-las, reinventá-las e produzir sentidos originais a partir delas. Assim, a arquitekstualidade não trata apenas de classificar textos, mas de entender como as formas e estruturas discursivas moldam o que é dito e como é recebido por quem lê.

Principais Obras de Gérard Genette

1. **"Palimpsestes: La littérature au second degré" (1982):** Neste livro, Genette desenvolve suas ideias sobre hipertextualidade, explorando como os textos se inscrevem uns aos outros. Ele usa o conceito de palimpsesto, onde novos textos são escritos sobre textos antigos, para ilustrar essa relação.
2. **"Introduction à l'architexte" (1979):** Este trabalho foca na arquitekstualidade, discutindo como os textos se relacionam com os gêneros e categorias literárias.
3. **"Seuils" (1987):** Neste livro, Genette explora a paratextualidade, discutindo como elementos adicionais ao texto principal, como prefácios e títulos, moldam a interpretação do texto.

Intertextualidade em Genette

A intertextualidade, no sentido de Genette, é mais restrita do que na teoria de Kristeva. Genette foca nas manifestações explícitas de um texto dentro de outro, enquanto Kristeva amplia o conceito para incluir uma rede mais vasta e implícita de relações textuais.

Impacto e Legado

	<p>Genette é amplamente reconhecido por sua contribuição à narratologia e à teoria literária. Sua sistematização das relações transtextuais oferece uma ferramenta valiosa para a análise literária, permitindo uma compreensão mais detalhada e estruturada das formas como os textos interagem.</p> <p>Comparação com Kristeva e Bakhtin</p> <p>Kristeva: Genette e Kristeva diferem em suas abordagens à intertextualidade. Enquanto Kristeva foca em como todo texto é uma absorção e transformação de outros textos dentro de um contexto mais amplo de discurso social, Genette oferece uma categorização mais técnica e precisa das relações textuais.</p> <p>Bakhtin: A abordagem dialógica de Bakhtin e sua ideia de heteroglossia influenciam a noção de intertextualidade, mas Genette se concentra mais nas relações estruturais e explícitas entre textos, enquanto Bakhtin se interessa pela multiplicidade de vozes e a natureza dialógica do discurso.</p> <p>Se precisar de mais detalhes sobre qualquer aspecto específico das teorias de Genette ou sua aplicação, sinta-se à vontade para perguntar.</p>
<p>Diálogo 6: Ensino de intertextualidade</p>	<p>Ensinar intertextualidade pode enriquecer significativamente a compreensão e a produção de textos pelos alunos, ajudando-os a reconhecer e explorar as conexões entre diferentes obras e contextos culturais. Aqui estão algumas abordagens e estratégias para ensinar intertextualidade:</p> <p>1. Introdução ao Conceito de Intertextualidade</p> <p>Definição e Exemplos:</p> <p>Explique o conceito de intertextualidade, destacando que todo texto é influenciado por outros textos e que essa influência pode ser explícita (citações diretas) ou implícita (temas, estilos).</p> <p>Use exemplos conhecidos, como a referência à mitologia em "Harry Potter" ou alusões a Shakespeare em "West Side Story".</p> <p>Leitura Comparativa:</p> <p>Proponha a leitura de dois ou mais textos que dialoguem entre si. Por exemplo, compare um poema contemporâneo com uma obra clássica que ele referencia ou reescreve.</p> <p>2. Atividades Práticas</p> <p>Identificação de Referências:</p> <p>Peça aos alunos para identificar referências intertextuais em um texto. Podem ser alusões literárias, citações, paródias, ou eco de temas e estilos.</p> <p>Criação de Textos Intertextuais:</p> <p>Incentivar os alunos a escreverem seus próprios textos intertextuais é uma</p>

estratégia rica para desenvolver tanto a criatividade quanto a consciência crítica. Ao propor que eles criem paródias de obras famosas, continuem histórias clássicas ou adaptem textos para novos contextos, o professor convida os estudantes a se posicionarem como autores, capazes de dialogar com diferentes discursos e estilos. Essa prática os leva a reler criticamente os textos de referência, compreendendo suas estruturas, intenções e valores, ao mesmo tempo em que exercitam a imaginação para transformar ou reimaginar personagens, cenários e narrativas.

Por exemplo, ao escrever uma paródia, o aluno pode usar o humor ou a ironia para criticar aspectos sociais presentes no texto original ou para atualizar seu enredo, tornando-o mais próximo da realidade atual. Já ao propor uma continuação para uma história clássica, o estudante é desafiado a manter a coerência com o universo da obra, mas também a explorar novos caminhos narrativos, talvez até subvertendo expectativas. As adaptações para novos contextos, por sua vez, aproximam os textos da vivência dos alunos — como reescrever uma fábula em linguagem de rede social, ambientar uma tragédia shakespeariana em uma escola contemporânea ou transformar um poema clássico em letra de rap ou cordel. Todas essas práticas reforçam a ideia de que a escrita é sempre uma resposta a outros discursos, e que o texto literário é vivo, dinâmico e aberto à reinvenção.

Além disso, propor reescritas sob outra perspectiva — como narrar uma história a partir do ponto de vista de um personagem secundário ou de uma voz silenciada — estimula o exercício da empatia e o reconhecimento das desigualdades representacionais presentes nos textos. Nesse processo, os alunos não apenas compreendem melhor como os textos funcionam, mas também ganham autonomia para participar criticamente da cultura escrita, reconhecendo-se como sujeitos produtores de sentido em um mundo marcado pela multiplicidade de vozes.

3. Análise Crítica

Discussão e Debate:

Promova discussões em sala de aula sobre como a intertextualidade influencia a interpretação de um texto. Como a compreensão de uma referência muda o significado de uma obra?

Trabalho com Teorias Literárias:

Introduza teorias de intertextualidade de autores como Julia Kristeva, Gérard Genette e Mikhail Bakhtin. Discuta como cada teoria aborda a relação entre textos de maneiras diferentes.

4. Projetos Interdisciplinares

Exploração de Várias Mídias:

Explore a intertextualidade não só em textos literários, mas também em filmes, músicas, artes visuais e mídias digitais. Como filmes adaptam livros? Como músicas contemporâneas usam samples de músicas mais antigas?

Projetos de Pesquisa:

Proponha projetos onde os alunos pesquisem a intertextualidade em um tema específico, como a influência da mitologia na literatura moderna ou as adaptações cinematográficas de obras literárias.

5. Ferramentas e Recursos**Uso de Tecnologias:**

Utilize ferramentas digitais e plataformas online para explorar intertextualidade. Wikis e blogs podem ser usados para que os alunos publiquem e comentem sobre referências intertextuais encontradas em diferentes obras.

Bibliotecas e Arquivos:

Incentive o uso de bibliotecas e arquivos digitais para que os alunos pesquisem obras originais e suas reescritas ou adaptações.

Exemplo de Plano de Aula**Objetivo:**

Compreender e identificar a intertextualidade em diferentes textos.

Atividades:

1. **Aula Expositiva:** Introdução ao conceito de intertextualidade com exemplos.
2. **Leitura Guiada:** Análise comparativa de um poema de T.S. Eliot e textos bíblicos que ele referencia.
3. **Discussão em Grupo:** Como a compreensão das referências bíblicas altera a interpretação do poema?
4. **Atividade de Escrita:** Escrever uma breve história ou poema que incorpora referências a outra obra literária.
5. **Apresentação:** Alunos compartilham suas criações e explicam as referências intertextuais utilizadas.

Recursos:

Textos literários selecionados.

Ferramentas de pesquisa online.

Materiais visuais (slides, vídeos) para exemplificar conceitos.

Conclusão

Ensinar intertextualidade não só aprofunda a compreensão literária dos alunos, mas também enriquece suas habilidades de leitura crítica e escrita criativa. Ao explorar as conexões entre textos, os alunos desenvolvem uma

apreciação mais rica e contextualizada da literatura e das artes.

Ensinar intertextualidade é uma estratégia pedagógica poderosa que vai muito além da análise textual: trata-se de formar leitores e escritores mais conscientes, críticos e criativos. Ao trabalhar com a intertextualidade em sala de aula, o professor estimula os alunos a perceberem que os textos não existem em isolamento, mas se dialogam constantemente com outros discursos, obras, contextos históricos e culturais. Isso transforma o ato da leitura em uma experiência mais profunda, participativa e reflexiva.

Aprofundamento da compreensão literária

Quando os alunos são expostos à intertextualidade, eles começam a perceber ecos, alusões, paráfrases, reescritas, homenagens e até paródias em obras que antes pareciam autônomas. Entender, por exemplo, como um poema contemporâneo dialoga com um clássico da literatura, ou como uma música popular ressignifica um mito antigo, amplia o repertório e a capacidade de interpretação dos estudantes. Eles aprendem a ler “por camadas”, compreendendo não só o que o texto diz, mas como e por que ele diz aquilo dentro de uma rede de significados compartilhados.

Desenvolvimento da leitura crítica

A intertextualidade também contribui para formar leitores mais críticos. Ao identificar as relações entre textos, os alunos começam a questionar a autoridade do texto, as vozes que ele incorpora ou silencia, e as escolhas discursivas do autor. Isso é essencial em um mundo saturado de discursos — seja na literatura, nos meios de comunicação ou nas redes sociais. O aluno passa a perceber que todo texto é uma construção e que os significados são negociados, contestados e reinterpretados.

A intertextualidade, ao revelar que todo texto dialoga com outros textos, desempenha um papel central na formação de leitores críticos. Ao desenvolver a habilidade de identificar e analisar essas relações intertextuais, os alunos não apenas ampliam seu repertório de leitura, mas também passam a compreender que os textos não são neutros nem autossuficientes — eles são construções discursivas carregadas de intenções, ideologias e posicionamentos.

Questionamento da autoridade textual

Quando os estudantes aprendem a perceber as vozes presentes (ou ausentes) em um texto — isto é, quem fala, por que fala, e quem é silenciado — eles começam a desenvolver uma postura de leitura mais investigativa. Isso os leva a questionar:

- Quais ideias estão sendo privilegiadas?
- Quais discursos são retomados ou contestados?
- O texto dialoga com quais contextos sociais, históricos ou culturais?

- O que o texto não diz — e por que?

Essas perguntas fortalecem a capacidade de ler nas entrelinhas, de perceber estratégias discursivas e de avaliar criticamente o que é apresentado como verdade, opinião ou narrativa.

Formação crítica em tempos de hipertextualidade

No cenário contemporâneo, em que os alunos estão expostos a uma quantidade massiva e variada de discursos — de jornais e livros a posts de redes sociais, vídeos, memes e fake news — a intertextualidade se torna uma chave para a leitura crítica do mundo. Ela permite que o estudante:

- Reconheça referências sutis ou implícitas em conteúdos midiáticos;
- Identifique estratégias de persuasão ou manipulação;
- Compreenda como os significados são negociados socialmente, e não dados de forma fixa;
- Perceba a circularidade dos discursos, isto é, como ideias se repetem, se transformam e se confrontam em diferentes espaços de fala.

Significados como construções em disputa

Ao entender que todo texto é uma construção, o aluno compreende que os significados não são naturais nem universais — são historicamente situados e politicamente carregados. Isso amplia sua visão de mundo e o posiciona como um leitor mais atento, capaz de:

- Interpretar com profundidade;
- Desconfiar de verdades absolutas;
- Participar criticamente do debate público.

Essa consciência é especialmente importante para a educação midiática, já que contribui para a formação de sujeitos autônomos, capazes de decodificar discursos e produzir sentidos com responsabilidade.

Em resumo

A intertextualidade é uma aliada essencial na formação de leitores críticos, pois ensina os alunos a ler de forma ativa, questionando o que está por trás das palavras e entendendo que todo texto é parte de um diálogo maior. Ao incorporar essa perspectiva no ensino, professores ajudam os estudantes a se tornarem mais conscientes de como os textos funcionam, mais atentos às vozes e silenciamentos, e mais preparados para navegar de maneira crítica e ética em um mundo marcado pela pluralidade discursiva.

A intertextualidade é uma ferramenta poderosa na formação de leitores

críticos porque revela aos alunos que os textos não surgem isoladamente: eles dialogam com outros textos, ideias, contextos e discursos. Ao trabalhar com esse conceito, o professor estimula os estudantes a adotar uma postura de leitura ativa, reflexiva e investigativa.

Estímulo à escrita criativa

Do ponto de vista da produção textual, a intertextualidade abre um leque de possibilidades criativas. Os alunos podem ser convidados a reescrever contos de fadas em contextos modernos, criar versões alternativas de clássicos, compor poemas-resposta, ou produzir textos que misturem gêneros, estilos e referências. Ao fazer isso, eles não apenas exercitam a escrita, mas assumem um papel ativo na criação de sentido, compreendendo que escrever também é dialogar — com a tradição, com outros autores, com o mundo.

Valorização da cultura e da identidade

Ao ensinar intertextualidade, o professor também pode incluir referências culturais diversas, valorizando produções de diferentes épocas, regiões, etnias, gêneros e estilos. Isso ajuda os alunos a se verem representados nos textos e a entenderem que a literatura é um espaço onde diferentes vozes podem coexistir, entrar em confronto ou se complementar. Esse olhar plural favorece o respeito à diversidade e à multiplicidade de experiências humanas.

Ao ensinar intertextualidade, o professor tem uma excelente oportunidade de fomentar uma educação mais inclusiva e crítica. A intertextualidade, por natureza, convida à comparação e à conexão entre textos — e, ao fazer isso, ela também permite a inclusão de referências culturais plurais que dialogam entre si.

1. Valorização da diversidade cultural

Ao apresentar textos que vão além do cânone tradicional — como obras de autores indígenas, africanos, afro-brasileiros, mulheres, escritores LGBTQIA+, e produções regionais — o professor amplia o repertório dos estudantes e quebra com a visão eurocêntrica e homogênea da literatura e da produção textual. Isso contribui para que os alunos compreendam que há múltiplas formas de ver o mundo e narrar a experiência humana.

2. Representatividade e pertencimento

Quando os estudantes se deparam com personagens, autores ou situações que refletem suas realidades, sentem-se mais conectados com os textos. A presença de referências culturais diversas valida suas vivências e identidades, o que fortalece o senso de pertencimento e incentiva o engajamento com a leitura e a escrita.

3. Diálogo entre diferentes vozes

Ao cruzar textos de diferentes contextos culturais, sociais e históricos, a intertextualidade permite diálogos fecundos e por vezes tensionados entre essas vozes. Isso desenvolve no aluno a capacidade de comparar perspectivas, identificar contrastes, convergências e contradições — habilidades essenciais para uma

leitura crítica e ética do mundo.

4. Promoção de valores democráticos

Essa abordagem plural não apenas enriquece o aprendizado, mas também promove valores como o respeito, a empatia e a justiça social. Ao reconhecer que há múltiplas experiências humanas legítimas, o estudante é estimulado a respeitar a alteridade e a combater preconceitos.

5. Potência pedagógica

Textos literários, músicas, memes, filmes, textos jornalísticos e produções populares podem ser usados para mostrar como um texto referência, contesta ou complementa outro.

Em resumo

Ensinar intertextualidade é promover um ensino de língua e literatura mais dialogado, sensível e transformador. É possibilitar que os alunos compreendam que ler e escrever não é repetir fórmulas, mas entrar em uma rede viva de significados, onde cada nova leitura ou produção é uma forma de recriação. Trata-se de cultivar uma postura interpretativa atenta, uma escuta ampliada e uma escrita com voz própria — habilidades fundamentais para a formação de sujeitos críticos e criativos no século XXI.

Ensinar intertextualidade é muito mais do que apresentar aos alunos um recurso estilístico ou uma técnica de escrita: é, na verdade, promover uma mudança de postura diante da linguagem, da leitura e da escrita. É ensinar que os textos não nascem isolados, mas emergem de um diálogo constante com outros discursos, com outras vozes, com outros tempos. Ao abordar a intertextualidade em sala de aula, o professor estimula a compreensão de que todo ato de linguagem é relacional, e que ler ou escrever significa, sempre, ocupar um lugar nesse tecido vivo de significados.

Uma prática de ensino mais dialogada

Ao trabalhar a intertextualidade, o ensino de língua e literatura ganha um caráter mais dialógico, porque parte do princípio de que os estudantes não são apenas receptores de informações, mas sujeitos que já carregam consigo repertórios, experiências e vozes que precisam ser escutadas e mobilizadas no processo de aprendizagem. O ensino deixa de ser unidirecional e passa a valorizar a escuta, a interpretação e a autoria.

Nesse contexto, o papel do professor é o de mediador de sentidos: ele cria pontes entre textos, entre autores, entre tempos e culturas. Ao propor atividades intertextuais — como reescritas criativas, comparações entre obras, produções que dialogam com músicas, filmes, memes, notícias ou redes sociais — o educador estimula a leitura crítica e a escrita significativa, pois permite que os alunos se reconheçam no processo de produção textual e compreendam o lugar que ocupam como autores e leitores.

Recriação de sentidos e autoria

Um dos grandes potenciais pedagógicos da intertextualidade está na sua capacidade de estimular a recriação de sentidos. Quando os alunos reconhecem que escrever é se posicionar diante de outros discursos, eles

	<p>passam a produzir textos mais conscientes, mais densos e mais ricos. A escrita deixa de ser uma reprodução de modelos prontos e se torna um espaço de expressão e negociação de sentidos.</p> <p>Além disso, ao perceberem que a linguagem não é neutra — que todo texto tem um ponto de vista, que toda escolha lexical ou estrutural carrega implicações ideológicas — os alunos desenvolvem a habilidade de ler nas entrelinhas e de escrever com intencionalidade. Eles aprendem a escolher as palavras com mais precisão, a estruturar argumentos com mais clareza, a dialogar com fontes de forma crítica e criativa.</p> <p>Nesse processo, surgem vozes autorais mais potentes. A intertextualidade não limita a originalidade — pelo contrário, ela a amplia, ao mostrar que a criatividade nasce justamente do diálogo, da transformação, da combinação entre diferentes discursos. Ensinar intertextualidade, portanto, é uma forma de fortalecer a autoria dos estudantes, permitindo que eles compreendam sua escrita como parte de um processo coletivo, histórico e dinâmico.</p> <p>Leitura crítica e consciência discursiva</p> <p>Num mundo saturado de informações e discursos — nos jornais, nas redes sociais, na publicidade, nos discursos políticos —, a capacidade de ler criticamente se torna uma competência essencial. Ensinar intertextualidade é ensinar os alunos a questionarem os textos que consomem e produzem, a reconhecerem o que está sendo dito, como está sendo dito, e a serviço de quais interesses. É ajudá-los a identificar vozes presentes e silenciadas, a perceber quando um texto tenta se apresentar como neutro, mas, na verdade, está sustentando uma determinada visão de mundo.</p> <p>A intertextualidade, nesse sentido, contribui para a formação de sujeitos críticos, capazes de interpretar os discursos que os cercam e de se posicionar diante deles. Ao perceber que todo texto é uma construção — e não um reflexo puro da realidade — o aluno aprende a desconfiar, a investigar, a contextualizar. E, ao mesmo tempo, aprende a usar a linguagem como ferramenta de ação, de denúncia, de criação e de transformação.</p> <p>Conclusão: formar sujeitos críticos e criativos</p> <p>Ensinar intertextualidade é promover um ensino de língua e literatura mais sensível às complexidades do texto e mais atento à pluralidade das vozes. É dar aos alunos ferramentas para que eles leiam e escrevam de maneira mais consciente, criativa e crítica. Ao entenderem que a leitura é sempre uma interpretação — e que a escrita é sempre uma intervenção — os estudantes deixam de ver o texto como algo fechado e passam a vê-lo como um campo aberto de possibilidades.</p> <p>Assim, o ensino da intertextualidade contribui para a formação de leitores e escritores que sabem escutar o que foi dito, transformar o que foi aprendido e dizer algo novo. É, em última instância, cultivar uma prática de linguagem que valoriza o diálogo, a autoria e a escuta ativa — elementos fundamentais para a formação de sujeitos críticos, criativos e éticos no século XXI.</p>
--	--

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, em 2024.

4.3 REFLEXÃO E CRITICIDADE - RECRIAÇÃO TEXTUAL

Nesta subseção, analisamos o processo de interação entre a usuária e o ChatGPT, destacando aspectos que extrapolam o simples uso da ferramenta para a mera obtenção de informações. Dessa forma, investigamos como a estudante articulou as respostas geradas pela IA como referências e insumos para a construção e recriação textual.

Salientamos ainda os momentos em que a estudante refletiu criticamente sobre as sugestões apresentadas, realizando um processo avaliativo e adaptativo das informações em consonância com o contexto temático da prova dissertativa. Esse movimento analítico evidencia a emergência de uma postura ética e crítica diante do uso da tecnologia, resultando na transformação dos dados obtidos em um texto que demonstra autonomia intelectual e aprofundamento teórico.

Com base na relação dialógica da linguagem (Bakhtin, 1997), nos pressupostos da mediação sociocultural (Vygotsky, 1991, 2000) e nas práticas de letramento digital crítico (Trevisan, Maciel e Fernandes, 2021), foi possível identificar, a partir dos dados oriundos da interação entre a usuária e o ChatGPT, um processo reflexivo e crítico desenvolvido pela estudante em torno do tema *Intertextualidade e escrita: prática, ensino e processos de reescrita*. Nesse contexto, emergem os seguintes aspectos:

a) Acesso a um panorama teórico consistente: a interação com o ChatGPT, mediada por princípios de letramento digital crítico (Trevisan, Maciel e Fernandes, 2021), favoreceu o acesso da estudante a um panorama teórico robusto sobre a intertextualidade, promovendo o contato com autores como Julia Kristeva, Mikhail Bakhtin e Gérard Genette.

Essa mediação dialógica do conhecimento (Bakhtin, 1997; Vygotsky, 1991, 2000) possibilitou a identificação de diferentes perspectivas teóricas – como a concepção da intertextualidade enquanto princípio constitutivo da linguagem (Bakhtin); como fenômeno estrutural do texto (Genette); e como campo de relações interdiscursivas (Kristeva); além da organização e compreensão crítica desses conceitos.

Ao articular essas vozes teóricas de maneira coerente e contextualizada, a estudante pôde elaborar uma base conceitual sólida que subsidiou suas reflexões sobre os processos de ensino, prática e reescrita na produção textual, ampliando sua autonomia intelectual na construção do conhecimento.

b) Análise por múltiplos ângulos: o detalhamento das contribuições de diferentes teóricos possibilitou à estudante a apropriação de múltiplos ângulos de análise, ampliando sua compreensão sobre os modos como os textos dialogam entre si e como esse diálogo se concretiza na prática da escrita.

Ao entrar em contato com diferentes concepções de intertextualidade – como a noção de dialogismo em Bakhtin, a intertextualidade como condição constitutiva do sentido em Kristeva, e os tipos de intertextualidade sistematizados por Genette –, a estudante foi levada a refletir criticamente sobre a natureza relacional da linguagem e sobre os processos de construção textual. Desse modo, essa pluralidade teórica, acessada por meio da mediação tecnológica e da interação crítica com o ChatGPT, atuou como instrumento formativo, permitindo que a estudante analisasse os textos em sua materialidade e, simultaneamente, as redes de significados que os conectam. Vislumbramos que essa abordagem contribuiu para o desenvolvimento de uma escrita mais consciente, autoral e responsiva.

c) Conceitos complexos apresentados de forma acessível: conceitos como dialogismo, heteroglossia, hipertextualidade e carnavalização foram apresentados de maneira didática ao longo da interação, o que possibilitou à estudante tanto o reconhecimento teórico desses termos quanto sua articulação prática no processo de escrita. Percebemos que a clareza na exposição dos conceitos favoreceu a integração entre teoria e prática, permitindo que a estudante relacionasse tais noções à construção textual e à dinâmica interdiscursiva presente nos textos. Desse modo, a mediação conceitual contribuiu para o aprofundamento de sua compreensão sobre a intertextualidade, ampliando sua capacidade de análise e reflexão crítica sobre o tema.

d) Teoria alinhada à prática pedagógica: a sugestão de exemplos e atividades, como a identificação de referências textuais e a produção de textos intertextuais, estabeleceu uma ponte efetiva entre teoria e prática, criando condições para que a estudante aplicasse de forma crítica os conhecimentos construídos ao longo da interação. Essa abordagem experiencial potencializou a internalização dos conceitos discutidos, ao promover a mobilização ativa dos saberes teóricos em contextos concretos de escrita, favorecendo, assim, o desenvolvimento de competências analíticas e autorais relacionadas à intertextualidade.

e) O papel da reescrita como um processo reflexivo: a abordagem proposta pelo

ChatGPT ressaltou a reescrita como um processo essencialmente reflexivo, evidenciando seu papel na construção de sentidos e no aprimoramento da autoria. Essa perspectiva pode ter incentivado a estudante a revisar suas produções textuais com maior rigor crítico, incorporando elementos intertextuais de forma intencional e consciente. Ao compreender a reescrita não como mera correção, mas como reestruturação dialógica do texto, a estudante foi estimulada a repensar suas escolhas discursivas à luz dos conceitos teóricos explorados, aprofundando seu engajamento com a prática da escrita.

f) Ampliação do repertório cultural e midiático: a exploração da intertextualidade em diferentes mídias – como literatura, cinema, música e artes visuais – proposta pela ferramenta, provavelmente ampliou o repertório midiático, cultural e crítico da estudante, permitindo-lhe perceber as múltiplas formas de interação entre os textos e os contextos em que surgem. Acreditamos que essa abordagem diversificada enriqueceu seu entendimento a respeito da intertextualidade e estimulou uma análise mais abrangente das produções culturais, promovendo uma reflexão crítica sobre os diálogos entre diferentes formas de expressão artística e discursiva.

g) Desenvolvimento da autonomia intelectual: a estudante recebeu uma base teórica sólida para iniciar sua análise crítica, ao mesmo tempo em que teve a oportunidade de aprofundar temas específicos e explorar outras fontes, o que provavelmente contribuiu para o desenvolvimento de sua autonomia intelectual. Notamos que a combinação de fundamentos teóricos e a possibilidade de expansão do repertório permitiu-lhe compreender as questões em debate e adotar uma postura mais independente e reflexiva em relação ao conhecimento.

h) Modelo de organização argumentativa: a organização lógica das respostas fornecidas pelo ChatGPT pode ter funcionado como um modelo para a estruturação de argumentos, auxiliando no desenvolvimento da escrita acadêmica da estudante. Percebemos que essa clareza na disposição das ideias pode ter favorecido a compreensão e aplicação de princípios argumentativos, promovendo uma maior coesão e coerência em suas produções textuais.

Ademais, foi possível identificar limitações no uso da ferramenta, as quais, por sua vez, podem ter estimulado a estudante a buscar novas fontes e explorar outras formas de pesquisar.

Visualizamos que essas limitações, ao desafiar a estudante ir além das respostas fornecidas, provavelmente promoveram um movimento mais autônomo e crítico na construção do conhecimento, incentivando a diversificação dos recursos utilizados e a ampliação de seu repertório.

Esse processo de busca por outras fontes e abordagens pode ter ampliado a profundidade da análise e enriquecido o desenvolvimento de sua escrita acadêmica, conforme observações abaixo:

a) Ausência de contrapontos e debate crítico: embora o ChatGPT forneça uma visão abrangente sobre os temas abordados, ele não é capaz de promover debates dinâmicos que incluam contrapontos críticos. Nesse contexto, concluímos que a responsabilidade de buscar ativamente outras perspectivas e questionar as informações apresentadas recaiu sobre a estudante. Ao se engajar nessa busca, ela foi desafiada a adotar uma postura mais investigativa, ampliando sua compreensão ao confrontar diferentes pontos de vista e a refletir sobre as possíveis limitações e vieses nas respostas fornecidas pela ferramenta.

b) Dependência da formulação das perguntas: a interação com o ChatGPT está diretamente vinculada à competência da estudante em formular perguntas mais específicas e críticas, o que destaca a importância de uma abordagem ativa e reflexiva no processo de aprendizagem. Essa habilidade de questionar e direcionar a conversa de forma estratégica favorece o aprofundamento do conhecimento e reforça a ideia de que a aprendizagem requer uma postura crítica e investigativa. Assim, a estudante se torna responsável por conduzir a interação de maneira que promova a construção de sentido, desafiando as respostas da ferramenta e buscando uma compreensão mais completa e articulada dos temas tratados.

4.4 CONSOLIDAÇÃO DOS CONHECIMENTOS - PRODUÇÃO TEXTUAL

Nesta subseção, apresentamos o texto consolidado a partir da relação dialógica de linguagem (Bakhtin, 1997), da mediação (Vygotsky, 1991, 2000) e da prática de letramento digital crítico (Trevisan, Maciel e Fernandes, 2021). A interação com o ChatGPT, mediada por esses princípios teóricos, evidenciou a síntese dos conhecimentos adquiridos pela estudante, destacando sua capacidade de utilizar recursos tecnológicos para aprofundar sua compreensão sobre o tema em questão.

O letramento digital crítico, desenvolvido ao longo desse processo, permitiu que o

diálogo com a ferramenta se configurasse como um espaço de construção ativa e reflexiva do conhecimento, no qual a estudante absorveu informações, questionou, reestruturou e aplicou de forma crítica. Vejamos:

Quadro 3 - Texto em versão final

A intertextualidade, conceito desenvolvido por Kristeva (1969) e influenciado pelas ideias do Círculo de Bakhtin (1969), refere-se ao diálogo entre textos na literatura. A maneira como os textos se referem, conversam e se constroem a partir de outros textos influenciam e enriquecem a escrita. A intertextualidade permite que novas camadas de significados sejam geradas, conectando o texto a um sentido mais amplo.

Um exemplo clássico de intertextualidade é a citação, que pode ser direta ou indireta. Isso significa usar trechos de outros textos de forma explícita ou implícita para apoiar uma ideia ou dar mais credibilidade ao texto. Outro exemplo é o uso de referências culturais. A inclusão de elementos conhecidos, como obras literárias, músicas, filmes, mitos, símbolos, eventos históricos e figuras públicas, adiciona esferas de significado que são entendidas com base no conhecimento prévio do leitor.

A intertextualidade também pode ter um propósito humorístico e crítico através da paródia. Essa releitura é comum entre comediantes que, principalmente com o auxílio da internet para a divulgação, recriam letras de músicas famosas com gravações engraçadas. Por fim, há a adaptação, que é a reprodução da obra em um novo contexto. Um exemplo comum é a reescrita de uma obra literária para um roteiro de cinema.

Apesar de estar presente ao nosso redor, é imprescindível que o ensino da intertextualidade faça parte do currículo da educação básica, técnica e superior. O aluno terá uma melhor compreensão, apreciação e produção escrita ao aprender a reconhecer e explorar as conexões entre diferentes obras e contextos culturais. No livro "Letramento Literário: Teoria e Prática", Cosson (2014) argumenta que a exploração da intertextualidade funciona como uma estratégia pedagógica eficaz para desenvolver a leitura crítica e a escrita criativa dos educandos, enriquecendo sua experiência literária.

Para atingir tais objetivos, o docente pode usar várias atividades que exploram a intertextualidade em suas aulas. Cosson (2014) sugere fazer a leitura comparativa de dois (ou mais) textos que dialogam entre si, previamente selecionados pelo professor, para identificar as formas de intertextualidade presentes e, posteriormente, a produção de textos que dialogam com outros textos. Ou seja, o professor pode propor que os alunos criem suas próprias obras intertextuais, como paródias divertidas, continuações de histórias conhecidas ou adaptações de obras para um novo contexto. Além disso, pode-se utilizar diversas mídias, como filmes, vídeos, músicas, artes visuais e mídias digitais. Certamente, a inclusão da multimodalidade promove um letramento mais profundo e significativo para o desenvolvimento integral dos educandos.

Por fim, conforme Leffa (2001), os textos não são produções independentes, mas estão em constante interação com outros textos, o que expande a compreensão e formação de significados. A intertextualidade é um recurso essencial que deve ser compreendido e utilizado por alunos tanto como leitores quanto como escritores. Seu estudo e aprofundamento promovem uma reflexão sobre as conexões e influências textuais, resultando em produções mais conscientes e elaboradas por parte dos alunos.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor, em 2025.

A análise do processo de produção textual evidencia que o uso do ChatGPT, aliado a uma postura ativa e reflexiva por parte da estudante, não substituiu o pensamento crítico da estudante, mas funcionou como um suporte significativo para a construção da escrita acadêmica. Nesta etapa final da elaboração do texto, o processo não se resumiu à consolidação das informações obtidas ao longo da preparação para a prova; ao contrário, revelou uma prática discursiva ancorada na articulação entre diferentes saberes – aqueles proporcionados pela ferramenta, os advindos da formação prévia da estudante e os adquiridos por meio da busca por novas fontes.

Por conseguinte, essa integração demonstra que o conhecimento não foi simplesmente reproduzido, mas apropriado criticamente, reconfigurado e inserido em uma estrutura textual coesa, coerente e argumentativamente consistente. Tal movimento reflete a capacidade de análise, contextualização e reelaboração – dimensões centrais do letramento digital crítico (Trevisan, Maciel e Fernandes, 2021) –, que envolvem o acesso à informação, bem como a habilidade de interpretá-la, avaliá-la e situá-la em contextos significativos.

Ademais, a forma como a estudante selecionou, interpretou e reescreveu as respostas do ChatGPT aponta para um uso ético da inteligência artificial, evitando a apropriação acrítica e a dependência passiva. Essa postura revela domínio dos conteúdos e responsabilidade na incorporação de fontes automatizadas, o que é essencial para a produção de conhecimento no contexto digital contemporâneo.

Dessa forma, reafirmamos que o uso consciente de tecnologias baseadas em IA, quando mediado por uma prática de letramento digital crítico e por uma relação dialógica com o conhecimento, pode ampliar as possibilidades formativas, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia intelectual, da capacidade argumentativa e da responsabilidade ética no processo de escrita acadêmica.

SEÇÃO 5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo central investigar a relevância do letramento digital crítico no contexto da interação entre usuário e a ferramenta de inteligência artificial generativa, especificamente o ChatGPT, com foco na recriação de textos científicos em conformidade com os limites éticos e legais que regem a produção acadêmica. Ao longo deste trabalho, compreendemos o letramento digital crítico como a capacidade de utilização das tecnologias digitais com a competência de fazê-la de maneira reflexiva, ética, consciente e socialmente engajada, considerando as mediações ideológicas, discursivas e culturais envolvidas no uso dessas tecnologias.

Nesse sentido, fundamentada na perspectiva dialógica do discurso, conforme as contribuições de Mikhail Bakhtin, a pesquisa buscou compreender como se dá a construção de sentidos nos textos produzidos com o auxílio do ChatGPT, particularmente no que tange à manifestação dos pensamentos reflexivo e crítico por parte do usuário. A partir da análise de textos resultantes da interação entre a usuária e o modelo de linguagem, foi possível observar que a produção textual com apoio da IA não se limita a um simples processo de transcrição ou cópia de informações, mas se configura como uma prática discursiva ativa, marcada por apropriações, ressignificações e reelaborações por parte da pessoa que interage com a ferramenta.

Essa constatação responde à primeira pergunta de pesquisa: considerando a interação entre a usuária e o ChatGPT, quais sinais são observados ao recriar um texto científico em termos de apropriação dos pensamentos reflexivo e crítico? Os dados analisados revelam que a apropriação desses modos de pensamento não ocorre de forma passiva ou automática. Ao contrário, ela exige uma postura ativa do sujeito, que precisa interpretar criticamente os enunciados gerados pela IA, reorganizar as informações de acordo com seus objetivos comunicativos, além de integrar essas contribuições ao seu próprio repertório discursivo e científico. A prática de reescrita, portanto, emerge como um processo dialógico e consciente, no qual o texto produzido é resultado de múltiplas vozes – as do modelo de linguagem, da usuária e de outras referências textuais incorporadas à sua produção.

Todavia, embora a ferramenta demonstre potencial para auxiliar na organização do conteúdo, na sugestão de estruturas argumentativas e até mesmo na imitação de determinados gêneros acadêmicos, os resultados da pesquisa também indicam que o pensamento crítico – entendido como a capacidade de analisar, julgar, revisar e posicionar-se frente aos discursos – depende de forma significativa da mediação humana. Ou seja, a qualidade e a responsabilidade

ética da produção textual não são garantidas pelo uso da IA em si, mas pela competência crítica de quem a utiliza. Isso reforça a concepção de que o letramento digital crítico é condição imprescindível para que a ferramenta seja usada de modo ético, responsável e significativo.

Em relação à segunda pergunta de pesquisa – a saber: a partir do texto analisado, até que ponto o usuário da ferramenta de IA, como o ChatGPT, produziu texto que estivesse dentro dos limites éticos e legais sob o prisma do letramento crítico? – os achados sugerem que o ChatGPT, enquanto tecnologia generativa, não assegura por si só a conformidade com os preceitos éticos e legais exigidos em contextos acadêmicos e científicos. Em diversas interações analisadas, foram identificadas ocorrências de padrões textuais genéricos, possíveis redundâncias e traços que podem comprometer tanto a originalidade quanto a responsabilidade autoral. Tais fatores evidenciam a importância de um olhar crítico e criterioso do usuário sobre o conteúdo produzido, especialmente em contextos que demandam rigor metodológico, precisão conceitual e compromisso ético com a produção do conhecimento.

A partir dessas constatações, reafirma-se a ideia de que a incorporação de ferramentas de inteligência artificial no processo de produção científica exige mais do que domínio técnico: exige uma postura crítica frente ao uso da linguagem, sensibilidade ética diante das implicações do conteúdo produzido e capacidade de discernimento para validar ou rejeitar contribuições da IA. O letramento digital crítico, nesse contexto, potencializa e distingue o usuário para operar com a ferramenta, bem como fornece subsídios para problematizar os sentidos produzidos, reconhecer a multiplicidade de vozes presentes no texto e assumir uma posição autoral diante do discurso.

Salientamos que há um campo fértil para explorar de como a inteligência artificial pode (ou não) contribuir para práticas pedagógicas mais interseccionais e democráticas, especialmente quando se considera a intersecção entre linguagem, poder e tecnologia. Ao reconhecer a IA como um agente discursivo que participa da circulação de sentidos na sociedade, torna-se ainda mais urgente pensar em políticas educacionais e propostas curriculares que integrem o letramento digital crítico como componente estruturante da formação de leitores e produtores de textos.

Nesse sentido, pesquisas futuras podem investigar, por exemplo, de que maneira as interações com ferramentas de IA reproduzem ou tensionam discursos hegemônicos relacionados a marcadores sociais como raça, gênero, classe e territorialidade. Tais investigações poderiam contribuir para o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais sensíveis às desigualdades estruturais, bem como para a construção de uma educação crítica e

ética em contextos digitais.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, E. V. F. O Papel do Docente no Desenvolvimento do Letramento Crítico. *In*: Congresso Nacional de Linguística e Filologia, 26., 2023, Rio de Janeiro. **Anais**. Textos Completos, Tomo I. [...] Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense-Campus Gragoatá, 2023.
- BAIDOO-ANU, D.; OWUSU ANSAH, L. Education in the Era of Generative Artificial Intelligence (AI): Understanding the Potential Benefits of ChatGPT in Promoting Teaching and Learning. **Journal of AI**, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 52-62, mar. 2023. DOI:10.61969/jai.1337500.
- BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal**. Tradução de Maria Ermantina Galvão Gomes e Pereira. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- BAKHTIN, M. **Os gêneros do discurso**. Organização, Tradução e Introdução de Paulo Bezerra. São Paulo: Editora 34, 1997.
- BAKHTIN, M. Metodologia das ciências humanas. *In*: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. Prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. Introdução e Tradução de Paulo Bezerra. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Editora Edições 70, 1977.
- BRAIT, B. Análise e teoria do discurso. *In*: BRAIT, B. (org.). **Bakhtin**: outros conceitos-chave. Introdução de Beth Brait. São Paulo: Contexto, 2006a. p. 09-32.
- BRAIT, B. Uma perspectiva dialógica de teoria, método e análise. **Gragoatá**, Niterói-RJ, n. 20, p. 47-62, 2006b. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/gragoata/article/view/33238>. Acesso em: 30 mar. 2024.
- BRAIT, B. Construção coletiva da perspectiva dialógica: história e alcance teórico-metodológico. *In*: FIGARO, R. (org.). **Comunicação e análise do discurso**: as materialidades do sentido. Apresentação Adilson Citelli. Introdução Roseli Figaro. São Paulo: Contexto, 2012a. p. 79-98.
- BRAIT, B. Perspectiva dialógica. *In*: BRAIT, B.; SOUZA-E-SILVA, M. C. (orgs.). **Texto ou discurso?**. Apresentação Beth Brait e Maria Cecília Souza-e-Silva. São Paulo: Contexto, 2012b. p. 9-29.
- BRAUN, V; CLARKE, V. Using thematic analysis in psychology. **Qualitative Research in Psychology**, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 77-101, jul. 2006. DOI: <http://dx.doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>.
- BROWN, T. B. *et al.* Language Models are Few-Shot Learners. **Advances in Neural Information Processing Systems**, v. 33, p. 1877-1901, jul. 2020. DOI: <https://doi.org/10.48550/arXiv.2005.14165>.
- CASTELLS, M. “ChatGPT”. **La Vanguardia**. [S.l.], 25 fev. 2023. Observatorio Global.

Disponível em: <https://www.lavanguardia.com/opinion/20230225/8782438/chatgpt.html>. Acesso em: 25 jul. 2024.

CELLARD, A. A análise documental. *In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COSTA, M. A. F.; COSTA, M. F. B. **Metodologia de pesquisa: conceitos e técnicas**. Rio de Janeiro: Interciência, 2001.

CREVIER, D. **AI: The Tumultuous History of the Search for Artificial Intelligence**. New York City: Basic Books, 1993.

DAMIANOVIC, M. C. O linguista aplicado: de um aplicador de saberes a um ativista político. **Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 8, n. 2, p. 181-196, 2005.

DIAZ, F. **O processo de aprendizagem e seus transtornos**. Salvador: EDUFBAR, 2011.

FIGUEIREDO, N. M. A. **Método e metodologia na pesquisa científica**. 2ª ed. São Caetano do Sul, São Paulo: Yendis Editora, 2007.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GODOY, A. S. Pesquisa Qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, SP, v. 26, n. 2, 1995.

GOMES, D. S. Inteligência Artificial: conceitos e aplicações. **Revista Olhar Científico**, v. 1, n. 2, p. 234-246, ago/dez. 2010.

GONÇALVES, E. C.; COITINHO, J. B. O ChatGPT sonha com ovelhas elétricas? Uma análise bakhtiniana da IA a partir de perguntas sobre educação e tendências pedagógicas. **Texto Digital**, Florianópolis-SC, v. 19, n. 2, p. 4-30, 2023. DOI: <https://doi.org/10.5007/1807-9288.2023.e96973>.

GOUVEIA, C. Texto e gramática: uma introdução à Linguística Sistêmico-Funcional. **Matraga - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p. 13-47, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/matraca/article/view/27795>. Acesso em: 28 mai. 2025.

GUIMARÃES, U. A. et al. As mídias digitais no campo educacional: um olhar pelas aplicações do Chat GPT na educação. **RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar**, [S. l.], v. 4, n. 7, 2023. DOI: <https://doi.org/10.47820/recima21.v4i7.3556>.

HALEEM, A. et al. ChatGPT for Future Internet Research: Perspectives and Potential Applications. **Future Internet**, [S. l.], v. 14, n. 11, p. 315-326, 2022.

HALLIDAY, M. A. K. Language structure and language function. *In: LYONS, J. (ed.) New horizons in linguistics*. Harmondsworth: Penguin Books, 1970. p. 140-164.

HALLIDAY, M. A. K. **An introduction to functional grammar**. London: Edward Arnold Publishers, 1994.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Language, context and text**: Aspects of language in a social semiotic perspective. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.

KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado de Letras, 2008.

LECUN, Y.; BENGIO, Y.; HINTON, G. Deep Learning. **Nature**, [S.l.], v. 521, n. 7553, p. 436–444, 2015. DOI:10.1038/nature14539.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: Editora Pedagógica Universitária, 1986.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processo. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MCCARTHY, J. et al. **A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence**, out. 1956. Disponível em: <http://jmc.stanford.edu/articles/dartmouth/dartmouth.pdf>. Acesso em: 30 mai. 2025.

MENDONÇA, M. C. Desafios metodológicos para os estudos bakhtinianos do discurso. In: MIOTELLO, V. (org.). **Palavras e contrapalavras**: enfrentando questões da metodologia bakhtiniana. São Carlos: Pedro e João editores, 2012. p. 107-117.

MINAYO, M. C. S. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO M.C. S. (Org.). **Pesquisa social**: teoria, método criatividade. Petrópolis: Vozes, p. 9-30, 1994.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

NEVES, M. H. de M. **A gramática funcional**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

OLIVEIRA, A. M.; HUFF, L. A.; ACOSTA PEREIRA, R. Considerações Teórico-Metodológicas para estudo da palavra-discurso: respostas a dois ensaios de Mikhail Bakhtin. **Caminhos em Linguística Aplicada**, Taubaté-SP, v. 20, n. 1, p. 131-151, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unitau.br/ojs/index.php/caminhoslinguistica/article/view/2736>. Acesso em: 30 mar. 2025.

OLIVEIRA, D. **Metodologia do trabalho científico**: um enfoque para as ciências humanas. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, M. M. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

OPENAI. How OpenAI is approaching 2024 worldwide elections. **OpenAI**. San Francisco-EUA. 15 jan. 2024. Disponível em: <https://openai.com/index/how-openai-is-approaching-2024-worldwide-elections/>. Acesso em: 24 maio 2024.

PENNYCOOK, A. Uma lingüística aplicada transgressiva. *In*: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma lingüística aplicada indisciplinar**. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 67-83.

RAJAGOPALAN, K. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e a questão ética. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RAMPAZZO, C. M. **Metodologia do trabalho científico**: o caminho para a pesquisa. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RAMPAZZO, L. Metodologia científica para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação. Editora Loyola, 2002.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

RUIZ, T. M. B. Diretrizes metodológicas na Análise Dialógica do Discurso: o olhar do pesquisador iniciante. **Revista Diálogos**, Sinop-MT, v. 5, n. 1, p. 39–59, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/revdia/article/view/5119>. Acesso em: 28 mar. 2024.

SAMPAIO, R.C.; SABBATINI, M.; LIMONGI, R. **Diretrizes para o uso ético e responsável da Inteligência Artificial Generativa**: um guia prático para pesquisadores. São Paulo: Editora Intercom, 2024.

SANTOS, W. L.; VASCONCELOS, A. D. ; FERRETE, A. A. S. S. Inteligência artificial e a escrita acadêmico-científica: entre obstáculos, contributos e a ressignificação da construção do conhecimento científico. *In*: PORTO, C.; VASCONCELOS, A. D.; LINHARES, R. (org.). **Educação e inteligência artificial** – Travessias. Aracaju: Editora Tiradentes, 2024. v. 6, p. 56-68. Disponível em: https://editoratiradentes.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Educiber_v6.pdf. Acesso em: 16 de jan 2024.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F.. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Rev. Bras. de História & Ciências Sociais**, [S. l.], n. 1, p. 1-15, jul., 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10351>. Acesso em: 30 maio. 2025.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. – 24. Ed. rev. e atual. – São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, H. G. Entre pessoas e máquinas: é possível compreender a Inteligência Artificial expansão da cognição humana? *In*: PORTO, Cristiane; VASCONCELOS, Alana Danielly; LINHARES, Ronaldo (org.). **Educação e inteligência artificial** – Travessias. Aracaju: Editora Tiradentes, 2024. v. 6, p. 308. Disponível em: https://editoratiradentes.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Educiber_v6.pdf. Acesso em: 16 de jan 2024.

SOARES, M. B. Letramento e alfabetização: as muitas facetas. **Revista Brasileira de Educação**, [S.l.], n. 25, p. 5-17, jan-abr. 2004.

SOBRAL, A.; GIACOMELLI, K. Das significações na língua ao sentido na linguagem:

parâmetros para uma Análise Dialógica. **Linguagem e(m) Discurso**, Tubarão-SC, v. 18, n. 2, p. 307-322, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-180203-9317>. Acesso em: 30 mar. 2025.

SOUZA, L. M. T. M. O professor de inglês e os letramentos no século XXI: métodos ou ética? *In*: JORDÃO, C. M.; MARTINEZ, J. Z.; HALU, R. C. (Orgs). **Formação “desformatada”**: práticas com professores de língua inglesa. Campinas: Pontes, 2011. p. 279-303.

SOUZA, M. G. **Metodologia científica**: pesquisa, trabalho científico e artigo acadêmico. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2019.

TURBIN, A. E. F. et al. Letramentos na Academia: interseção entre o ChatGPT e o letramento digital crítico na produção de trabalhos acadêmicos. **Revista Interinstitucional Artes de Educar**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 375–394, 2025. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/86284>. Acesso em: 13 fev. 2025.

VYGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

VYGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo, Martins Fontes, 2000.

TREVISAN, D.; MACIEL, C.; FERNANDES, T. Letramentos Digitais Críticos: por uma Formação Ética e Cidadã. **Computação Brasil**. [S. l.], n. 48, p. 30–33, 2022. Disponível em: <https://journals-sol.sbc.org.br/index.php/comp-br/article/view/2781>. Acesso em: 29 jul. 2024.

TURING, A. M. **On Computable Numbers, with an Application to the Entscheidungsproblem**. Proceedings of the London Mathematical Society, v. 2, n. 42, p. 230-265, 1936.

ANEXO



**EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2024 – Consolidado pelo edital complementar
n.01,02,
03 e 04**

**Regulamenta o Concurso Público de Provas e Títulos
para o provimento dos cargos de Professor de Ensino
Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT.**

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à determinação do Magnífico Reitor e de acordo com o que dispõe a Lei nº. 8.112/90 e tendo em vista o disposto no Decreto nº 8.259, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 30 de maio de 2014 e nº 7.312, de 22 de setembro de 2010, publicada no DOU de 23 de setembro de 2010 e, considerando, ainda, a Portaria Interministerial nº 60, de 29 de março de 2018, publicada no DOU de 04 de abril de 2018 e, a Portaria MEC nº 446, de 15 de maio de 2018, publicada no DOU de 16 de maio de 2018, o Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019, com suas alterações posteriores publicado no DOU de 29 de março de 2019, a Instrução Normativa nº 2, de 27 de agosto de 2019, publicada no DOU em 30/08/2019 e a Resolução n. 045/2013 do Conselho Superior do IF Goiano, e demais regulamentações pertinentes, torna pública a abertura de inscrições para o Concurso Público destinado ao provimento de vagas ao cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, mediante as condições estabelecidas no presente edital e seus anexos.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O concurso público será acompanhado e fiscalizado pela Comissão Central Concurso Público, designada pela Portaria nº 2455/REI/IFGOIANO, de 07 de maio de 2024 e realizado pela Universidade Federal de Goiás (UFG), por intermédio do Instituto Verbena/UFG.

1.1.1 Compete à Comissão Central do Concurso Público acompanhar e fiscalizar o desenvolvimento de todas as atividades realizadas no certame, bem como o controle de vagas e a convocação para nomeações. **1.1.2** Compete ao Instituto Verbena/UFG a realização de todas as fases do concurso público, incluindo o planejamento e a execução das atividades necessárias à entrega do certame.

1.2 Integram o edital os anexos descritos no Quadro 1.

Quadro 1

Anexo	Título
-------	--------

I	Cronograma
II	Quadro de Vagas
III	Laudo Médico
IV	Conteúdo Programático
V	Ficha de Avaliação da Prova de Títulos

1.3 O presente concurso público é destinado ao provimento de 54 (cinquenta e quatro) vagas para o cargo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico. As vagas para esse certame estão distribuídas por Área de Atuação, conforme o Quadro de Vagas (Anexo II).

1.4 O concurso público para todas as Áreas de Atuação será realizado por uma etapa, constituída por 4 fases da seguinte forma:

- a) 1ª fase: prova dissertativa, de caráter eliminatório e classificatório;
- b) 2ª fase: prova de desempenho didático, de caráter eliminatório e classificatório;
- c) 3ª fase: prova de títulos, de caráter classificatório; e
- d) 4ª fase: projeto, de caráter classificatório.

1.5 Os(As) cargos/áreas especificados(as) no edital estão vinculados(as) à carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme dispõe a Lei nº 12.772/2012.

1.6 O ingresso de candidatos(as) aprovados(as) neste concurso público para o cargo de Professor do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico far-se-á no nível 1 da Classe DI, da carreira do Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, conforme dispõe a Lei nº 12.772/2012.

1.7 Os(As) candidatos(as) aprovados(as) serão nomeados(as) de acordo com o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das Autarquias e das Fundações Públicas, previsto na Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

1.8 Os(As) candidatos(as) aos(às) cargos/áreas do presente Edital ficarão sujeitos ao regime de trabalho definido no Anexo II, na forma dos artigos 20 e 21 da Lei nº 12.772/2012. Desse modo, de acordo com as necessidades de cada câmpus, a jornada de trabalho poderá ocorrer nos turnos matutino, vespertino e/ou noturno, inclusive aos sábados.

2. DO PROCESSO DE INSCRIÇÃO

2.1 Da inscrição

2.1.1 A inscrição no concurso público implica o pleno conhecimento e a tácita aceitação das condições estabelecidas no edital e nos demais instrumentos reguladores, inclusive da aplicação da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), em que seus dados pessoais, sensíveis ou não, serão tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução do certame, com a aplicação dos

critérios de avaliação e seleção, e com a divulgação de todos seus dados, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública, dos quais o(a) candidato(a), ou seu(sua) procurador(a) legal, não poderá alegar desconhecimento. **2.1.2** A inscrição será realizada exclusivamente no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br> no Portal do(a) candidato(a), no prazo previsto no Cronograma (Anexo I). **2.1.2.1** O valor da inscrição será de R\$ 160,00 (cento e sessenta reais).

2.1.3 Para efetuar a inscrição, o(a) candidato(a) deverá:

a) acessar o endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br> a partir da data de abertura de inscrição até às 17h00 (horário oficial de Brasília/DF) do último dia do prazo previsto no Cronograma (Anexo I); **b)** preencher todos os campos do formulário de inscrição, conferir os dados digitados e confirmá-los; **c)** escolher a opção de participação, que pode ser Ampla Concorrência (AC), Pessoa com Deficiência (PcD) e Negro(a) (N); **d)** gerar o formulário de inscrição. Esse formulário é o documento que certifica ao(à) candidato(a) a efetivação, no sistema do Instituto Verbena/UFG, da solicitação de inscrição com seus respectivos dados; **e)** gerar o boleto bancário e, após o registro pelo sistema bancário, efetuar o pagamento, mesmo que a data limite coincida com dias não úteis, exceto o(a) candidato(a) beneficiado(a) com a isenção do pagamento da taxa de inscrição.

2.1.3.1 A inscrição para o concurso, bem como a emissão do boleto serão encerradas às 17h00 (horário oficial de Brasília/DF) do último dia de inscrição, conforme Cronograma (Anexo I).

2.1.3.1.1 Na hipótese de não haver candidato(a) inscrito(a) para determinada vaga, o período de inscrição será automaticamente prorrogado, por 15 (quinze) dias, nos mesmos termos previstos no edital e nas normas complementares do concurso. A referida prorrogação será somente para a vaga sem inscritos(as). **2.1.3.2** O Instituto Verbena/UFG não se responsabilizará por solicitação de inscrição não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou de outros fatores, os quais impossibilitem a transferência dos dados.

2.1.3.3 O(A) candidato(a) poderá concorrer somente a um único cargo.

2.1.4 Encerrado o período de inscrição, em caso de erro no nome do(a) candidato(a), entrar em contato com o Instituto Verbena/UFG pelo e-mail <candidato.iv@ufg.br> para receber informações sobre os procedimentos de correção.

2.1.5 As informações prestadas no formulário de inscrição são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), sendo direito do Instituto Verbena/UFG excluir do concurso o(a) candidato(a) que fornece dados comprovadamente inverídicos, mesmo que já aprovado(a), independentemente de qualquer aviso ou diligência, resguardada a ampla defesa e o contraditório.

2.1.6 O(A) candidato(a) deverá efetuar o pagamento da taxa de inscrição somente após certificar-se que preencheu corretamente todos os dados do formulário, que possui ciência quanto aos documentos comprobatórios para satisfação das condições exigidas para ingresso no cargo e que o boleto bancário esteja dentro do prazo de validade, uma vez que não haverá devolução do valor pago, exceto em caso de cancelamento do certame pela Administração Pública ou pelo Instituto Verbena/UFG.

2.1.7 É vedada a transferência do valor pago a título de taxa de inscrição em qualquer circunstância. **2.1.8** O boleto bancário com a autenticação mecânica ou com o comprovante original de pagamento bancário anexado, efetuado até a data limite do vencimento, serão os únicos comprovantes de pagamentos aceitos. **2.1.8.1** Compete ao(à) candidato(a) a impressão e a guarda do seu comprovante de pagamento da taxa de inscrição.

2.1.8.2 Não serão aceitos pagamentos de taxa de inscrição efetuados por depósito em caixa eletrônico, transferência eletrônica, agendamento de pagamento, DOC, ordem de pagamento, ou depósito comum em conta corrente, condicional, extemporânea ou por qualquer outra forma que não a especificada no Edital. **2.1.9** São de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) as eventuais implicações do pagamento da taxa de inscrição efetuado, sobretudo no último dia do prazo, em terminal de autoatendimento bancário, pela internet ou correspondente bancário.

2.1.10 É vedada a inscrição condicional, a extemporânea, solicitada por e-mail e/ou via postal. **2.1.11** Após o período das inscrições, caso não haja candidatos(as) inscritos(as), o prazo de inscrição do edital será reaberto por igual período, passando a ter titulação subsequente como requisito mínimo.

2.2 Da isenção do pagamento da taxa de inscrição

2.2.1 Haverá isenção do pagamento da taxa de inscrição somente para o(a) candidato(a) que atender o disposto na Lei Federal nº 13.656, de 30 de abril de 2018, descritos a seguir:

a) candidatos(as) que pertençam a família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), do Governo Federal, cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a meio salário-mínimo nacional; **b)** candidatos(as) doadores de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde. **2.2.2** A solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição deve ser realizada no prazo previsto no Cronograma (Anexo I).

2.2.2.1 A solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição por si só não implica na realização automática da inscrição no concurso.

2.2.3 A isenção do pagamento da taxa de inscrição será válida para a última inscrição realizada pelo(a) candidato(a) durante o período previsto de inscrição conforme Cronograma (Anexo I).

2.2.4 O(A) candidato(a) que solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição pelo critério de inscrição no Cadastro Único, conforme alínea “a” do subitem 2.2.1, deverá, ao realizar a solicitação: **a)** ter inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), de que trata o Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022;

b) ser membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto Federal nº 11.016, de 29 de março de 2022; **c)** indicar o número de identificação social (NIS), atribuído pelo Cadastro Único.

2.2.4.1 O Instituto Verbena/UFG consultará o órgão gestor do Cadastro Único para verificar os dados do(a) candidato(a), bem como a veracidade das informações prestadas, e repassará a esse órgão a responsabilidade pela análise da condição do(a) candidato(a) e a definição da concessão do benefício.

2.2.4.2 As informações fornecidas (nome, número do NIS, data de nascimento, sexo, número de identidade com data de expedição e órgão expedidor, CPF e nome da mãe)

pelo(a) candidato(a) na solicitação de isenção deverão coincidir integralmente com os dados registrados na Secretaria Especial do Desenvolvimento Social (SEDS), uma vez que não haverá alteração nos dados cadastrais referentes à solicitação.

2.2.4.3 O(A) candidato(a) que solicitar isenção via Cadastro Único não deverá enviar qualquer documentação. **2.2.5** O(A) candidato(a) que solicitar a isenção do pagamento da taxa de inscrição pelo critério de doação de medula óssea, conforme alínea “b” do subitem 2.2.1, deverá, ao realizar a solicitação:

a) fazer upload da documentação que comprove que o candidato é doador de medula, na página de solicitação de isenção de inscrição, conforme instruções contidas na própria página.

2.2.5.1 Os arquivos deverão estar legíveis, no formato PDF e ter tamanho máximo de 50 MB. **2.2.5.2** Será considerado, para comprovação de que o(a) candidato(a) é doador(a) de medula óssea, o documento expedido pela unidade coletora que deverá estar assinado pela autoridade competente, constando a qualificação civil do(a) doador(a), a data de realização da doação e a cópia da inscrição do(a) candidato(a) no Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea (REDOME).

2.2.6 Caso o(a) candidato(a) precise complementar ou substituir a documentação anexada, deverá fazer nova solicitação de isenção e anexar todos os documentos necessários novamente. Não será aceita a entrega de versão impressa dos comprovantes de doações, bem como o seu encaminhamento via e-mail ou qualquer outro formato que não seja o upload.

2.2.7 Será indeferida a solicitação de isenção cujos dados estejam incompletos, incorretos e/ou que não atenda às normas dispostas no edital.

2.2.8 As informações apresentadas no formulário de solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição são de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), podendo o Instituto Verbena/UFG, em caso de constatação de documentação não verídica, eliminar do concurso o(a) candidato(a), o(a) qual ainda responderá por crime contra a fé pública, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis.

2.2.9 Na data prevista no Cronograma (Anexo I), o(a) candidato(a) que solicitar isenção poderá consultar no Portal do(a) candidato(a), por meio do CPF, o resultado preliminar de seu pedido de isenção do pagamento da taxa de inscrição.

2.2.10 O(A) candidato(a) não contemplado(a) com a isenção do pagamento da taxa de inscrição, caso tenha interesse em participar do concurso, poderá acessar o Portal do(a) candidato(a), gerar o boleto bancário, conforme prazo previsto no Cronograma (Anexo I) e efetuar o pagamento da taxa de inscrição no prazo previsto no boleto bancário.

2.3 Da opção pelo uso do nome social

2.3.1 De acordo com o Decreto Federal nº 8.727, de 28 de abril de 2016, a candidata travesti ou o(a) candidato(a) transexual (pessoa que se identifica e quer ser reconhecida socialmente em consonância com sua identidade de gênero) que desejar atendimento pelo nome social durante a realização das provas, poderá solicitar a inclusão do nome. Para isso, o(a) candidato(a) deverá informar o nome social no momento do cadastro, realizar o download do Requerimento para

Inclusão do Nome Social, disponível no formulário de cadastro de informações pessoais, e enviá-lo para o e-mail <candidato.iv@ufg.br>, observado o que trata o subitem 2.1.4.

2.3.2 O Instituto Verbena/UFG reserva-se o direito de exigir, a qualquer tempo, documentos que atestem a condição que motiva a solicitação de atendimento declarado.

2.3.3 As publicações referentes à candidata travesti ou ao(à) candidato(a) transexual serão realizadas de acordo com o nome e o gênero constantes no registro civil, acompanhado do nome social.

2.4 Da homologação da inscrição

2.4.1 Efetuada a inscrição, os dados informados pelo(a) candidato(a) ficarão disponíveis para consulta, conferência e acompanhamento no Portal do(a) candidato(a).

2.4.1.1 Compete ao(à) candidato(a), após o pagamento da taxa de inscrição ou da concessão de sua isenção, acompanhar no Portal do(a) candidato(a) a confirmação de sua inscrição, verificando a sua regularidade. **2.4.2** Para fins de impressão e publicação dos resultados, serão considerados os dados do cadastro de informações pessoais realizado pelo(a) candidato(a) até a homologação das inscrições, conforme data prevista no Cronograma (Anexo I).

2.4.3 A inscrição será homologada somente após o envio do arquivo retorno sobre o pagamento da taxa de inscrição pela rede bancária, procedimento que pode demorar até 5 (cinco) dias úteis.

2.4.4 O(A) candidato(a) que efetuar mais de um pagamento da taxa de inscrição, ficará homologado(a) na que corresponde à inscrição mais recente com pagamento realizado. Da mesma forma, o(a) candidato(a) beneficiado(a) com isenção do pagamento da taxa de inscrição que realizar mais de uma inscrição, será homologado(a) no cargo que corresponde à inscrição mais recente, sendo desconsiderada(s) a(s) outra(s), ainda que tenha realizado algum pagamento.

2.4.5 As inscrições serão analisadas pelo Instituto Verbena/UFG, sendo indeferidas aquelas que não estiverem de acordo com as condições estabelecidas no edital.

2.4.6 Os resultados preliminar e final das inscrições homologadas serão publicados nas datas previstas no Cronograma (Anexo I), apresentando o nome do(a) candidato(a), o número de inscrição e a opção de participação, observados os subitens 3.16.4 e 5.6.

3. DA PARTICIPAÇÃO COMO CANDIDATO(A) COM DEFICIÊNCIA

3.1 Para as pessoas com deficiência é assegurado o direito de inscrição para as vagas previstas e para as que vierem a ser criadas no prazo de validade do Concurso, desde que as atribuições do cargo sejam compatíveis com a deficiência, nos termos do inciso VIII, do art. 37, da Constituição Federal, da Lei Federal nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, regulamentada pelo Decreto Federal nº 3.298,

de 20 de dezembro de 1999 e alterações, da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, com todas suas alterações, da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, e da Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021 e no art. 1º da Lei Federal nº 14.768.

3.2 Fica reservado às pessoas com deficiência o quantitativo de 5% (cinco por cento) das vagas oferecidas para o provimento de cargos efetivos, conforme previsto no Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro 2018, e de acordo com a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro 1990. Caso a aplicação do percentual resulte em número fracionado, esse deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, conforme Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018.

3.3 As vagas de reserva de que trata o subitem 3.2 foram definidas por meio de sorteio entre os cargos/câmpus deste Edital. O sorteio para distribuição das vagas reservadas foi realizado pela comissão central do concurso público e o Instituto Verbena/UFG em sessão pública no dia 18 de abril de 2024, às 09h00min. O sorteio foi gravado e encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=Es3GQKCb_o4>.

3.4 É considerada pessoa com deficiência aquela que se enquadrar no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações posteriores, no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, no art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015, e na Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021, no art. 1º da Lei Federal nº 14.768.

3.5 A pessoa com deficiência, resguardados os direitos previstos na forma da lei, participará do concurso em igualdade de condições com os(as) demais candidatos(as), no que se refere ao conteúdo da prova, aos critérios de avaliação, ao horário, data e local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para aprovação.

3.6 Ao(À) candidato(a) com deficiência são assegurados direitos, conforme subitem 3.16, e condições especiais para realização da prova, conforme item 4.

3.7 Para concorrer como pessoa com deficiência, antes de se inscrever, o(a) candidato(a) deverá acessar o endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>, imprimir o formulário do Laudo Médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) e solicitar a um(a) médico(a) especialista na área de sua deficiência que o preencha, conforme as instruções descritas no subitem 3.15.

3.8 Para concorrer a uma das vagas reservadas, no ato de sua inscrição, o(a) candidato(a) deverá: **a)** declarar-se pessoa com deficiência, nos termos da legislação vigente, e manifestar que deseja concorrer como candidato(a) com deficiência;

b) assinalar o tipo de deficiência;

c) enviar, via upload, o Laudo Médico original (preferencialmente no modelo do Anexo III), devidamente preenchido pelo(a) médico(a) especialista na área de sua deficiência, conforme o subitem 3.15.

3.8.1 Os arquivos referidos na alínea “c” deverão estar legíveis, no formato PDF e

ter tamanho máximo de 50 MB. **3.9** O Instituto Verbena/UFG não se responsabilizará por solicitação não recebida por motivos de ordem técnica dos computadores, arquivos corrompidos e/ou ilegíveis, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores.

3.10 O(A) candidato(a) que se declarar com deficiência no ato da inscrição e não anexar o Laudo Médico (preferencialmente no modelo do Anexo III), conforme o subitem 3.15, será desconsiderado(a) como pessoa com deficiência, participando somente da opção ampla concorrência, e não poderá, posteriormente, alegar essa condição para reivindicar qualquer garantia legal no concurso.

3.11 Caso o(a) candidato(a) inscrito(a) como pessoa com deficiência não cumpra os procedimentos descritos no Edital, mas também seja optante para concorrer às vagas reservadas para negros(as), continuará participando na opção de vagas reservadas para negros(as), observadas as normas constantes do item 5. **3.12** O(A) candidato(a) que não assinalar a opção de concorrer como pessoa com deficiência ou não cumprir os procedimentos descritos no edital perderá o direito de concorrer à vaga reservada e, conseqüentemente, concorrerá apenas à vaga da opção ampla concorrência, observado o subitem 3.11.

3.13 As datas das publicações preliminar e final do resultado da análise da documentação do(a) candidato(a) que realizou o upload do Laudo Médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) para concorrer à reserva de vagas e/ou requerer tempo adicional – pessoa com deficiência constam no Cronograma (Anexo I). **3.14** Após a investidura no cargo, a deficiência declarada no ato da inscrição não poderá ser arguida para justificar a concessão de aposentadoria, ou remoção por motivo de saúde do(a) servidor(a), salvo casos excepcionais de agravamento imprevisível da deficiência, os quais impossibilitem a permanência do(a) servidor(a) em atividade. **3.15 O Laudo Médico**

3.15.1 O Laudo Médico deverá ser emitido em formulário próprio (preferencialmente no modelo do Anexo III), obedecendo às seguintes exigências:

a) constar o nome e o número do documento de identificação do(a) candidato(a), bem como o nome, o número do registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) e a assinatura do(a) médico(a) responsável pela emissão do laudo;

b) descrever o tipo, o grau e/ou o nível de deficiência, bem como a sua provável causa, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID 11);

c) constar, quando for o caso, a necessidade do uso de próteses ou adaptações.

3.15.2 O Laudo Médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) terá validade de até 24 (vinte e quatro meses) contados a partir do último dia das inscrições.

3.15.2.1 Não serão aceitos nem analisados pareceres, certificados ou documentos, ainda que atestem o enquadramento do(a) candidato(a) como pessoa com deficiência, nos termos das leis, sendo, nesse caso, indeferida a documentação do(a) candidato(a).

3.16 Do tempo adicional

3.16.1 O(A) candidato(a) com deficiência poderá solicitar tempo adicional de 1

(uma) hora para realizar a prova devendo, no ato da inscrição:

a) solicitar o tempo adicional;

b) enviar, via upload, o Laudo Médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) original, devidamente preenchido pelo(a) médico(a) da área de sua deficiência, no qual deverá estar expressa, detalhadamente, a justificativa para a concessão dessa condição especial, de acordo com o subitem 3.15. **3.16.1.1** Os arquivos referidos na alínea “b” deverão estar legíveis, no formato PDF e ter tamanho máximo de 50 MB.

3.16.2 O(A) candidato(a) que não apresentar o Laudo Médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) com a justificativa para concessão do tempo adicional ou aquele(a) que apresentar o laudo no qual o(a) médico(a) descreve que o(a) candidato(a) não necessita desse tempo terá o pedido indeferido.

3.16.3 O(A) candidato(a) com deficiência que, no ato da inscrição, não solicitar tempo adicional terá sua vontade respeitada, mesmo que prescrita no Laudo Médico a necessidade desse tempo.

3.16.4 A concessão ao(à) candidato(a) do direito de tempo adicional, bem como a opção do(a) candidato(a), no ato da inscrição, de concorrer como pessoa com deficiência, por si só, não garantem confirmação dessa condição. **3.16.5** As datas das publicações preliminar e final do resultado da análise da documentação do(a) candidato(a) que realizou o upload da documentação para fazer a prova com tempo adicional, bem como daquele(a) candidato(a) que tiver o pedido indeferido em virtude de a documentação enviada não estar de acordo com as exigências do edital constam no Cronograma (Anexo I).

3.17 Da correção diferenciada da Prova Dissertativa

3.17.1 Os(As) candidatos(as) com deficiência auditiva poderão solicitar a correção diferenciada da prova dissertativa.

3.17.2 Na correção diferenciada das provas serão adotados mecanismos de avaliação coerentes que valorizem os conteúdos semânticos da prova, de acordo com o Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e suas alterações posteriores.

3.17.3 Para solicitar correção diferenciada, o(a) candidato(a) deverá acessar o endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>, imprimir o formulário do Laudo Médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) e solicitar a um(a) médico(a) especialista na área de sua deficiência que o preencha, conforme as instruções descritas no subitem 3.15.

3.17.4 Realizado o preenchimento do Laudo Médico (preferencialmente no modelo do Anexo III), o(a) candidato(a) deverá, no ato da inscrição:

a) solicitar a correção diferenciada da prova dissertativa;

b) enviar, via upload, o Laudo Médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) original, devidamente preenchido pelo(a) médico(a) da área de sua deficiência, no qual deverá estar expressa, detalhadamente, a justificativa para a concessão dessa condição especial, de acordo com o subitem 3.15.

3.17.5 O arquivo referido na alínea “b” do subitem 3.17.4 deverá estar legível, no formato PDF e ter tamanho máximo de 50 MB.

3.17.6 O(A) candidato(a) que não apresentar o Laudo Médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) com a justificativa para concessão da correção diferenciada ou aquele(a) que apresentar o laudo no qual o(a) médico(a) descreve que o(a) candidato(a) não necessita desse tempo terá o pedido indeferido.

3.17.7 As datas das publicações preliminar e final do resultado da análise da documentação do(a) candidato(a) que realizou o upload da documentação para ter a correção diferenciada, bem como daquele(a) candidato(a) que tiver o pedido indeferido em virtude de a documentação enviada não estar de acordo com as exigências do edital constam no Cronograma (Anexo I).

3.18 Da Perícia Médica

3.18.1 A Perícia Médica será realizada no município de Goiânia-GO.

3.18.2 O(A) candidato(a) que concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e/ou que solicitar tempo adicional será convocado(a) para submeter-se à perícia médica, objetivando verificar se a deficiência declarada pelo(a) candidato(a) no momento da inscrição se enquadra na legislação vigente.

3.18.2.1 Após análise clínica do(a) candidato(a) e dos exames apresentados, será emitido parecer fundamentado e específico em relação aos motivos de deferimento ou indeferimento da condição do(a) candidato(a). **3.18.3** A convocação para a perícia médica do(a) candidato(a) que optar por concorrer às vagas reservadas às pessoas com deficiência e/ou solicitar tempo adicional será publicada no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>, na data prevista no Cronograma (Anexo I), sendo de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) consultar essa informação, visto que não será enviada correspondência individualizada. **3.18.3.1** Na convocação constará o horário e o local de realização da perícia médica.

3.18.3.2 Todos(as) candidatos(as) aprovados(as) na 4ª Fase serão convocados(as) para realização da perícia médica.

3.18.4 Na ocasião da perícia médica, o(a) candidato(a) convocado(a) deverá apresentar o documento de identificação original previsto no subitem 6.1, o original e a cópia do laudo médico anexado no momento da inscrição e os originais dos seguintes exames, que servirão de base para a realização da perícia médica: **a)** para pessoa com deficiência auditiva, o laudo médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) deverá ser acompanhado do original do exame de audiometria, realizado até, no máximo, 24 (vinte e quatro meses) antes do último dia das inscrições;

b) para pessoa com deficiência intelectual, o laudo médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) deverá ser acompanhado do original do teste de avaliação cognitiva (intelectual), especificando o grau ou o nível de funcionamento intelectual em relação à média, emitido por psicólogo(a) e/ou médico(a) psiquiatra, realizado até, no máximo, 24 (vinte e quatro meses) antes do último dia das inscrições;

c) para pessoa com deficiência visual, o laudo médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) deverá ser acompanhado do original do exame de acuidade visual em Ambos os Olhos (AO), patologia e campo visual recente, realizado até,

no máximo, 24 (vinte e quatro meses) antes do último dia das inscrições; **d)** para pessoa com transtorno do espectro autista, o laudo médico (preferencialmente no modelo do Anexo III) deverá ser acompanhado de documentos que comprovem o transtorno. Os documentos possuem validade por prazo indeterminado, desde que observados os requisitos estabelecidos na legislação pertinente. **3.18.4.1** Após a análise pela equipe multiprofissional, os documentos originais serão devolvidos, exceto as cópias do laudo médico e dos exames exigidos, que ficarão retidos pelo Instituto Verbena/UFG. O(A) candidato(a) que não levar as cópias terá retido os originais desses documentos.

3.18.4.2 Havendo necessidade, por ocasião da perícia, a equipe multiprofissional poderá solicitar ao(à) candidato(a) exames complementares.

3.18.5 No caso de o(a) candidato(a) não ser considerado(a) pessoa com deficiência pela equipe multiprofissional nos termos do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações, da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015 e da Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021 ou não comparecer à Perícia Médica no dia e horário determinados, mesmo que justificado, no período previsto no Cronograma (Anexo I), passará a concorrer apenas às vagas da ampla concorrência.

3.18.6 Não haverá segunda chamada ou realização de perícia médica fora da data, do horário e do local predeterminados pelo Instituto Verbena/UFG.

3.18.7 A perda do direito às vagas reservadas do(a) candidato(a) que não for considerado(a) pessoa com deficiência pela equipe multiprofissional não enseja o dever de convocar suplementarmente candidatos(as) não convocados(as) inicialmente.

3.18.8 Será eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que tiver usufruído de tempo adicional para fazer a prova e a equipe multiprofissional concluir que ele(a) não se enquadra no art. 4º do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e alterações posteriores, no § 1º do art. 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, no art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 06 de julho de 2015, e na Lei Federal nº 14.126, de 22 de março de 2021 e na Lei; bem como aquele(a) que não comparecer à Perícia Médica, no dia e horário determinados. **3.18.9** A perícia médica e a confirmação de sua condição de pessoa com deficiência terá validade somente para o concurso para o qual o(a) interessado(a) se inscreveu, não podendo ser aproveitada em outras inscrições ou certames.

3.18.10 Os resultados preliminar e final da Perícia Médica serão publicados no período previsto no Cronograma (Anexo I).

4. DAS CONDIÇÕES ESPECIAIS (TRATAMENTO DIFERENCIADO) PARA REALIZAR A PROVA

4.1 O(A) candidato(a) com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento, com transtornos funcionais, temporariamente acometido(a) por problema de saúde, que desejar condição especial para realizar as provas, tais como ledor de prova, prova ampliada, ledor

de tela, aplicador para preencher o Caderno de Resposta, sala individual ou com número reduzido de candidato(as), excluindo-se o atendimento domiciliar, deverá, no ato da inscrição:

- a)** solicitar condições especiais para realizar as provas;
- b)** preencher, no momento da inscrição, o Requerimento de Condições Especiais para a realização das provas; **c)** enviar, via upload, o laudo médico original (preferencialmente no modelo do Anexo III), devidamente preenchido pelo(a) médico(a) especialista na área de sua deficiência ou o atestado médico informando o problema de saúde ou o grau da doença ou enfermidade do(a) candidato(a).

4.1.1 Os arquivos referidos na alínea “c” deverão estar legíveis, no formato PDF e ter tamanho máximo de 50 MB.

4.1.2 O laudo médico (preferencialmente no modelo do Anexo III), a que se refere a alínea “c”, deverá ter sido emitido até, no máximo, 24 (vinte e quatro meses) antes do último dia das inscrições.

4.1.3 O Atestado Médico, a que se refere a alínea “c”, deverá ter sido emitido até, no máximo, 6 (seis meses) antes do último dia das inscrições. **4.1.4** No caso de solicitação especial que envolva a utilização de recursos tecnológicos, no dia de aplicação de prova, poderá ser disponibilizado atendimento alternativo, observadas as condições de viabilidade e razoabilidade.

4.2 O(A) candidato(a) que apresentar algum comprometimento de saúde (recém-acidentado(a), recém-operado(a), acometido(a) por alguma doença), após o término das inscrições, e necessitar de condições especiais para a realização das provas deverá imprimir e preencher o Requerimento de Condições Especiais, de acordo com as instruções nele contidas, disponível no Portal do(a) candidato(a), acompanhado do atestado médico original, e enviar para o e-mail <logistica.iv@ufg.br> até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da realização das respectivas provas.

4.3 A solicitação de condições especiais será atendida mediante análise prévia do grau de necessidade, segundo critérios de viabilidade e razoabilidade.

4.4 A candidata lactante que necessitar amamentar criança de até 1 (um) ano de idade durante a realização da prova deverá preencher o Requerimento de Condições Especiais no ato da inscrição.

4.4.1 Caso a necessidade referida no subitem anterior surja após o término das inscrições, a candidata deverá acessar o Portal do(a) candidato(a), imprimir o Requerimento de Condições Especiais, preencher e enviar para o e-mail <logistica.iv@ufg.br> até 48 (quarenta e oito) horas antes do dia de realização da prova. **4.4.2** A candidata terá o direito de proceder à amamentação a cada intervalo de 2 (duas) horas, por até 30 (trinta) minutos. Os intervalos serão computados a partir do horário de início das provas, sendo devolvido à candidata o tempo em que ficou em amamentação.

4.5 A candidata lactante deverá anexar ao Requerimento de Condições Especiais (subitem 4.4) cópia do documento de identificação (subitem 6.1) do(a) acompanhante que ficará responsável pela guarda da criança durante a realização

da prova.

4.5.1 O(A) acompanhante, maior de 18 (dezoito) anos, responsável pela guarda da criança somente terá acesso ao local da prova mediante a apresentação do original do documento de identificação.

4.5.2 A candidata que comparecer com a criança sem levar acompanhante não poderá realizar a prova, bem como o(a) acompanhante não poderá comparecer com criança ao local de prova após o fechamento dos portões. **4.6** Será considerado, para efeito de resposta ao pedido de condição especial para realização da prova, o Requerimento de Condições Especiais cuja data seja a mais recente, sendo desconsiderados os anteriores. **4.7** O resultado da solicitação de condições especiais para o(a) candidato(a) que fizer a solicitação online até o último dia das inscrições será divulgado no Portal do(a) candidato(a)/Requerimento, exclusivamente para o(a) candidato(a), conforme o período previsto no Cronograma (Anexo I).

4.7.1 Os(As) demais candidatos(as) obterão a resposta diretamente no Instituto Verbena/UFG pelo e-mail <logistica.iv@ufg.br>.

4.8 O(A) candidato(a) que solicitar qualquer condição especial e não entregar ou não enviar o laudo médico ou atestado médico original ou o relatório médico original terá o pedido de condições especiais indeferido e não poderá realizar a prova em caráter especial.

4.9 Caso o(a) candidato(a) não tenha solicitado condições especiais previamente, ele(a) realizará a prova em igualdade de condições com os(as) demais candidatos(as), não sendo concedido qualquer atendimento especial. **4.10** Será liminarmente indeferido o pedido de tempo adicional solicitado por meio de Requerimento de Condições Especiais, tendo em vista que esse direito deverá ser solicitado no ato da inscrição em campo específico para esse fim, conforme subitem 3.16.

4.11 Serão adotadas todas as providências que se façam necessárias para permitir aos(às) candidatos(as) com deficiência e àqueles(as) que requereram condições especiais fácil acesso aos locais de realização das provas, sendo de responsabilidade do(a) candidato(a) trazer os equipamentos e instrumentos imprescindíveis à realização das provas, previamente autorizados pelo Instituto Verbena/UFG.

5. DAS VAGAS RESERVADAS AO(À) CANDIDATO(A) NEGRO(A)

5.1 Às pessoas autodeclaradas pretas ou pardas que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhe são facultadas na Lei Federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014, é assegurado o direito de inscrição para os cargos do concurso como candidato(a) negro(a).

5.2 Ficam reservadas aos(às) candidatos(as) negros(as) 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas. Caso a aplicação do percentual de 20% (vinte por cento) das vagas resulte em número fracionado, esse será elevado para o primeiro número inteiro subsequente, ocorrendo o mesmo no caso de fração igual ou maior que 0,5

(cinco décimos), e no caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos), o valor será diminuído para número inteiro imediatamente inferior, na forma do §2º do art.1º da Lei Federal nº 12.990, de 9 de junho de 2014.

5.2.1 As vagas de reserva de que trata o subitem 5.2 foram definidas por meio de sorteio entre os cargos/câmpus deste Edital. O sorteio para distribuição das vagas reservadas foi realizado pela comissão central do concurso público e o Instituto Verbena/UFG em sessão pública no dia 18 de abril de 2024. O sorteio foi gravado e

encontra-se disponível no endereço eletrônico <https://www.youtube.com/watch?v=Es3GQKCb_o4>. **5.3** Para concorrer às vagas reservadas aos(às) negros(as), o(a) candidato(a) deverá, no ato da inscrição, autodeclarar-se preto(a) ou pardo(a), conforme o quesito cor ou raça utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e manifestar que deseja concorrer à vaga reservada.

5.4 O(A) candidato(a) inscrito(a) como negro(a) participará do concurso em igualdade de condições com os(as) demais candidatos(as), no que se refere ao conteúdo da prova, aos critérios de avaliação, ao horário, data e local de aplicação da prova e à nota mínima exigida para aprovação.

5.5 Caso o(a) candidato(a) não assinale o desejo de concorrer como candidato(a) negro(a) e/ou não cumpra os procedimentos descritos no edital, perderá o direito e, conseqüentemente, concorrerá somente às vagas da ampla concorrência.

5.5.1 Caso o(a) candidato(a) inscrito(a) como negro(a) não cumpra os procedimentos descritos no edital, mas também seja optante para concorrer às vagas reservadas para pessoa com deficiência, continuará participando na opção de vagas reservadas para pessoa com deficiência, observadas as normas constantes do item 3. **5.6** O(A) candidato(a) que optar por concorrer às vagas reservadas para negro(a), caso aprovado(a), será convocado(a) para submeter-se ao procedimento de heteroidentificação complementar a autodeclaração, previsto na Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023, realizado por comissão especificamente designada para tal fim. Somente após a confirmação da autodeclaração pela comissão é que o(a) candidato(a) terá a sua inscrição confirmada nessa opção de participação.

5.6.1 A convocação para o procedimento de heteroidentificação será publicada no endereço eletrônico do concurso, na data prevista no Cronograma (Anexo I), não sendo encaminhada aos(às) candidatos(as) correspondência individualizada acerca dessa convocação.

5.7 Todos(as) candidatos(as) aprovados(as) nas respectivas fases dos cargos pleiteados serão convocados(as) para o procedimento de heteroidentificação.

5.7.1 O(A) candidato(a) às vagas reservadas ao(à) negro(a), ainda que tenha obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência e satisfaça as condições de habilitação estabelecidas no edital, deverá se submeter ao procedimento de heteroidentificação.

5.8 O Instituto Verbena/UFG designará uma comissão para o procedimento de heteroidentificação da autodeclaração étnico-racial, com poder deliberativo,

composta por 5 (cinco) membros e seus(suas) suplentes, e designará uma comissão recursal composta por 3 (três) membros e seus(suas) suplentes, distintos dos membros da comissão de heteroidentificação.

5.8.1 A comissão de heteroidentificação deliberará pela maioria dos seus membros, sob forma de parecer motivado.

5.8.2 A avaliação da comissão quanto à condição de pessoa negra será realizada na modalidade remota. **5.8.3** O link para acesso à sala virtual (ambiente remoto) para a realização do procedimento de heteroidentificação será disponibilizado no Portal do(a) candidato(a), no momento da convocação.

5.8.4 Para a realização do procedimento de heteroidentificação remoto, o(a) candidato(a) deverá: possuir uma conexão de internet de qualidade, estar em um local de fundo branco e com iluminação natural (vinda de frente), manter o ambiente sem ruídos, definir e testar com antecedência o equipamento a ser utilizado, posicionar o equipamento de modo a captar toda sua imagem.

5.8.5 No momento do procedimento de heteroidentificação remoto, o(a) candidato(a) deverá: estar com o documento de identidade com foto e não utilizar acessórios na cabeça, tais como boné, chapéu, lenço, elásticos, presilhas, entre outros, sendo vedada a utilização de maquiagem, bem como quaisquer acessórios ou vestimentas que impossibilitem a verificação fenotípica.

5.8.6 O Instituto Verbena/UFG não se responsabilizará pela não realização do procedimento de heteroidentificação remota por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, congestionamento de linhas de comunicação ou de outros fatores, alheios ao Instituto Verbena/UFG, que venham impossibilitar o atendimento das normas do edital.

5.8.7 Não será realizado o procedimento de heteroidentificação fora dos dias ou horários estabelecidos pelo Instituto Verbena/UFG.

5.9 O procedimento de heteroidentificação será gravado e a gravação poderá ser utilizada na análise de eventuais recursos interpostos por candidatos(as). **5.10** A comissão de heteroidentificação utilizará exclusivamente o critério fenotípico para aferição da condição declarada pelo(a) candidato(a) no concurso. O procedimento de heteroidentificação se dará por meio da constatação de que o(a) candidato(a) é visto(a) socialmente como pertencente ao grupo racial negro. Além da cor da pele, serão consideradas outras características fenotípicas, marcadas pelos traços negroides, tais como tipo de cabelo e formato de lábios e nariz.

5.10.1 Serão consideradas as características fenotípicas do(a) candidato(a) ao tempo no momento da realização do procedimento de heteroidentificação.

5.10.2 Não serão considerados para a avaliação quaisquer registros ou documentos pretéritos eventualmente apresentados, inclusive imagem e certidões referentes à confirmação em outros procedimentos de heteroidentificação.

5.10.2.1 Não serão considerados quaisquer relatos, laudos dermatológicos, registros ou documentos pretéritos apresentados pelo(a) candidato(a) ou seu(sua) representante legal, inclusive imagem, documentos ou fotos de seus genitores e, em nenhuma hipótese a heteroidentificação será realizada considerando o genótipo

do(a) candidato(a), sendo vedada toda e qualquer forma de aferição acerca da sua ancestralidade ou colateralidade familiar.

5.12 Será eliminado do concurso, nos termos da Instrução Normativa MGI nº 23 de 25 de julho de 2023, ainda que tenha obtido nota suficiente para aprovação na ampla concorrência e independentemente de alegação de boa fé, o(a) candidato(a) que:

- a) se recusar a ser filmado;
- b) prestar declaração falsa;
- c) não comparecer ao procedimento de heteroidentificação.

5.12 O(A) candidato(a) cuja autodeclaração não for confirmada em procedimento de heteroidentificação concorrerá às vagas destinadas à ampla concorrência.

5.12.1 Não concorrerá às vagas de que trata o subitem anterior e será eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que apresentar autodeclaração falsa constatada em procedimento administrativo da comissão de heteroidentificação nos termos do parágrafo único do art. 2º da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014. **5.12.2** Após o devido processo legal, o parecer da comissão de heteroidentificação que constatar a falsidade da autodeclaração deverá motivar a sua conclusão nos termos do art. 50 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999. **5.12.3** As hipóteses de que tratam o caput e o § 1º não ensejam o dever de convocar suplementarmente candidatos(as) não convocados(as) para o procedimento de heteroidentificação.

5.13 A autodeclaração e a confirmação de sua veracidade terão validade somente para o concurso para o qual o(a) interessado(a) se inscreveu, não podendo ser aproveitada em outras inscrições ou certames. **5.14** Os resultados preliminar e final do procedimento de heteroidentificação serão publicados no período previsto no Cronograma (Anexo I).

6. DOS DOCUMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO

6.1 Serão considerados documentos de identificação para a inscrição e para o acesso aos locais de prova os documentos expedidos pelas Secretarias de Segurança Pública, pela Diretoria Geral da Polícia Civil, pelas Forças Armadas, pela Polícia Militar e pela Polícia Federal, bem como o Passaporte, a Carteira Nacional de Habilitação em papel e as carteiras expedidas por Ordens, Conselhos ou Ministérios que, por Lei Federal, são consideradas documentos de identidade.

6.1.1 O documento de identificação deverá conter foto e estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação do(a) candidato(a) e de sua assinatura.

6.1.2 O(A) candidato(a) que apresentar documento de identificação que gere dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do(a) portador(a) poderá ser submetido(a) à identificação especial para posterior encaminhamento à Polícia Civil para confirmação.

6.2 Não serão aceitos documentos no formato digital como documento de identificação no Concurso, bem como a Certidão de Nascimento, a Certidão de Casamento, o Título de Eleitor, o Cadastro de Pessoa Física (CPF), a Carteira de

Estudante, o Certificado de Alistamento ou de Reservista ou quaisquer outros documentos (crachás, identidade funcional) diferentes dos especificados no subitem 6.1.

6.3 O(A) candidato(a) estrangeiro(a) deverá apresentar carteira de estrangeiro atualizada ou passaporte com visto válido. **6.4** Caso o(a) candidato(a) não apresente o documento de identificação original por motivo de furto, roubo ou perda, deverá entregar documento (original ou cópia simples) que ateste o registro de ocorrência em órgão policial, emitido com prazo máximo de 30 (trinta) dias anteriores à data de realização da prova.

7. DA PROVA DISSERTATIVA E DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA SUA REALIZAÇÃO

7.1 Da Prova Dissertativa

7.1.1 A prova dissertativa representa a 1ª fase do concurso para todas as Áreas de Atuação. **7.1.2** A prova dissertativa, de caráter eliminatório e classificatório, consistirá em um exame escrito sobre 2 (dois) temas e terá como objetivo avaliar o desempenho do(a) candidato(a) nos aspectos definidos no Quadro 2 e valerá 100,0 (cem) pontos, sendo eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que não obtiver, no mínimo, 60,0 (sessenta) pontos.

Quadro 2

CrITÉRIOS gerais	Detalhamento dos critérios	Pontos
Domínio do Conteúdo	Abrangência	80,0
	Profundidade	
	Clareza	
	Precisão técnico-científica	
	Ilustrações didáticas	
	Adequação à área de atuação do concurso e ao tema sorteado	
Redação e Forma	Organização de ideias	20,0
	Sequência lógica	
	Capacidade de síntese	
	Correção linguística	
	Obediência às normas técnicas – citações e	

	referências	
--	-------------	--

7.1.3 Na prova dissertativa o(a) candidato(a) deverá discorrer sobre 2 temas entre aqueles contidos na relação de temas do Conteúdo Programático (Anexo IV), escolhidos a partir de sorteio público.

7.1.3.1 O sorteio dos temas será executado pela Diretoria do Instituto Verbena e a transmissão será acompanhada por representantes da comissão central do concurso público e representantes de cada Área de Atuação. Este procedimento será registrado em ata.

7.1.3.2 O sorteio dos temas será realizado às 13h00 do dia de realização da Prova Dissertativa e o link do sorteio será disponibilizado no endereço eletrônico <www.youtube.com/InstitutoVerbenaUFG>. **7.1.3.3** O sorteio e a divulgação dos temas sorteados serão feitos simultaneamente a todos(as) os(as) candidatos(as), no momento de realização da prova dissertativa e, na sequência, terão um prazo máximo de quatro horas para realização e entrega da prova, sem consulta.

7.1.3.4 Para a prova dissertativa das áreas de Linguagens (Língua Portuguesa/Língua Inglesa), o sorteio dos temas será realizado entre os pontos 1 e 5 (texto em português) e entre 6 e 10 (texto necessariamente em inglês). Além disso, na prova de desempenho didático o candidato deve apresentar a aula em inglês, caso o tema sorteado seja algum da área de inglês e, se for de português, poderá ter que responder perguntas em inglês no momento de arguição pela banca.

7.1.4 O número de laudas e linhas em que a resposta da Prova Dissertativa deverá ser desenvolvida dependerá do tipo de tema e da complexidade exigida na elaboração de sua resposta, não podendo ultrapassar o limite de 30 (trinta) linhas por lauda, em no máximo 3 laudas, para cada tema sorteado.

7.1.5 Cada membro da banca examinadora corrigirá as provas de forma autônoma e imparcial e atribuirá ao(à) candidato(a) uma nota de 0,0 (zero) a 50,0 (cinquenta) pontos para cada tema, com uma casa decimal, sem arredondamento, com base nos critérios do Quadro 2.

7.1.5.1 Os(As) membros das bancas examinadoras não terão acesso à identificação dos(as) candidatos(as) e será corrigida, de modo independente, por cada um(a) dos(as) examinadores(as).

7.1.5.2 A pontuação do candidato em cada tema será dada em função da média aritmética da pontuação dos membros da banca examinadora.

7.1.5.3 A pontuação final da prova dissertativa será a soma das médias obtidas pelo(a) candidato em cada tema, considerada 01 (uma) casa decimal, sem arredondamento.

7.1.6 Será eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que não obtiver, no mínimo, 60,0 (sessenta) pontos. **7.1.7** A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital não será objeto de avaliação nas provas deste concurso público.

7.1.8 Os resultados preliminar e final da prova dissertativa serão publicados nas datas previstas no Cronograma (Anexo I).

7.2 Das condições gerais para realização da prova dissertativa

7.2.1 A prova dissertativa terá duração de 4 (quatro) horas e será aplicada no período vespertino, na cidade de Goiânia, na data prevista no Cronograma (Anexo I).

7.2.2 O comunicado que informa o horário e o local de realização da prova será disponibilizado na página do concurso para consulta individual, na data prevista no Cronograma (Anexo I), sendo de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) verificar essa informação, visto que não será enviada correspondência individualizada.

7.2.2.1 No comunicado que informa o local de prova, o(a) candidato(a) deverá observar o horário de abertura e fechamento dos portões.

7.2.3 No local de Prova, somente será permitido o ingresso do(a) candidato(a) que estiver portando o original de um dos documentos de identificação citados no subitem 6.1 do edital, salvo o caso previsto no subitem 6.4. **7.2.4** Para garantia da lisura do concurso, poderão ocorrer, como forma de identificação, a coleta da impressão digital e o registro de imagem do(a) candidato(a) (fotografia e/ou filmagem) no dia de realização da prova. **7.2.4.1** No período de tempo reservado à Prova, estão incluídos a coleta da impressão digital, o registro de imagem do(a) candidato(a) (fotografia e/ou filmagem), caso ocorram, e a transcrição das respostas para o Caderno de Resposta.

7.2.5 O(A) candidato(a) é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial de seu nome, do número de sua inscrição, do número de seu documento de identidade e da Área de Atuação escolhida, os quais constarão no Caderno de Resposta e na Ficha de Identificação.

7.2.6 O(A) candidato(a) deverá redigir sua resposta com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, fabricada em material transparente.

7.2.6.1 Textos escritos a lápis e redigidos em folhas de rascunho não serão considerados. **7.2.6.2** Não será permitido o uso de qualquer tipo de corretivo no Caderno de Resposta, tampouco haverá sua substituição por erro no seu preenchimento.

7.2.7 Será atribuída nota 0,0 (zero) ao(à) candidato(a) que se retirar da sala de Prova, levando consigo o Caderno de Resposta, sob pena de ser eliminado(a) do concurso.

7.2.8 O Caderno de Resposta não poderá ser assinado, rubricado, nem deverá conter em outro local que não o apropriado marcas ou sinais de forma que permita a sua identificação, pois será despersonalizado antes da correção. Para a banca corretora, o(a) candidato(a) será anônimo. Apresentando qualquer um destes elementos, a prova dissertativa será desconsiderada e atribuída pontuação 0,0 (zero) ao(à) candidato(a).

7.2.9 O Caderno de Resposta é o único documento válido para avaliação da prova dissertativa e o(a) candidato(a) não deverá amassar, molhar, dobrar, rasgar,

manchar ou, de qualquer modo, danificar sua Prova, pois não será substituída. Também não haverá substituição do Caderno de Resposta por erro de preenchimento do(a) candidato(a).

7.2.10 O(A) candidato(a) deverá assinar, somente nos locais indicados, o Caderno de Resposta e a Ficha de Identificação, bem como transcrever a frase indicada na capa do Caderno de Questão para sua Ficha de Identificação.

7.2.11 Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada, nem aplicação de provas fora da data, do horário e do local determinados pelo Instituto Verbena/UFG.

7.2.12 Os casos de alterações psicológicas e/ou fisiológicas permanentes ou temporárias (gravidez, estados menstruais, indisposições, câimbras, contusões, crises reumáticas, luxações, fraturas, crises de labirintite e outros) e casos de alterações climáticas (calor intenso, temporais e outros), que diminuam ou limitem a capacidade física ou mental dos(as) candidatos(as) para realizarem a prova e terem acesso ao local, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado, respeitando-se o princípio da isonomia.

7.2.13 Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova, em razão do afastamento do(a) candidato(a) da sala onde está realizando a prova, salvo o caso previsto no subitem 4.4.2. **7.2.14** Por motivo de segurança, serão adotados os seguintes procedimentos para a realização da prova:

a) não será permitida a entrada de candidatos(as), nos locais das provas, portando qualquer tipo de arma branca e/ou arma de fogo;

b) não será permitido o uso ou o porte de telefone celular, de relógio (qualquer tipo), assim como equipamentos elétricos, eletrônicos, e/ou de comunicação (receptor ou transmissor) de qualquer natureza, os quais deverão permanecer obrigatoriamente desligados, com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados; **c)** será entregue ao(à) candidato(a), ao entrar na sala, embalagem plástica de segurança, na qual deverão ser colocados todos os pertences mencionados na alínea “b”, que deve ser mantida embaixo do assento; **d)** não será permitido o uso ou porte de outros objetos do tipo carteira, chave (qualquer tipo), óculos escuros, itens de chapelaria ou quaisquer outros, os quais deverão permanecer embaixo do assento;

e) não será permitida a entrada de candidato(a) com lápis, lapiseira, marca-texto, régua e/ou borracha; **f)** não será permitida a entrada de candidato(a) com bebidas ou alimentos em recipientes ou embalagens que não sejam fabricados com material transparente, independentemente da cor, tais como água, refrigerantes ou sucos, bolachas ou biscoitos, chocolates, balas e barras de cereais. Os alimentos e as bebidas deverão estar acondicionados em embalagens plásticas com visibilidade do conteúdo;

g) durante a realização das provas, não será permitida a comunicação em Libras, gestual, verbal e/ou escrita entre candidatos;

h) iniciada a prova, o(a) candidato(a) somente poderá retirar-se do local de realização da prova com a devida liberação dada pelo(a) coordenador(a) e após terem decorridas 2 (duas) horas, sendo permitido ao(à) candidato(a) levar o

Caderno de Questão;

i) os(as) três últimos(as) candidatos(as) deverão permanecer juntos(as) no local de realização da prova, sendo liberados(as) somente após a entrega do material do(a) último(a) candidato(a), tendo seus nomes e suas assinaturas registradas no Relatório de Aplicação de Prova.

7.2.15 O Instituto Verbena/UFG não se responsabilizará pela guarda de quaisquer materiais de candidato(a), não dispondo de guarda-volumes nos locais de realização da prova.

7.2.16 Não será permitida a permanência de acompanhante nos locais de prova (exceto para condição especial prevista no edital), assim como a permanência de candidato(a) no local, após o término da prova. **7.2.17** Poderá haver monitoramento de sinais eletrônicos dentro das salas, bem como a utilização de detectores de metal e outras ações de segurança durante a aplicação da prova.

8. DA PROVA DE DESEMPENHO DIDÁTICO E DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA SUA REALIZAÇÃO

8.1 Da Prova de Desempenho Didático

8.1.1 A prova de desempenho didático, de caráter eliminatório e classificatório, representa a 2ª fase do concurso e tem como objetivo avaliar o(a) candidato(a) quanto ao domínio do tema, à capacidade de comunicação, de organização do pensamento, bem como quanto ao planejamento e à apresentação de uma aula. A prova valerá 100,0 (cem) pontos e será eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que não obtiver, no mínimo, 60,0 (sessenta) pontos.

8.1.2 Serão convocados(as) para a prova de desempenho didático os(as) candidatos(as) que obtiverem, no mínimo, 60,0 (sessenta) pontos na prova dissertativa e que estiverem classificados(as) dentro do quantitativo equivalente a 6 (seis) vezes o número de vagas ofertadas por Área de Atuação, garantida a proporcionalidade das opções de participação (AC, PcD ou Negro) na forma do art. 10º, inciso II da Instrução Normativa MGI nº 23, de 25 de julho de 2023 e do Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018. Na ocorrência de empate na última colocação, todos(as) candidatos(as) que obtiverem essa mesma nota serão convocados(as). Os(As) demais serão eliminados(as) do concurso.

8.1.3 A prova de desempenho didático consistirá em uma aula expositiva de 40 (quarenta) a 50 (cinquenta) minutos e versará sobre o tema sorteado entre a relação dos 10 (dez) pontos que constam no Conteúdo Programático (Anexo IV), excluindo-se o ponto sorteado para a prova dissertativa.

8.1.3.1 A prova de desempenho didático poderá ser composta por uma aula teórica ou subdividida em duas aulas, sendo uma teórica e outra prática, tendo em vista a natureza do conteúdo.

8.1.3.2 Quando houver a necessidade de aplicação de uma aula prática, em função das particularidades de avaliação, os critérios a serem empregados deverão ser

elaborados pela banca examinadora e tornados públicos quando da divulgação do tema sorteado. Neste caso, a nota da prova de habilidades didáticas corresponderá à média aritmética das notas atribuídas às duas aulas.

8.1.4 A prova de desempenho didático será ministrada perante uma banca examinadora composta por 3 membros titulares e/ou suplentes. Cada examinador(a) deverá atribuir a cada candidato(a) uma nota de 0 (zero) a 100,0 (cem) pontos, com uma casa decimal.

8.1.4.1 Os(As) membros da banca terão até 10 (dez) minutos para arguição do(a) candidato(a) ao final da prova de desempenho didático sobre o tema da referida aula.

8.1.5 O sorteio do tema para a prova de desempenho didático ocorrerá nas datas previstas no Cronograma (Anexo I), de forma remota e o link do sorteio será disponibilizado no endereço eletrônico <www.youtube.com/InstitutoVerbenaUFG

8.1.5.1 Para a realização das provas, serão realizados sorteios dos temas com antecedência mínima de 24

(vinte quatro) horas do início da realização da prova pelo(a) primeiro(a) candidato(a) daquele dia. Este procedimento será realizado pela banca e deverá ser registrado em ata.

8.1.5.2 Caso a prova de desempenho didático aconteça em mais de um dia, em função do número de candidatos(as) classificados(as) para essa fase, haverá primeiramente um sorteio do dia em que cada candidato(a) irá realizar a prova.

8.1.5.3 A ordem de apresentação dos(as) candidatos(as) será definida por sorteio realizado no início do dia em que o(a) candidato irá realizar sua prova.

8.1.6 A prova de desempenho didático será avaliada com base nos seguintes critérios do Quadro 3.

Quadro 3

Crítérios gerais	Detalhamento dos critérios	Pontos
Plano e Planejamento de Aula – qualidade do plano	Objetivos; Metodologia; Relação do conteúdo com a área de atuação do concurso e com o nível de ensino proposto pelo candidato; Adequação ao tempo disponível; Seleção e preparo do material didático; Bibliografia	20,0
Desempenho do Candidato	Postura; Espontaneidade; Movimentação; Entusiasmo; Autocontrole; Dicção; Pronúncia; Entonação; Ritmo; Clareza da exposição e das explicações; Uso de recursos motivadores	25,0
Apresentação da Matéria e Desenvolvimento da	Exatidão; Profundidade; Quantidade e qualidade; Sequência lógica; Propriedade nas exemplificações; Preocupação em relacionar o	30,0

Aula	conteúdo com pré-requisitos	
Observância do Tempo Determinado	40 a 50 minutos	5,0
Uso de Recursos Audiovisuais	Distribuição do assunto; Organização; Legibilidade; Clareza Oportunidade; Adequação e qualidade dos recursos	10,0
Finalização/Avaliação	Capacidade de síntese; Cumprimento dos objetivos e etapas previstas no plano; Dosagem do conteúdo em relação ao tempo previsto; Utilização de procedimentos avaliativos; Feedback	10,0

8.1.7 Para a realização da prova de desempenho didático serão disponibilizados apenas quadro e giz/pincéis, como recursos didáticos, cuja utilização será a critério do(a) candidato(a). O(A) candidato(a) poderá recorrer a métodos audiovisuais ou práticos, necessários à exposição do assunto, a seu critério e responsabilidade, sendo que o Instituto Verbena/UFG e o IF Goiano não se responsabilizará por eventuais problemas decorrentes do uso desses recursos.

8.1.8 Todos(as) os(as) candidatos(as) deverão entregar seu plano de aula (3 vias impressas) à banca examinadora até 10 (dez) minutos antes do início da primeira prova do dia.

8.1.8.1 O(A) candidato(a) que não entregar, no início da prova de desempenho didático, o seu plano de aula a cada membro presente da banca examinadora, não pontuará nesse item.

8.1.9 Caso o(a) candidato(a) não esteja presente no momento de realizar a sua prova de desempenho didático, será considerado(a) desistente e o(a) candidato(a) seguinte será chamado(a) para iniciar sua prova. **8.1.10** As provas de desempenho didático serão realizadas em sessão pública, exceto para candidatos(as) concorrentes.

8.1.10.1 As provas de desempenho didático serão gravadas em áudio e/ou vídeo, conforme o disposto no art. 31, do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

8.1.11 Os resultados preliminar e final da prova de desempenho didático serão publicados nas datas previstas no Cronograma (Anexo I).

8.2 Das condições gerais para realização da prova de desempenho didático

8.2.1 A prova de desempenho didático será realizada na cidade onde a vaga é ofertada, na data prevista no Cronograma (Anexo I).

8.2.2 O comunicado que informa o horário e o local de realização da prova será divulgado na página do concurso, na data prevista no Cronograma (Anexo I),

sendo de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) consultar essa informação, visto que não será enviada correspondência individualizada.

8.2.2.1 No comunicado que informa o local de prova, o(a) candidato(a) deverá observar o horário de abertura e fechamento dos portões.

8.2.3 No local de prova, somente será permitido o ingresso do(a) candidato(a) que estiver portando o original de um dos documentos de identificação citados no subitem 6.1 do edital, salvo o caso previsto no subitem 6.4. **8.2.4** Para garantia da lisura do concurso, poderão ocorrer, como forma de identificação, a coleta da impressão digital e o registro de imagem do(a) candidato(a) (fotografia e/ou filmagem) no dia de realização da prova. **8.2.5** O(A) candidato(a) é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial de seu nome, do número de sua inscrição, do número de seu documento de identidade e da Área de Atuação escolhida, os quais constarão na Ficha de Identificação.

8.2.6 Não será permitido ao(à) candidato(a):

a) depois de iniciada a prova, abandonar o local antes da liberação da Banca Examinadora; **b)** dar ou receber qualquer tipo de ajuda técnica ou física.

8.2.7 Não haverá, sob pretexto algum, segunda chamada, nem aplicação de prova fora da data, do horário e do local, bem como prorrogação do tempo previsto para a aplicação da prova, em razão do afastamento do(a) candidato(a) do local.

8.2.8 Os casos de alterações psicológicas e/ou fisiológicas permanentes ou temporárias (gravidez, estados menstruais, indisposições, câimbras, contusões, crises reumáticas, luxações, fraturas, crises de labirintite e outros) e casos de alterações climáticas (calor intenso, temporais e outros), que diminuam ou limitem a capacidade física dos(as) candidatos(as) para realizarem a prova e terem acesso ao local, não serão levados em consideração, não sendo concedido qualquer tratamento privilegiado, respeitando-se o princípio da isonomia.

8.2.9 O(A) candidato(a) que não comparecer ou não atender à chamada para a execução da prova estará automaticamente eliminado(a) do certame.

8.2.10 O tempo de duração da prova não implica o tempo de permanência do(a) candidato(a) no local onde será realizada a prova. Recomenda-se que o(a) candidato(a), para o seu bem-estar, leve lanche e água, visto que, devido à natureza da prova, o(a) candidato(a) poderá permanecer no local de sua realização por um período

superior ao tempo de realização da prova e não lhe será oferecido nenhum tipo de alimentação. **8.2.11** Serão adotados os procedimentos descritos no item 7.2, no que couber.

9. DA PROVA DE TÍTULOS

9.1 A prova de títulos, de caráter classificatório, representa a 3ª fase do concurso e valerá de 0,0(zero) a 100,0 (cem) pontos, conforme critérios definidos na Ficha de Avaliação da Prova de Títulos (Anexo V). **9.2** Todos(as) os(as) candidatos(as)

convocados(as) para a prova de desempenho didático ficam também convocados(as) para realizar o upload do Currículo Lattes e das respectivas documentações comprobatórias para a prova de títulos no Portal do(a) candidato(a) no prazo previsto no Cronograma (Anexo I). **9.2.1** Terão os títulos avaliados apenas os(as) candidatos(as) que obtiverem pelo menos 60 (sessenta) pontos na prova de desempenho didático.

9.3 A apreciação e pontuação dos títulos, de cada candidato(a), obedecerá ao que consta na Ficha de Avaliação da Prova de Títulos (Anexo V).

9.3.1 O total de pontos obtidos pelo(a) candidato(a) será igual à soma dos pontos obtidos em cada seção da tabela de pontos da ficha de avaliação, respeitando o máximo previsto em cada item.

9.3.2 Somente serão atribuídos pontos aos certificados constantes no Currículo Lattes apresentado com as devidas comprovações.

9.3.3 Títulos cuja natureza permita sua inclusão em mais de um item da tabela de pontos serão pontuados apenas uma única vez, considerando-se a maior pontuação.

9.3.4 Na análise do tempo de experiência profissional, o(a) candidato(a) deverá apresentar documentos que comprovem o início e o término da atividade em todos os casos. Caso trate-se de experiência atual, é preciso apresentar documento oficial que confirme tal situação.

9.3.4.1 Para a comprovação de experiência profissional no setor privado, apenas serão aceitas: cópias da carteira de trabalho, cópias de contratos de trabalho, certidão/declaração de tempo de serviço expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ou contracheque.

9.3.5 Para a comprovação de experiência profissional no setor público, apenas serão aceitas: cópias de termo de posse ou exercício, certidões/declarações de tempo de serviço emitidas pelo setor de Recursos Humanos de cada órgão ou entidade, declaração de tempo de serviço expedida pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) ou contracheque. Nas análises em que o(a) candidato(a) pontuar em função do tempo de experiência profissional, não serão admitidas frações.

9.3.6 Na análise da Produção Científica, Técnica, Artística e Cultural na Área serão considerados apenas os trabalhos publicados nos últimos 5 (cinco) anos, contados até a data de publicação do edital. **9.3.6.1** A candidata que se tornou mãe, nos últimos 05 (cinco) anos, para cada filho, será acrescido 02 (dois) anos no período de avaliação do seu currículo. Para usufruir do benefício, a candidata deverá enviar, via upload, a cópia da certidão de nascimento dos filhos, juntamente com o envio do currículo.

9.4 O Currículo Lattes e as documentações comprobatórias deverão seguir a ordenação da Ficha de Avaliação da Prova de Títulos (Anexo V), conforme segue:

a) documento 1: currículo lattes atualizado;

b) documento 2: certificado de especialização, mestrado ou doutorado, atentando-se para encaminhar a maior titulação para fins de pontuação;

- c) documento 3: comprovações de produção científica, técnica, artística e cultural na área, contendo todos os documentos comprobatórios de produção intelectual;
- d) documento 4: comprovações de experiência profissional, contendo todos os documentos comprobatórios de experiência profissional.

9.4.1 Os documentos deverão estar com a imagem legível, em arquivo único, frente e verso, no formato PDF, ter tamanho de no máximo 100 MB, sob pena de não serem aceitos.

9.4.2 Em caso de complementação de documentos, o(a) candidato(a) poderá, durante o período previsto para o upload do Currículo Lattes, substituir o arquivo anteriormente enviado.

9.4.3 Caso o(a) candidato(a) faça mais de um upload, será considerado apenas o último arquivo enviado. Os demais serão desconsiderados. O Instituto Verbena/UFG não mantém nenhum tipo de registro e/ou histórico dos arquivos enviados pelo(a) candidato(a).

9.4.4 O envio do arquivo para prova de títulos é de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a). O Instituto Verbena/UFG não se responsabilizará por documento não enviado por motivos de qualquer ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ou de eventuais erros no procedimento de entrega.

9.4.5 Compete ao(à) candidato(a), após realizar o upload do Currículo Lattes e seus respectivos comprovantes, conferir se o arquivo foi devidamente armazenado e/ou não foi corrompido e que a imagem está legível. **9.5** As bancas examinadoras farão a avaliação dos títulos de acordo com a Ficha de Avaliação da Prova de Títulos (Anexo V).

9.6 O diploma exigido como requisito mínimo indispensável ao ingresso na carreira não contará ponto para efeito de análise do Currículo Lattes.

9.7 É dispensável a validação ou autenticação em cartório da documentação impressa. Entretanto, a banca examinadora ou a comissão central de concurso poderão solicitar a apresentação de documentos originais para fins de comprovação.

9.8 Os títulos de graduação e pós-graduação obtidos no exterior deverão, obrigatoriamente, estar revalidados no Brasil.

9.9 Quaisquer documentos comprobatórios de cursos, ou experiências profissionais, que estejam lavrados em língua estrangeira deverão acompanhar a respectiva tradução juramentada.

9.10 O arquivo enviado valerá somente para o certame de que trata o edital.

9.11 Os documentos impressos por meio eletrônico de sites oficiais dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, bem como de empresas públicas, têm o mesmo valor jurídico e comprobatório, para todos os fins de direito, que os produzidos em papel ou em outro meio físico reconhecidos legalmente, desde que assegurada a sua autenticidade e integridade a partir do endereço eletrônico em que estão disponibilizados (o documento deve apresentar comprovante de autenticidade emitido pelo site que o produziu).

9.12 A veracidade das informações enviadas no arquivo é de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), podendo esse responder, a qualquer momento, no caso de serem prestadas informações inverídicas ou utilizados documentos falsos, por crime contra a fé pública, acarretando sua eliminação do concurso. **9.13** O(A) candidato(a) deverá manter aos seus cuidados o original dos documentos para, caso seja necessário, enviá-los para a confirmação da veracidade das informações.

9.14 Caso o(a) candidato(a) não envie o currículo e seus respectivos comprovantes, receberá pontuação 0,0 (zero) nessa fase.

9.15 Os resultados preliminar e final da prova de títulos serão publicados nas datas previstas no Cronograma (Anexo I).

10. DO PROJETO **10.1** O projeto, de caráter classificatório, representa a 4ª fase do concurso e tem como objetivo verificar se o(a) candidato(a) demonstra capacidade de elaborar e defender um projeto de ensino, pesquisa, extensão ou inovação, bem como a exequibilidade da proposta. Também será avaliada a qualidade do tema proposto, com análise da coerência diante da Área de Atuação.

10.1.2 Todos(as) os(as) candidatos(as) convocados(as) para a prova de desempenho didático ficam também convocados(as) para entregar e defender o projeto, que será realizado na data prevista no Cronograma (Anexo I). **10.2** O projeto deverá ser entregue à banca avaliadora no momento da prova de desempenho didático. **10.2.1** O projeto será avaliado em até 30,0 (trinta) pontos considerando-se os critérios do Quadro 4 e será submetido, por escrito, à apreciação da banca avaliadora e defendido oralmente em sessão pública, logo após a prova de desempenho didático.

Quadro 4

Crítérios gerais	Detalhamento dos critérios	Pontos
Projeto Escrito	Introdução; Justificativa e relevância; Objetivos, Metodologia; Resultados esperados; Cronograma de execução; Referências bibliográficas.	10,0
Exposição	Aspectos motivacionais; Conexão entre o tema e outros conhecimentos (contextualização); Exposição clara e precisa dos objetivos do projeto; Capacidade de síntese	10,0
Arguição	Domínio de conteúdo; Desenvoltura e segurança nas respostas aos questionamentos da banca; Coerência; Adequação de vocabulário e termos	10,0

	técnicos; Objetividade nas respostas	
--	--------------------------------------	--

10.3 A apresentação do projeto será realizada em sessão pública, exceto para candidatos(as) concorrentes e serão gravadas em áudio e/ou vídeo, conforme o disposto no artigo 31, do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019. **10.4** O candidato terá 15 minutos para apresentação do projeto e, posteriormente, será realizada arguição pela banca examinadora. **10.5** Cada examinador(a) atribuirá, a cada candidato, de 0 (zero) a 30,0 (trinta) pontos, com uma casa decimal, com base nos critérios estabelecidos no quadro 4 e registrará em planilha previamente distribuída e entregue, devidamente preenchida e assinada, para o Presidente da Banca.

11. DA PONTUAÇÃO, DA CLASSIFICAÇÃO FINAL, DO RESULTADO E DO BOLETIM DE DESEMPENHO

11.1 Da pontuação da prova dissertativa

11.1.1 A prova dissertativa será corrigida conforme critérios definidos no Quadro 2.

11.1.2 A prova dissertativa será classificatória e eliminatória, sendo eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que não obtiver, no mínimo, 60,0 (sessenta) pontos.

11.1.3 A nota total da prova dissertativa será de 100,0 (cem) pontos.

11.1.4 Os resultados preliminar e final da prova dissertativa serão publicados por Área de Atuação e por ordem de classificação, contendo a pontuação obtida, nas datas previstas no Cronograma (Anexo I). **11.2 Da pontuação da prova de desempenho didático**

11.2.1 A prova de desempenho didático será corrigida conforme critérios definidos no Quadro 3. **11.2.2** A prova de desempenho didático será classificatória e eliminatória, sendo eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que não obtiver, no mínimo, 60,0 (sessenta) pontos.

11.2.3 A nota total da prova de desempenho didático será de 100,0 (cem) pontos.

11.2.4 Os resultados preliminar e final da prova de desempenho didático serão publicados por Área de Atuação e por ordem de classificação, contendo a pontuação obtida, nas datas previstas no Cronograma (Anexo I). **11.3 Da pontuação da prova de títulos**

11.3.1 A prova de títulos será avaliada conforme Ficha de Avaliação da Prova de Títulos (Anexo V). **11.3.2** A prova de títulos será classificatória e terá pontuação total de 100,0 (cem) pontos. **11.3.3** Os resultados preliminar e final da prova de títulos serão publicados por Área de Atuação e por ordem alfabética, nas datas previstas no Cronograma (Anexo I).

11.4 Da pontuação do projeto

11.4.1 O projeto será corrigido conforme critérios definidos no Quadro 4.

11.4.2 O projeto será classificatório.

11.4.3 A nota total do projeto será de 30,0 (trinta) pontos.

11.4.4 Os resultados preliminar e final do projeto serão publicados por Área de Atuação e por ordem de classificação, contendo a pontuação obtida, nas datas previstas no Cronograma (Anexo I). **11.5 Da classificação final**

11.5.1 Os(As) candidatos(as) serão posicionados(as) em ordem decrescente da pontuação final, por Área de Atuação. Assim, a pontuação final se dará pela fórmula $PF=PD+PDD+PT+PP$, em que: PF = pontuação final, PD = nota da prova dissertativa, PDD = nota da prova de desempenho didático, PT = nota da prova de títulos e PP = nota do projeto.

11.5.1.1 Em caso de empate, para efeito de classificação final, terá preferência o(a) candidato(a) com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, na forma do disposto no parágrafo único do art. 7 da Lei Federal nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso). Persistindo o empate, prevalecerão os seguintes critérios, sucessivamente, ao(à) candidato(a) que tiver:

- a) maior pontuação na prova de desempenho didático;
- b) maior pontuação na prova dissertativa;
- c) maior pontuação na prova de títulos;
- d) maior pontuação no projeto;
- e) exercido a função de jurado(a) no período entre a data de publicação da Lei nº 11.689, de 9 de junho de 2008, e a data de término das inscrições;
- f) maior idade.

11.5.2 O(A) candidato(a) interessado(a) em usufruir do direito de preferência em razão da função de jurado(a), deverá enviar, via upload, os documentos comprobatórios, no prazo previsto no Cronograma (Anexo I). Os arquivos deverão estar legíveis, no formato PDF e ter tamanho máximo de 50 MB.

11.5.3 Para fins de comprovação da função de jurado(a) serão aceitas certidões, declarações, atestados ou outros documentos públicos emitidos pelos Tribunais de Justiça Estaduais e Regionais Federais do País. **11.6 Do Resultado**

11.6.1 O resultado final do concurso público será publicado com o nome dos(as) candidatos(as) aprovados(as) de acordo com a ordem de classificação por Área de Atuação e com as pontuações finais obtidas em cada uma das fases para o preenchimento das vagas ofertadas, assim como para formação de cadastro de reserva, obedecendo o limite de número máximo de aprovados estabelecido no Anexo II do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019. Os(As) candidatos(as) não classificados(as) de acordo com o número máximo de aprovados(as), ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente reprovados(as).

11.6.2 A publicação do resultado final será realizada por Área de Atuação em três listas, do seguinte modo: uma lista com a pontuação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na Ampla Concorrência (AC), uma lista com a pontuação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na opção para Pessoa com Deficiência (PcD) e uma lista com a pontuação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) na opção Negro(a)

(N), observada a proporcionalidade entre as opções de participações e a quantidade de vagas ofertadas no certame, conforme o Quadro de Vagas (Anexo II) e o estabelecido no Anexo II do Decreto nº 9.739, de 28 de março de 2019.

11.6.2.1 Não havendo candidato(a) com deficiência classificado(a) para ocupar as vagas reservadas para pessoa com deficiência, as vagas serão revertidas para a ampla concorrência no resultado preliminar do concurso. **11.6.2.2** Não havendo candidato(a) negro(a) classificado(a) para ocupar as vagas reservadas para Negro(a) (N), as vagas serão revertidas para a ampla concorrência no resultado preliminar do concurso.

11.6.2.3 O(A) candidato(a) inscrito(a) em mais de uma opção de participação, caso seja classificado(a), figurará em todas as listas de classificados(as) das opções para as quais se inscreveu.

11.6.3 A vaga destinada à ampla concorrência que for ocupada por candidato(a) com deficiência não será computada para efeito de reserva de vagas aos(às) candidatos(as) com deficiência.

11.6.3.1 Caso o(a) candidato(a) com deficiência, por qualquer motivo, desista da vaga reservada, antes da nomeação, essa será preenchida pelo(a) candidato(a) com deficiência posteriormente classificado(a), caso haja candidato(a) aprovado(a).

11.6.4 A vaga destinada à ampla concorrência que for ocupada por candidato(a) negro(a) não será computada para efeito de reserva de vagas aos(às) candidatos(as) negros(as).

11.6.4.1 Caso o(a) candidato(a) negro(a), por qualquer motivo, desista da vaga reservada, antes da nomeação, essa será preenchida pelo(a) candidato(a) negro(a) posteriormente classificado(a), caso haja candidato(a) aprovado(a). **11.6.5** Caso haja desistência do(a) candidato(a), conforme previsto nos itens 11.6.3.1 e 11.6.4.1, deverá ser realizada no ato da convocação.

11.6.5.1 Caso a desistência ocorra após a nomeação, respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas reservadas a pessoas com deficiência e a candidato(a) negro(a) e consideram que após o provimento, o preenchimento seguirá a ordem convocatória alternando-se para o próximo perfil, caso haja candidato(a) aprovado(a).

11.7 Do boletim de desempenho

11.7.1 O boletim de desempenho com as notas obtidas em todas as fases ficará disponível, no Portal do(a) candidato(a).

11.7.1.1 O boletim de desempenho será atualizado após a publicação dos resultados de cada fase do Concurso. **11.7.1.2** A visualização do Caderno de Resposta da prova dissertativa será disponibilizada ao(à) candidato(a) no Boletim de Desempenho. O(A) candidato(a) terá acesso a uma cópia não editável do Caderno de Resposta da prova dissertativa por ele realizada, sem quaisquer marcações da banca.

11.7.2 Nos resultados preliminar e final do concurso constarão somente as notas dos(as) candidatos(as) que atingirem a nota mínima exigida. Os(As) demais terão acesso às notas por meio do boletim de desempenho. **11.7.2.1** Não terão acesso às

notas no boletim de desempenho os(as) candidatos(as) que forem eliminados(as) do concurso em virtude da aplicação de qualquer das penalidades que constam no subitem 13.1.

12. DOS RECURSOS

12.1 Será assegurado ao(à) candidato(a) o direito de interpor recurso contra:

- a)** o edital e seus anexos;
- b)** o resultado preliminar da solicitação de isenção do pagamento da taxa de inscrição;
- c)** o resultado preliminar das inscrições homologadas;
- d)** o resultado preliminar da análise da documentação do(a) candidato(a) que realizou o upload do laudo médico para concorrer à reserva de vagas e/ou requerer tempo adicional e/ou correção diferenciada da prova dissertativa – pessoa com deficiência;
- e)** o resultado preliminar da análise da documentação comprobatória de ter exercido a função de jurado(a); **f)** a publicação preliminar da composição das bancas examinadoras;
- g)** a publicação preliminar das respostas esperadas da prova dissertativa;
- h)** o resultado preliminar da prova dissertativa;
- i)** o resultado preliminar da prova de desempenho didático;
- j)** o resultado preliminar da prova de títulos;
- k)** o resultado preliminar do projeto;
- l)** o resultado preliminar da perícia médica;
- m)** o resultado preliminar do procedimento de heteroidentificação;
- n)** o resultado preliminar do concurso.

12.2 Para a interposição de recurso, o(a) candidato(a) deverá:

- a)** preencher o recurso, em formulário próprio, disponível no Portal do(a) candidato(a) fundamentando-se com material bibliográfico apto ao embasamento, quando for o caso, e com a indicação precisa daquilo em que se julgar prejudicado;
- b)** não se identificar no corpo do recurso, sob pena de ser indeferido.

12.2 O prazo para interposição de recursos será de até 48 (quarenta e oito) horas após a publicação do edital de abertura e dos resultados preliminares. Não serão computadas horas referentes aos dias não úteis. **12.3.1** No período recursal, quando for o caso, não haverá possibilidade de complementação ou substituição dos documentos anteriormente enviados.

12.4 Os recursos interpostos em prazo destinado à etapa diversa da questionada serão considerados extemporâneos e não serão aceitos, bem como aqueles em desacordo com subitem 12.2, ou enviados por e-mail ou via postal.

12.5 Será indeferido o pedido de recurso inconsistente e/ou fora das especificações estabelecidas no Edital. **12.5.1** Nos casos em que o recurso envolver as Bancas Examinadoras, essas serão as últimas instâncias recursais do concurso.

12.5.2 Não haverá qualquer tipo de recurso ou pedido de reconsideração da decisão proferida pela banca examinadora.

12.5.3 Na análise dos recursos interpostos, o Instituto Verbena/UFG determinará a realização de diligências que entender necessárias e, dando provimento, poderá, se for o caso, alterar o resultado. **12.5.4** A resposta ao recurso ficará disponível ao(à) interessado(a), no Portal do(a) candidato(a), após a publicação final do resultado que o motivou. Em caso de recurso contra o edital e seus anexos, a resposta ficará disponível quando do início das inscrições. Esses resultados ficarão disponíveis para o(a) interessado(a) tomar ciência da decisão até a homologação do certame.

12.5.5 Não serão aceitos recursos relativos ao preenchimento incompleto, equivocado ou incorreto do Caderno de Resposta da prova dissertativa.

13. DAS PENALIDADES

13.1 Será eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que:

- a)** não comparecer às provas ou a qualquer uma das etapas referentes ao Concurso e alegar desconhecimento quanto à data, ao horário e ao local de realização da prova, bem como quanto às convocações publicadas nos termos do edital;
- b)** chegar aos locais de realização da prova após o horário estabelecido;
- c)** ausentar-se do recinto de realização da prova sem a devida permissão;
- d)** exceder o tempo de realização das provas;
- e)** levar consigo o Caderno de Resposta da prova dissertativa ao retirar-se da sala;
- f)** não permitir a coleta da impressão digital e o registro de sua imagem (fotografia e/ou filmagem) como forma de identificação;
- g)** não apresentar qualquer um dos documentos que comprove o atendimento dos requisitos fixados no edital; **h)** praticar atos que contrariem as normas do edital;
- i)** não atender às determinações do edital e aos seus atos complementares;
- j)** manter conduta incompatível com a condição de candidato(a) ou ser descortês com quaisquer autoridades e pessoas incumbidas da realização do concurso;
- k)** estiver portando lápis, lapiseira, marca-texto, régua e/ou borracha;
- l)** estiver portando (ligado/desligado) telefone celular, relógio (qualquer tipo), assim como equipamentos elétricos, eletrônicos e/ou de comunicação (receptor ou transmissor) de qualquer natureza, os quais deverão permanecer obrigatoriamente desligados, com todos os aplicativos, funções e sistemas desativados. Caso o telefone celular ou algum equipamento eletrônico emita qualquer sinal (sonoro ou de conectividade), mesmo sem a sua interferência direta, durante a realização da prova, o(a) candidato(a) será eliminado(a) do certame;
- m)** for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual ou grafológico, que o(a) candidato(a) utilizou processos ilícitos;
- n)** tiver o seu telefone celular ou qualquer equipamento eletrônico ligado, mesmo sem a sua interferência direta, durante a realização das provas;
- o)** portar arma de fogo no local de provas;
- p)** o(a) candidato(a) que se fizer presente na prova de desempenho didático de candidatos(as) concorrentes; **q)** prestar declaração falsa ou inexata em qualquer

documento ou fase do certame, e, a qualquer tempo caso seja constatada a irregularidade por ocasião da posse, ensejará à Administração Superior comunicar às autoridades competentes, para fins de responsabilização criminal, além de: i) cancelamento da inscrição e exclusão do concurso, se a falsidade for constatada antes da homologação de seu resultado; ii) exclusão da lista de aprovados(as), se a falsidade for constatada após a homologação do resultado e antes da nomeação para o cargo; iii) declaração de nulidade do ato de nomeação, se a falsidade for constatada após a sua publicação. **13.2** Poderá ser eliminado(a) do concurso o(a) candidato(a) que:

a) estiver portando, após o início da prova, bebidas ou alimentos em recipientes ou embalagens que não sejam fabricados com material transparente, independentemente da cor, tais como garrafa de água, refrigerantes ou sucos, bolachas ou biscoitos, chocolates, balas e/ou barras de cereais;

b) for surpreendido(a), durante a realização da prova, comunicando de qualquer forma com outro(a) candidato(a); **c)** deixar de transcrever a frase indicada na capa do Caderno de Questão para sua Ficha de Identificação. **13.3** Fica assegurado ao(à) candidato(a) eliminado(a), após a aplicação das penalidades que constam nos subitens 13.1 e 13.2, o direito à ampla defesa e o contraditório.

14. DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 O resultado final do Concurso será homologado pelo Reitor do Instituto Federal Goiano, publicado no Diário Oficial da União, e divulgado no endereço eletrônico do Instituto Federal Goiano www.ifgoiano.edu.br e no endereço eletrônico do Instituto Verbena/UFG <www.institutoverbena.ufg.br>. **14.2** A homologação conterá a relação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) no certame, classificados(as) de acordo com o Anexo II do Decreto 9.739, de 28 de março de 2019, que trata do número máximo de candidatos(as) a serem aprovados(as) em Concursos Públicos, aplicando-se os critérios de desempate, conforme item 11.5.1.1 do Edital. Dessa forma, os(as) candidatos(as) não classificados(as) de acordo com o número máximo de aprovados(as), ainda que tenham atingido nota mínima, estarão automaticamente eliminados(as).

14.3 No caso de desistência formal da nomeação, prosseguir-se-á a nomeação dos(as) candidatos(as) habilitados(as), observada a ordem convocatória.

14.4 Para o caso de haver nomeações superiores ao quantitativo original de vagas previstas neste edital, a convocação se dará conforme o Quadro 5, o Quadro 6 e o Quadro 7.

14.4.1 Quando a primeira vaga não for reservada (Ampla Concorrência), a convocação que se trata o item 14.4 se dará conforme tabela orientadora de ordem convocatória de aprovados(as) em Ampla Concorrência (AC), Negro(a) (N) e Pessoa com Deficiência (PcD) por vaga do Quadro 5.

14.4.2 Quando a primeira vaga for reservada para candidato(a) negro(a), a convocação que se trata o item 14.4 se dará conforme tabela orientadora de ordem

convocatória de aprovados(as) em Ampla Concorrência (AC), Negro(a) e Pessoa com Deficiência (PcD) por vaga do Quadro 5.

15. DA NOMEACÃO E POSSE

15.1 A nomeação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) ocorrerá após a homologação do concurso e de acordo com as condições operacionais do Instituto Federal Goiano, conforme o quadro de vagas constante no Anexo II do edital e durante a validade do concurso.

15.2 Os(As) candidatos(as) aprovados(as) que vierem a ingressar no quadro permanente de pessoal docente do Instituto Federal Goiano, vincular-se-ão à instituição sob o regramento da Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União), sujeitos ainda à regulamentação da Lei nº 12.772/2012 (Carreira de Magistério Superior), à Lei nº 12.618/2012 (Regime de previdência complementar para os servidores públicos federais) e demais normas legais aplicáveis.

15.3 A jornada de trabalho será cumprida durante o turno diurno e/ou noturno, com atividades presenciais e/ou de Educação a Distância, de acordo com as especificidades do cargo e as necessidades do Instituto Federal Goiano. **15.4** Sob nenhuma hipótese, o Instituto Federal Goiano renunciará ao direito de determinar os períodos de trabalho do(a) servidor(a) nomeado(a). A negativa em atender essa determinação, por parte do(a) servidor(a), será objeto de processo administrativo disciplinar, que poderá culminar com a demissão do(a) candidato(a) nomeado(a).

15.5 O(A) candidato(a) nomeado(a) para o cargo efetivo de Professor de Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, em cuja habilitação não constar Licenciatura Plena ou habilitação legal equivalente para o exercício do magistério, tomará posse, porém deverá, até o término do estágio probatório, participar de curso de formação pedagógica a ser ofertado pelo IF Goiano, ou apresentar certificado de Curso de Formação Pedagógica para graduados(as) não licenciados(as), na forma da legislação vigente.

15.6 O(A) docente nomeado(a) deverá, obrigatoriamente, participar do Programa de Recepção de Docentes a ser ofertado pela Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas IF Goiano, dentre outras capacitações de interesse institucional, à critério da Administração.

15.7 O(A) candidato(a) aprovado(a) e classificado(a) no concurso público, na forma estabelecida neste edital, será nomeado(a), obedecida a ordem de classificação, no cargo para o qual foi habilitado(a), na Classe, Nível de Capacitação e Padrão iniciais da respectiva categoria funcional, mediante portaria expedida pelo Reitor do Instituto Federal Goiano, publicada no Diário Oficial da União.

15.8 A convocação do(a) candidato(a) a ser nomeado(a) será divulgada na página eletrônica do Instituto Federal Goiano, <www.ifgoiano.edu.br>.

15.9 A lotação do(a) candidato(a) aprovado(a) dar-se-á no câmpus para o qual fez opção no concurso, cabendo ao Instituto Federal Goiano designar o local em que

deverá exercer suas atividades.

15.10 A classificação obtida pelo(a) candidato(a) aprovado(a) no concurso não gera para si o direito de escolher o setor que exercerá suas atividades, ficando essa definição condicionada exclusivamente ao interesse e à conveniência do Instituto Federal Goiano.

15.11 As normas para realização de redistribuição e ou remoção de servidores(as) deverão obedecer aos critérios e procedimentos estabelecidos no Regulamento de Movimentação de Servidores do Instituto Federal Goiano. **15.12** A convocação de que trata o subitem 15.8 será também feita por meio de correio eletrônico (e-mail), de acordo com os dados informados pelo(a) candidato(a) no ato da inscrição, observando que é de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) a exatidão dessas informações.

15.13 A posse do(a) candidato(a) nomeado(a) deverá ocorrer no prazo improrrogável de até 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de sua nomeação no Diário Oficial da União.

15.14 A nomeação dos(as) candidatos(as) aprovados(as) respeitará os critérios de alternância e proporcionalidade, que consideram a relação entre o número de vagas por cargo e o número de vagas reservadas a candidatos(as) com deficiência e a candidatos(as) negros(as).

15.15 O(A) candidato(a) aprovado(a) dentro do número de vagas previstas no edital tem direito líquido e certo à nomeação, podendo requerer uma única vez a transferência de sua nomeação para o final da lista de aprovados(as), sendo recolocado no último lugar da lista.

15.15.1 Caso o(a) candidato(a) solicite a recolocação, conforme subitem anterior, não terá direito subjetivo à nomeação, passando neste caso a ter mera expectativa de direito à nomeação.

15.16 Além dos requisitos estabelecidos no item 15 do edital, para ser empossado(a) no cargo, o(a) candidato(a) aprovado(a) não poderá ter sido demitido(a) do Serviço Público Federal como ocupante de cargo efetivo ou em comissão, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data da publicação do ato penalizador, decorrente das seguintes infrações:

- a) valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem;
- b) praticar advocacia junto a repartições públicas.

15.17 Não poderá retornar ao Serviço Público Federal o(a) servidor(a) que foi demitido(a) ou o(a) servidor(a) que foi destituído(a) do cargo em comissão nas seguintes hipóteses:

- a) prática de crime contra a administração pública;
- b) improbidade administrativa;
- c) aplicação irregular de dinheiro público;
- d) lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional;
- e) corrupção.

15.18 Só poderá ser empossado(a) o(a) candidato(a) aprovado(a) que for julgado(a) apto(a) fisicamente e mentalmente, pela perícia médica do Instituto

Federal Goiano, para o exercício do cargo, incluindo os(as) candidatos(as) com deficiência, observando o que consta no item 3 do edital.

15.18.1 No caso de candidatos(as) com deficiência, se a perícia médica do Instituto Federal Goiano concluir não haver compatibilidade entre a deficiência e o exercício das atribuições do cargo para o qual foi aprovado(a), o(a) candidato(a) não será considerado(a) apto(a) à nomeação.

15.19 O(A) candidato(a) nomeado(a) que não tomar posse no prazo estipulado terá o seu ato de nomeação tornado sem efeito.

16. DOS REQUISITOS PARA INVESTIDURA EM CARGO PÚBLICO

16.1 São requisitos para investidura do cargo:

I. Ter sido aprovado(a) no concurso;

II. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, em caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento de gozo de direitos políticos, nos termos do § 1º do art. 12 da Constituição Federal;

III. Em caso de candidato(a) estrangeiro, este deverá ter visto de permanência em território nacional, que permita o exercício de atividade laborativa no Brasil;

IV. Estar em dia com as obrigações eleitorais, em caso de candidato(a) brasileiro(a);

V. Não acumular cargos, empregos ou funções públicas, exceto aqueles permitidos pela Constituição Federal em vigor, assegurada a hipótese de opção, dentro do prazo para posse previsto no §1º, do art. 13, da Lei n.º 8.112/1990;

VI. Apresentar certificado de reservista ou de dispensa de incorporação, em caso de candidato brasileiro do sexo masculino;

VII. Ter aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo;

VIII. Comprovar o registro no Conselho de Classe, quando houver exigência em Lei desse registro para o exercício da docência. Na hipótese de não exigência em Lei, prevalecerá o art. 69 do Decreto n. 5.773, de 9 de maio de 2006.

IX. Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por idoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal.

X. Comprovar o nível de formação exigida para Área de Atuação, conforme requisitos da vaga definidos no Anexo II deste edital por meio de diploma de graduação reconhecido pelo MEC;

IX. Apresentar os demais documentos que se fizerem necessários para a posse, quando convocado(a). **16.2** Estará impedido de ser empossado(a) o(a) candidato(a) que se enquadrar em, pelo menos, uma das situações que seguem:

a) tiver sido demitido(a) ou destituído(a) de cargo em comissão, por infringência do art. 117, incisos IX e XI da Lei Federal nº 8.112/90, nos últimos 5 (cinco) anos, contados da data da publicação do ato penalizador; ou

b) tiver sido demitido(a) ou destituído(a) de cargo em comissão por infringência do art. 132, incisos I, IV, VIII, X e XI da Lei Federal nº 8.112/90;

c) ter, na data da posse, setenta e cinco (75) anos ou mais;

d) ter participado da elaboração deste edital ou dos preparativos para a sua realização.

16.3 A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos exigidos neste edital e daqueles que vierem a ser estabelecidos em seus anexos, impedirá a posse do(a) candidato(a).

16.4 Poderá ser solicitada ao(à) candidato(a) a apresentação de outros documentos que se fizerem necessários à época da posse, além dos documentos obrigatórios relacionados a seguir:

a) diploma original da titulação exigida, devidamente registrado, fornecido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação;

b) carteira de Identidade Civil (RG);

c) certificado de reservista ou de dispensa de incorporação ou outro documento de quitação com o serviço militar (quando couber);

d) certidão de nascimento (se solteiro(a)) ou casamento (se casado(a)/divorciado(a)/viúvo(a)). No caso de estrangeiro, a certidão de nascimento ou casamento deverá ser apresentada juntamente com a tradução juramentada;

e) CPF e Comprovante de Situação Cadastral (com nome atualizado e situação regular junto à Receita Federal); **f)** comprovante do número PIS ou PASEP;

g) título de eleitor;

h) certidão de quitação com a Justiça Eleitoral;

i) comprovante de residência;

j) dados da conta bancária para recebimento da remuneração, com endereço completo. Instituições credenciadas; **k)** data do primeiro emprego;

l) comprovante de Registro no Conselho de Classe Competente (se cargo exigir);

m) certidão de Quitação com o Órgão de Fiscalização da Profissão (se cargo exigir);

n) certidão negativa da existência de empresa ou de participação de pessoa em empresa emitida pela junta comercial do domicílio do(a) candidato(a);

o) declaração de não receber proventos de aposentadoria que caracterizem acumulação ilícita de cargos, bem como de que não acumula cargos públicos, na forma do art. 37, incisos XVI e XVII da Constituição Federal; **p)** autorização de Acesso às Declarações de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física, na forma do art. 13 da Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021.

16.4.1 Os documentos comprobatórios deverão ser apresentados por ocasião da convocação para assumir o cargo, após a aprovação do(a) candidato(a).

16.5 No ato da investidura no cargo, o(a) candidato(a) aprovado(a) poderá ter a posse negada, caso não comprove os requisitos e documentos exigidos no edital.

16.6 A partir da nomeação, o(a) candidato(a) terá até 30 (trinta) dias consecutivos para posse e apresentação da documentação exigida, bem como todos os exames para a emissão do Atestado de Saúde Ocupacional que será realizada pela perícia do Instituto Federal Goiano.

16.7 Para emissão do Atestado de Saúde Ocupacional o candidato deverá apresentar os seguintes exames de aptidão física e mental:

a) atestado de sanidade mental emitido por médico de acordo com Resolução CFM

nº 1658, 19 de dezembro de 2002 ou psicólogo de acordo com Resolução CFP nº 6, 29 de março de 2019;

b) hemograma completo;

c) tipagem Sanguínea e fator RH;

d) hemoglobina glicada;

e) TGO;

f) TGP;

g) ureia;

h) creatinina;

i) colesterol total e frações;

j) triglicerídeos;

k) VDRL;

l) EAS (Análise de Urina Tipo I);

m) PSA (exigido para homens a partir de 40 anos de idade);

n) laudo oftalmológico (acuidade visual com e sem correção, tonometria, refração, biomicroscopia, fundo de olho, motilidade ocular e teste senso cromático);

o) laudo médico cardiológico;

p) ECG (eletrocardiograma) com laudo;

q) Raios X do Tórax AP e Perfil. Com laudo;

r) CCO (preventivo) somente para mulheres em qualquer idade.

16.8 Serão aceitos os laudos/exames/atestados que estejam dentro do prazo de validade estabelecido, a saber: 3 (três) meses para os exames dos itens a ao n; 6 (seis) meses para os exames dos itens o ao q; e 1 (um) ano para o exame do item r.

16.9 Além dos exames obrigatórios constantes no item 15.7, outros exames e/ou pareceres poderão ser solicitados, sempre que julgados necessários pelo perito.

16.10 A posse fica condicionada à aprovação em perícia médica oficial do Instituto Federal Goiano e ao atendimento às condições constitucionais e legais.

16.11 Após a posse, o(a) candidato(a) tem até 15 (quinze) dias consecutivos para entrar em exercício, incluindo a data da posse.

16.12 Outras exigências estabelecidas em lei ou nas normas do Instituto Federal Goiano poderão ser solicitadas para o desempenho das atribuições do cargo.

17. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 Todos os horários referenciados no edital têm por base o horário oficial de Brasília. **17.2** O prazo de validade do presente concurso público será de 02 (dois) anos, a contar da data de publicação da homologação de seu resultado no Diário Oficial da União (DOU), podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período, no interesse da Administração Superior.

17.3 A aprovação e classificação no concurso fora do número de vagas previstas no edital assegurará aos(às) candidatos(as) apenas a mera expectativa de direito à nomeação, ficando a concretização deste ato condicionada à observância das disposições legais pertinentes, do exclusivo interesse e conveniência do Instituto

Federal Goiano, da rigorosa ordem de classificação e do prazo de validade do concurso.

17.4 Os(As) candidatos(as) aprovados(as) e homologados(as) serão nomeados(as) conforme o número de vagas previsto neste edital e o número de vagas que eventualmente surgirem poderão ser utilizadas à critério da Administração.

17.5 As disposições e instruções contidas na página do concurso público, nas capas dos cadernos das provas, nos editais complementares e avisos oficiais divulgados pelo Instituto Verbena/UFG no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>, ou em qualquer outro veículo de comunicação, constituirão normas que passarão a integrar o presente edital.

17.5.1 Qualquer regra prevista neste edital poderá ser modificada, desde que a mudança ocorra antes da realização das provas.

17.5.2 É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar as publicações, comunicações, retificações e convocações referentes ao presente concurso público, durante todo seu período de validade. **17.6** O(A) candidato(a) deverá acompanhar todos os atos e comunicados referentes ao concurso público, publicados no Diário Oficial da União ou no endereço eletrônico do Instituto Federal Goiano e do Instituto Verbena/UFG no endereço eletrônico <www.institutoverbena.ufg.br>.

17.7 O Instituto Federal Goiano poderá ceder o cadastro e o aproveitamento de candidatos aprovados para outras Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, nos termos permitidos pela norma legal, em caso de manifesto interesse, observando-se em especial, os critérios previstos nos Acórdãos TCU nºs 212/1998-P, 569/2006-P, 4.623/2015-1º C, 1.618/2018-P (exarado em sede de consulta), 9.343/2020- 1ª C e 4049/2021-1ªC.

17.7.1 Quando houver desistência de candidatos(as) convocados(as) para nomeação e não houver candidatos(as) 26 com classificação imediatamente posterior, conforme a homologação do resultado deste concurso e observado o prazo de validade, facultar-se-á sua substituição por candidato habilitado em concurso público de outra Instituição da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, desde que haja interesse do Instituto Federal Goiano e liberação pela instituição de origem; respeitando-se a previsão no edital de origem para aproveitamento de seu(sua) candidato(a) por outra Instituição Federal de Ensino, a afinidade da área de conhecimento com o câmpus interessado, a ordem de classificação e a validade do certame.

17.7.2 No interesse da Administração Federal e com anuência do(a) candidato(a) aprovado(a), este poderá ser nomeado(a) para a lotação em outra Unidade do IF Goiano diferente daquele para o qual fez a inscrição. **17.7.3** Na hipótese de aproveitamento, todos(as) os(as) candidatos(as) aprovados(as) para a mesma área/área de atuação, independente da Unidade para o qual realizou concurso, serão reclassificados(as) em uma lista geral de classificação utilizando para tanto os critérios deste edital e seguindo a ordem convocatória do Quadro 5. **17.7.4** Os(as) candidatos(as) serão contatados(as) pelo câmpus ofertante da vaga. Nesse

momento, o(a) candidato(a) deverá optar por aceitar irretratavelmente a vaga ofertada ou recusar esta vaga e continuar no cadastro de reserva do câmpus para o qual realizou concurso.

17.7.5 O Instituto Verbena/UFG não é responsável pela convocação e posse dos(as) candidatos(as) classificados(as), devendo este acompanhamento ser feito pelos(as) próprios(as) candidatos(as), por meio da página eletrônica do Instituto Federal Goiano.

17.8 O Instituto Verbena/UFG não é responsável pela convocação e posse dos(as) candidatos(as) classificados(as), devendo este acompanhamento ser feito pelos(as) próprios(as) candidatos(as), por meio da página eletrônica do Instituto Federal Goiano.

17.9 O Instituto Federal Goiano não se responsabilizará por quaisquer cursos, textos ou apostilas de terceiros referentes ao concurso público.

17.10 As despesas decorrentes da participação em todas as etapas e procedimentos do concurso de que trata este Edital correrão por conta dos(as) candidatos(as), os(as) quais não terão direito ao ressarcimento de despesas de qualquer natureza.

17.11 Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do(a) candidato(a), valendo para esse fim a publicação no Diário Oficial da União.

17.12 A qualquer tempo, o presente edital poderá ser suspenso, revogado ou anulado, no todo ou em parte, seja por decisão unilateral do Instituto Federal Goiano, seja por motivo de interesse público, decretos governamentais ou exigência legal, em decisão fundamentada, sem que isso implique direitos à indenização ou à reclamação de qualquer natureza.

17.13 O presente edital do concurso poderá ser reaberto quantas vezes forem necessárias, até o preenchimento das vagas. **17.14** O edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. **17.15** Os casos omissos serão analisados e decididos nos âmbitos da comissão central do concurso público e do Instituto Verbena/UFG.

Goiânia, 24 de abril de 2024.

Elias de Pádua Monteiro

DESCRIÇÃO DO CARGO

São atribuições gerais dos cargos que integram o Plano de Carreira e Cargos de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (Lei nº 12.772/2012), sem prejuízo das atribuições específicas e observados os requisitos de qualificação e competências definidos nas respectivas especificações: as relacionadas ao ensino, à pesquisa e à extensão no âmbito das

Instituições Federais de Ensino; nos diversos níveis (Ensino Básico, Técnico e Superior) e modalidades; as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia, coordenação e assistência na própria instituição, além de outras previstas na legislação vigente.

Atribuições específicas:

Cumprir a carga horária exigida por seu regime de trabalho conforme as orientações constantes em Regulamento do IF Goiano.

Cumprir os dias letivos de acordo com o Calendário Acadêmico de Referência.

Participar da elaboração e execução do Projeto Político Pedagógico Institucional.

Participar da construção dos currículos dos cursos ofertados pela instituição.

Elaborar e executar o Plano Trabalho Docente (PTD), de acordo com normatizações vigentes.

Elaborar o Relatório de Atividades Docente (RAD), de acordo com normatizações vigentes.

Elaborar e cumprir os planos de ensino.

Atualizar os registros acadêmicos junto ao setor competente.

Entregar os diários de classe em cumprimento aos prazos previstos no Calendário Acadêmico de Referência.

Comunicar à chefia imediata, com antecedência de no mínimo 48h (quarenta e oito) horas, a sua ausência na instituição, mesmo quando em atividade de interesse do IF Goiano.

Providenciar permutas de aulas, através de registro em formulário próprio com aquiescência da Coordenação do Curso.

36 Elaborar calendário de reposição de aulas não ministradas, em comum acordo com os discentes e com a anuência da coordenação do curso a ser cumprido em até 30 dias a contar do primeiro dia de retorno do docente.

Participar das reuniões administrativo-pedagógicas.

Zelar pela aprendizagem dos(as) estudantes.

Elaborar estratégias de acompanhamento e avaliação contínua do processo de ensino e aprendizagem, de forma a possibilitar a recuperação dos estudos a discentes que apresentem menor rendimento, com apoio do Setor Pedagógico.

Colaborar com as atividades de articulação instituição-família-comunidade.

Promover o Ensino, a Extensão, a Pesquisa e a Inovação com ênfase no desenvolvimento regional, observando-se aspectos culturais, artísticos, políticos, sociais e econômicos. Manter atualizado o Currículo Lattes semestralmente.

Após a investidura no cargo, o candidato poderá atuar, conforme designação do Departamento de Ensino ou Pró-Reitoria de Ensino, observando a devida habilitação, em outras disciplinas correlatas oferecidas e não somente naquelas que são objeto deste concurso.

ANEXO III – LAUDO MÉDICO

O laudo médico deverá ser digitalizado e anexado (upload) na página de inscrição, em formato PDF, juntamente com os exames exigidos dentro do prazo previsto no

cronograma do processo seletivo e/ou concurso. Todos os dados solicitados no laudo médico deverão ser rigorosamente preenchidos. O não atendimento às solicitações poderá implicar em prejuízos ao(à) candidato(a).

O(A) candidato(a), portador(a) do documento de identificação nº, CPF nº, telefones, foi submetido(a), nesta data, a exame clínico, sendo identificada a existência de deficiência de conformidade com o Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 e suas alterações posteriores; com o art. 5º do Decreto Federal nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004; com a Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021; com o parágrafo 1º da Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Transtorno do Espectro Autista); com o art. 2º da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no art. 1º da Lei Federal nº 14.768, de 22 de dezembro de 2023 (deficiência auditiva).

Assinale, a seguir, o tipo de deficiência do(a) candidato(a):

() DEFICIÊNCIA FÍSICA*

1. () Paraplegia	6. () Tetraparesia	11. () Amputação ou Ausência de Membro
2. () Paraparesia	7. () Triplegia	12. () Paralisia Cerebral
3. () Monoplegia	8. () Triparesia	13. () Membros com deformidade congênita ou adquirida
4. () Monoparesia	9. () Hemiplegia	14. () Ostomias
5. () Tetraplegia	10. () Hemiparesia	15. () Nanismo

*Exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

() DEFICIÊNCIA AUDITIVA: perda bilateral, parcial ou total de 41 decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma, nas frequências de 500 Hz, 1.000 Hz, 2.000 Hz e 3.000 Hz.

() DEFICIÊNCIA VISUAL

() **Cegueira** - acuidade visual igual ou menor que 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica. () **Baixa visão** - acuidade visual entre 0,3 (20/66) e 0,05 (20/400) no melhor olho, com a melhor correção óptica. () **Visão monocular** - visão normal em um olho e cegueira no olho contralateral com acuidade visual

igual ou menor que 0,05 (20/400), com a melhor correção óptica.

() **Campo visual** - em ambos os olhos forem iguais ou menores que 60°.

() **A ocorrência simultânea de quaisquer das situações anteriores.**

() **DEFICIÊNCIA INTELECTUAL*** funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos 18 anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

1. () Comunicação	3. () Habilidades sociais	5. () Saúde e segurança	7. () Lazer
2. () Cuidado pessoal	4. () Utilização dos recursos da comunidade	6. () Habilidades acadêmicas	8. () Trabalho

() **DEFICIÊNCIA MÚLTIPLA*** associação de duas ou mais deficiências:

() **TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA*** deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento; padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos.

, / /.

Assinatura, carimbo e CRM do(a) médico(a)

I – CÓDIGO INTERNACIONAL DE DOENÇAS (CID 11):

II - DESCRIÇÃO DETALHADA DA DEFICIÊNCIA o(a) médico(a) deverá descrever a espécie e o grau ou o nível da deficiência, bem como a sua provável causa, com letra legível, com expressa referência ao código correspondente da CID)

III - TEMPO ADICIONAL (se, em razão da deficiência, o(a) candidato(a) necessitar de tempo adicional para fazer a prova, o(a) especialista da área de sua deficiência deverá expressar claramente abaixo essa informação com a respectiva justificativa).

Assinatura, carimbo e CRM do(a) médico(a)

Assinatura do(a) candidato(a)

EDITAL DE ABERTURA Nº 06/2024

ANEXO IV – CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CÂMPUS CAMPOS BELOS

ADMINISTRAÇÃO

- 1.** Análise da viabilidade de projetos e fundamentos da gestão de projetos para o agronegócio. **2.** Administração financeira e orçamentária para micro e pequenas empresas no agronegócio. **3.** Análise das demonstrações financeiras e contábeis. **4.** Teoria Geral da Administração no contexto das novas abordagens da administração. **5.** Gestão e Análise de Custos para micro e pequenas empresas. **6.** Administração de materiais e logística no controle de estoques. **7.** Desenvolvimento de estratégias de marketing aplicadas ao agronegócio. **8.** Associativismo e Cooperativismo no meio rural. **9.** Sistema e subsistemas de gestão de pessoas. **10.** Os sistemas de planejamento e controle de produção.

BIOLOGIA

- 1.** Aspectos gerais da embriologia. **2.** Fotossíntese e fluxo de energia e matéria nos seres vivos. **3.** Noções de histologia animal. **4.** Microbiologia: histórico, classificação e metabolismo de fungos, bactérias e vírus. **5.** Introdução à parasitologia. **6.** Biologia molecular: ácidos nucleicos, funções, estrutura química, autoduplicação e código genético. **7.** Estratégias ecológicas de plantas do Cerrado. **8.** Anatomia e fisiologia do sistema digestório humano. **9.** A diversidade dos seres vivos atuais e sua importância no ensino de Genética e Evolução. **10.** Ensino de biotecnologia a partir do enfoque CTSA.

ENGENHARIA ELÉTRICA COM FOCO EM TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E AUTOMAÇÃO

- 1.** Fundamentos de circuitos elétricos. **2.** Eletrônica analógica e digital. **3.** Microcontroladores e Microprocessadores. **4.** Sistemas de automação e controle. **5.** Internet das Coisas (IoT). **6.** Sistemas embarcados. **7.** Tecnologias de comunicação sem fio. **8.** Energias renováveis e sistemas de potência. **9.** Instrumentação eletrônica. **10.** Projetos integrados em engenharia elétrica e informática.

LINGUAGENS - LÍNGUA PORTUGUESA / LÍNGUA INGLESA

1. O ensino de gramática da Língua Portuguesa e a construção da textualidade e dos efeitos de sentido. 2. Leitura e produção de texto: a constituição dos diferentes gêneros textuais/discursivos e o ensino de língua no contexto técnico e tecnológico do Ensino Médio. 3. O ensino da literatura no Ensino Médio Técnico e Tecnológico e a formação do leitor crítico. 4. Linguagem e tecnologia: possibilidades para o ensino de Língua Portuguesa no contexto do Ensino Médio Técnico e Tecnológico. 5. O ensino de língua portuguesa na perspectiva sociolinguística: linguagem, língua, discurso, funções da linguagem, noção de correto, variação linguística e uso do padrão linguístico. 6. The integrated teaching skills in classes of English as a foreign language in a Technical Technological High School context. 7. English language and its literatures: approach possibilities of different modes and processes of comprehension and production of literary texts in Technical Technological High School Context. 8. English classes: the use of Technologies as a process of teaching and learning languages. 9. Theories of acquisition and learning of foreign language in the Technical Technological High School Context. 10. English classes: from planning lessons to assessment in the Technical Technological High School Context.

MATEMÁTICA

1. Funções: caracterização da função afim, linear e poligonal. 2. Funções exponencial, logarítmica e trigonométrica. 3. Funções de uma variável real: limite, derivada e integral. 4. Regimes de capitalização. Juros. Descontos. Estudo das taxas. Fluxo de caixa. Séries de pagamentos. Amortização e seus Sistemas. Correção Monetária. 5. Análise Combinatória: Permutações, Arranjos e Combinações. 6. Geometria Analítica: Cônicas. 7. Tendências de centralidade e medidas de dispersão. 8. Geometria plana e espacial. 9. Teorema da probabilidade total e o teorema de Bayes. 10. Educação matemática e o ensino técnico profissionalizante em nível médio.

ZOOTECNIA 1 - NÃO RUMINANTES / TECNOLOGIA DE PRODUTOS CÁRNEOS E PESCADOS / FORMULAÇÃO E FÁBRICA DE RAÇÃO

1. Programas de luz na avicultura de corte e de postura. 2. Importância da qualidade da água na piscicultura. 3. Exigências nutricionais de cães e gatos. 4. Manejo alimentar e nutricional de equinos nas diferentes fases de produção. 5. Qualidade na produção de rações (controle de matérias primas e BPF). 6. Nutrição de precisão na produção de suínos e aves. 7. Criação comercial de animais silvestres e exóticos e tipos de mercado. 8. Métodos de formulação de rações. 9. Mecanismos de regulação térmica dos animais e os efeitos ambientais. 10. Tecnologia de processamento de derivados cárneos e pescados.

ZOOTECNIA 2 - MELHORAMENTO GENÉTICO / ESTATÍSTICA / RUMINANTES

1. Seleção genética para bovinos de corte e uso de sumário de avaliação de touros. 2. Métodos de cruzamento, heterose e heterozigose. 3. Principais

testes estatísticos para análises de dados zootécnicos. **4.** Planejamento de experimentos zootécnicos. **5.** Sistema digestivo de ruminantes. **6.** Manejo reprodutivo de bovinos. **7.** Biossegurança na bovinocultura de leite. **8.** Endoparasitas e ectoparasitas de interesse na produção animal. **9.** Manejo reprodutivo, sanitário e alimentar na bubalinocultura. **10.** Anatomia e fisiologia da glândula mamária.

CÂMPUS CERES

FILOSOFIA

- 1.** O papel da Filosofia na formação integral e verticalizada nos Institutos Federais.
- 2.** A indissociabilidade entre o Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação na Filosofia.
- 3.** Função social da educação e da escola: diferentes abordagens. **4.** Mito e Filosofia: análise das visões de mundo, explorando fundamentos, funções e distinções. **5.** Investigação dos conceitos e estruturas filosóficas em Sócrates, Platão e Aristóteles.
- 6.** Exploração da questão do conhecimento: um estudo do racionalismo e do empirismo. **7.** Do senso comum ao saber científico: conhecimento e epistemologia.
- 8.** Kant e a Revolução Copernicana na Filosofia. **9.** Os fundamentos do contratualismo político e a legitimidade do poder nos estados modernos. **10.** Dialética, liberdade e autonomia no pensamento educacional de Paulo Freire.

FÍSICA - ENSINO DE FÍSICA

- 1.** O papel da Física na formação integral e verticalizada nos Institutos Federais. **2.** A indissociabilidade entre o Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação na Física. **3.** Leis de Newton e aplicações. **4.** Conservação da energia mecânica e aplicações. **5.** Gravitação Universal. **6.** Leis da Termodinâmica e aplicações. **7.** Eletromagnetismo e aplicações. **8.** Efeito fotoelétrico e aplicações. **9.** Estratégias didáticas e novas tecnologias utilizadas no Ensino de Física. **10.** Perspectivas de inovações no ensino de física no contexto escolar.

INFORMÁTICA - ANÁLISE, PROJETO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE

- 1.** O papel da Informática na formação integral e verticalizada nos Institutos Federais. **2.** A indissociabilidade entre o Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação na Informática. **3.** Desenvolvimento Web com *frameworks* modernos. **4.** Desenvolvimento de sistemas baseado em microserviços. **5.** Desenvolvimento de APIs RESTful: conceitos e práticas. **6.** Programação para dispositivos móveis: definições, infraestrutura, serviços, tipos de aplicações móveis. **7.** Integração Contínua e Entrega Contínua (CI/CD) no desenvolvimento de *software*. **8.** DevOps: integração entre desenvolvimento e operações de *software*. **9.** Métricas e estratégias de garantia da qualidade no desenvolvimento de *software*. **10.** Estratégias e ferramentas de teste de *software*: conceitos, ferramentas e *frameworks*.

SOCIOLOGIA

- 1.** O papel da Sociologia na formação integral e verticalizada nos Institutos Federais. **2.** A indissociabilidade entre o Ensino, Extensão, Pesquisa e Inovação na Sociologia. **3.** O debate sobre o método nas ciências sociais à luz dos autores

clássicos da sociologia (Marx, Durkheim e Weber). **4.** A relação entre educação e o mundo do trabalho. **5.** O debate sobre gênero, diversidade e etnia no ambiente educacional. **6.** Estrutura e sistema na educação brasileira pela ótica da pedagogia histórico-crítica. **7.** Formação da Sociedade Brasileira na perspectiva da primeira geração de sociólogos brasileiros (Gilberto Freyre, Caio Prado Júnior e Sérgio Buarque de Holanda). **8.** Modelos de Estado no capitalismo moderno e sua relação com as políticas públicas educacionais do Brasil. **9.** Desenvolvimento, modernização e dualismo na agricultura brasileira. **10.** Movimentos sociais no campo, agricultura familiar e questões relacionadas à Reforma Agrária.

CÂMPUS CRISTALINA

ADMINISTRAÇÃO - GESTÃO DO AGRONEGÓCIO

1. Administração Rural: cadeias produtivas. **2.** Gestão de projetos rurais, inovação e empreendedorismo no agronegócio. **3.** Planejamento e agregação de valor nos empreendimentos rurais. **4.** Composto de marketing e mercado internacional do agronegócio. **5.** Associativismo e cooperativismo na agricultura familiar. **6.** Análise de custos das empresas agroindustriais. **7.** Macroeconomia aplicada à gestão de *commodities* agrícolas. **8.** Políticas governamentais aplicadas ao agronegócio. **9.** Sistemas de informação e processo decisório no agronegócio. **10.** Gestão da cadeia de suprimentos agrícolas.

AGRONOMIA 1 - FRUTICULTURA / OLERICULTURA / FLORICULTURA / PAISAGISMO / PLANTAS MEDICINAIS / PRODUÇÃO DE SEMENTES

1. Sistemas de produção de hortaliças. **2.** Comercialização e rastreabilidade de hortícolas. **3.** Beneficiamento e armazenamento de sementes. **4.** Aspectos gerais do cultivo de plantas medicinais. **5.** O papel regional e nacional da horticultura na agricultura convencional e familiar. **6.** Sistema de Produção de plantas alimentícias não convencionais – PANCs. **7.** Propagação assexuada de frutíferas. **8.** Análise de sementes: testes de germinação e vigor. **9.** Fatores internos (relativo à planta) e externos (ou ambientais) na conservação pós-colheita. **10.** Principais tipos de plantas ornamentais e sistemas de produção.

AGRONOMIA 2 - SILVICULTURA / CULTURAS PERENES / PERÍCIA / LEGISLAÇÃO AMBIENTAL E AGRÁRIA / AGROECOLOGIA

1. Legislação da produção e comercialização de espécies florestais no Brasil. **2.** Avaliação de impacto ambiental. **3.** Perícia ambiental criminal. **4.** Princípios básicos de agroecossistema sustentável. **5.** Políticas agrícolas e ambientais. **6.** Fundamentos da agroecologia. **7.** Ecofisiologia de culturas perenes. **8.** Sistemas Agroflorestais: composição e arranjo. **9.** Código florestal. **10.** Inventário florestal.

BIOLOGIA - BIOLOGIA GERAL / ECOLOGIA / GESTÃO AMBIENTAL / ZOOLOGIA / ENSINO DE BIOLOGIA

1. Fluxo de energia e matéria nos ecossistemas. 2. Ecologia de populações e comunidades. 3. Biodiversidade e Conservação. 4. Mudanças climáticas e impactos ecológicos. 5. Base legal e institucional para gestão ambiental. 6. Instrumentos de gestão ambiental e sua implementação. 7. Características gerais e adaptativas, morfofisiologia e reprodução dos invertebrados. 8. Ecologia nos sistemas agrícolas. 9. Características gerais e adaptativas, morfofisiologia e reprodução dos vertebrados. 10. A Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica brasileira.

ECONOMIA - ECONOMIA GERAL / ECONOMIA RURAL E AGRÍCOLA / ECONOMIA APLICADA AO AGRONEGÓCIO / ECONOMIA EMPRESARIAL E ORGANIZAÇÃO / AGROINDUSTRIAL / ECONOMETRIA E ESTATÍSTICA ECONÔMICA

1. Formação econômica brasileira. 2. Oferta, demanda, equilíbrio de mercado e elasticidades. 3. Estruturas de mercado e formação de preços na teoria microeconômica. 4. Teoria da firma: aplicação das teorias da produção, custos e rendimentos em sistemas de produção agropecuária. 5. Economia Agroindustrial: sistemas agroindustriais. 6. Comercialização agrícola e do agronegócio: ferramentas de comercialização das *commodities* agrícolas. 7. Economia solidária: associativismo, cooperativismo e extensão rural. 8. Moeda, taxa de juros, inflação e os reflexos diretos e indiretos no agronegócio brasileiro. 9. Economia do meio ambiente: sustentabilidade no agronegócio. 10. Política Agrícola: plano de safra e código florestal.

HISTÓRIA - HISTÓRIA / HUMANIDADES

1. Mito e Filosofia: análise das visões de mundo, explorando fundamentos, funções e distinções. 2. A arte renascentista europeia e a construção da sensibilidade burguesa. 3. Processos revolucionários da modernidade: França e Inglaterra, o pensamento burguês chega ao poder. 4. Brasil Colônia (1500 - 1822): escravizados e religiosidade. 5. História dos povos indígenas e a formação sociocultural brasileira. 6. II Reinado (1840 - 1889): a questão da mão de-obra, da proibição da escravidão aos imigrantes. 7. Análise do Racismo e sua Influência na Construção da Identidade Nacional Brasileira. 8. Estado, sociedade e cultura na transição da Primeira República à Era Vargas. 9. Ditadura militar brasileira (1964 - 1985): autoritarismo e democracia em debate. 10. As vanguardas artísticas europeias e suas relações com as transformações histórico-sociais do início do século XX.

INFORMÁTICA 1- DESENVOLVIMENTO WEB / BANCO DE DADOS / ENGENHARIA DE SOFTWARE

1. Lógica de programação. 2. Programação orientada a objetos. 3. Estrutura de

Dados: ponteiros, registros, listas, pilhas, filas e árvores binárias. **4.** Modelagem de sistemas. **5.** Sistemas de Banco de Dados. **6.** Bancos de dados relacionais vs não relacionais. **7.** Programação Desktop. **8.** Programação para Web. **9.** Desenvolvimento para dispositivos móveis. **10.** Gerência de projetos.

INFORMÁTICA 2 - AUTOMAÇÃO E CONTROLE / INTERNET DAS COISAS / INTELIGÊNCIA

ARTIFICIAL

1. Lógica e algoritmos de programação: Linguagens C e Python. **2.** Sistemas embarcados, microprocessadores e microcontroladores. **3.** Controle de processos. **4.** Controladores lógicos programáveis. **5.** Eletrônica Digital. **6.** Redes de computadores. **7.** *Hardware*: Manutenção e suporte de computadores. **8.** Modelos de aprendizado de máquina. **9.** Desenvolvimento de protótipos 3D. **10.** Robótica.

LINGUAGENS 1 - LÍNGUA PORTUGUESA /

LITERATURA

1. Estratégias para formação de leitores literários em sala de aula. **2.** Marcadores discursivos em Língua Portuguesa. **3.** A prática da retextualização em diversos gêneros textuais. **4.** O ensino de português para fins específicos no contexto da educação técnica e tecnológica. **5.** O uso das novas tecnologias para o ensino de Língua Portuguesa. **6.** A variação linguística com ênfase na norma culta da Língua Portuguesa. **7.** Preconceito linguístico e literatura brasileira. **8.** O ensino de Língua Portuguesa e oralidade: marcas de oralidade do texto. **9.** Argumentação e o ensino de produção textual nas aulas de português. **10.** Estratégias para produção textual coerente e coesiva em sala de aula.

LINGUAGENS 2 - LÍNGUA PORTUGUESA / LITERATURA / LÍNGUA INGLESA

1. Intertextualidade e escrita: prática, ensino e processos de reescrita. **2.** Concepções de Leitura e a formação de leitores competentes em Língua Portuguesa. **3.** Concepções de linguagem e suas implicações na leitura e produção textual. **4.** Literatura e leitura na escola: textos literários e não literários e suas especificações. **5.** O ensino de gêneros textuais na educação profissional. **6.** The teaching and learning of English as a foreign language: cultural and sociolinguistic aspects. **7.** Methods, approaches and techniques for teaching and learning the four skills of English as a foreign language. **8.** The use of Information and Communication Technologies in the teaching and learning process of English as a foreign language in Technical Technological High School Context. **9.** English academic writing and reading strategies for High School Context, undergraduate and graduate students. **10.** Text Genres in English Teaching.

MATEMÁTICA / ESTATÍSTICA

1. Geometria Analítica: Equações da reta, círculos e elipses. **2.** Funções: diversos tipos de funções (lineares, quadráticas, polinomiais, exponenciais, logarítmicas) e suas propriedades. **3.** Leis de Seno e Cosseno: leis de seno e cosseno e sua aplicação

em triângulos quaisquer. **4.** Sistemas Lineares: sistemas lineares usando métodos algébricos e matriciais. **5.** Probabilidade: domínio teórico da probabilidade, incluindo conceitos fundamentais e modelos probabilísticos. **6.** Medidas de Tendência Central e Medida de Dispersão: domínio teórico das medidas de tendência central (média, mediana, moda) e de dispersão (variância, desvio padrão). **7.** Derivada e aplicações: conhecimento completo sobre conceitos de derivadas e suas aplicações físicas e geométricas. **8.** Integral e aplicações: entendimento das integrais e suas técnicas de cálculo, bem como aplicações práticas. **9.** Transformações Lineares: compreensão das transformações lineares e suas representações matriciais. **10.** Números Complexos e Polinômios: domínio teórico dos números complexos e sua operação, além da análise e resolução de polinômios.

CÂMPUS IPAMERI

ADMINISTRAÇÃO - TEORIA GERAL DA ADMINISTRAÇÃO / ADMINISTRAÇÃO DA PRODUÇÃO E OPERAÇÕES / RECURSOS HUMANOS / ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA / ADMINISTRAÇÃO MERCADOLÓGICA / ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E CONTABILIDADE APLICADA À ADMINISTRAÇÃO

1. Teoria Geral da Administração: história e tendências. **2.** Administração da Produção: Planejamento e Controle da Produção (PCP). **3.** Administração Financeira: avaliação de investimento e decisões de investimentos em condições de risco. **4.** Código de Defesa do Consumidor no contexto da administração. **5.** Matemática Financeira: série de pagamento uniforme antecipado e postecipado. **6.** Marketing Estratégico: segmentação e posicionamento. **7.** Gestão com Pessoas: diversidade e inclusão nas organizações. **8.** Princípios básicos da Administração Pública. **9.** Contabilidade de Custos: ABC. **10.** Arquitetura Organizacional e seus tipos.

LINGUAGENS - LÍNGUA PORTUGUESA / LÍNGUA

INGLESA

1. Contribuições das novas tecnologias para a leitura e a interpretação de texto na sala de aula. **2.** Variação e preconceito linguístico no ensino de língua materna. **3.** Produção de textos: argumentação, autoria e avaliação. **4.** Primeira geração romântica da literatura brasileira: o indianismo na prosa e na poesia. **5.** O modernismo brasileiro: influências e sua consolidação. **6.** Teaching English through genres. **7.** Theories of literacy in the English teaching and learning process. **8.** English for specific purpose in the context of globalization. **9.** English literature: short stories by Edgar Allan Poe in the classroom. **10.** Gramatical approach for reading comprehension.

MATEMÁTICA

1. Matemática financeira - Juros compostos e amortização: contextos e aplicações. **2.** Geometria analítica - Seções cônicas (circunferências e elipses): contextos e

aplicações. **3.** Funções logarítmicas: contextos e aplicações. **4.** Cálculo integrais: contextos e aplicações. **5.** O papel das Teorias de Aprendizagem no ensino de matemática. **6.** Geometria espacial - Corpos redondos (cone, cilindro e esfera): contextos e aplicações. **7.** Estatística - Medidas de tendência central e de dispersão: contextos e aplicações. **8.** Função trigonométrica - Função seno: contextos e aplicações com uso de tecnologias digitais. **9.** Análise combinatória - Combinação e arranjo: contextos e aplicações. **10.** Probabilidade - Dependente, independente e condicional: contextos e aplicações.

CÂMPUS IPORÁ

AGRONOMIA - FITOPATOLOGIA / MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA / TECNOLOGIA DE APLICAÇÃO

1. Agentes causais de doenças de plantas. **2.** Ciclo das relações patógeno-hospedeiro. **3.** Epidemiologia de doenças de plantas. **4.** Controle químico de doenças de plantas e resistência a fungicidas. **5.** Controle integrado de doenças de plantas. **6.** Grupos de doenças de plantas de I a VI (Classificação de McNew). **7.** Interação planta-microrganismo do solo: fixação biológica de nitrogênio. **8.** Microbiota do solo e suas relações com as plantas cultivadas. **9.** Estratégias para a definição dos parâmetros da aplicação. **10.** Inovações em aplicações aéreas de soluções contendo defensivos químicos, fertilizantes e herbicidas em lavouras.

LINGUAGENS - LÍNGUA PORTUGUESA / LÍNGUA

INGLESA

1. Os gêneros textuais/discursivos e sua abordagem no ensino de Língua Portuguesa na educação profissional de nível médio: oralidade, leitura e escrita. **2.** Textualidade e Escrita: prática, ensino e correção. **3.** A construção de sentido no texto. **4.** Ensino de variações linguísticas. **5.** Concepções de leitura e a formação de leitores competentes em Língua Portuguesa. **6.** Teaching grammar in The English language classroom. **7.** Teaching with different methodologies and approaches in the English language classroom. **8.** Language learning and assessment. **9.** Teaching listening in the English language classroom. **10.** Digital Technologies and English Language Teaching.

SOCIOLOGIA

1. Ação e Estrutura em Sociologia. **2.** Religiosidade, cultura e política. **3.** Trabalho, classes sociais e interseccionalidades. **4.** Corpo, gênero e diferença. **5.** Ética ambiental e sociologia rural. **6.** O pensamento sociológico no Brasil. **7.** Ação coletiva e movimentos sociais. **8.** Conflito social e violência. **9.** Etnicidades, raça e racismo. **10.** As transformações do urbano no Brasil.

CÂMPUS MORRINHOS

SOCIOLOGIA - HUMANIDADES

1. A função do Estado na sociedade capitalista segundo a teoria da sociedade de

Karl Marx. **2.** Teoria e método sociológico: o pensamento de Émile Durkheim e Max Weber. **3.** A importância da internet na construção dos movimentos sociais contemporâneos. **4.** Neoliberalismo e reestruturação produtiva nos países de capitalismo central e capitalismo periférico. **5.** Cultura, identidade e diversidade no pensamento sociológico brasileiro: formação e tendências atuais. **6.** A questão da terra e a sociologia rural brasileira. **7.** O trabalho na sociedade capitalista brasileira: séculos XX e XXI. **8.** Autoritarismo e democracia no Brasil: Reflexões do Pensamento Social Brasileiro. **9.** Estruturalismo e pós-estruturalismo e suas contribuições para o pensamento sociológico contemporâneo. **10.** A crise do capitalismo e os movimentos sociais nos anos 1960.

LINGUAGENS - LÍNGUA PORTUGUESA / LÍNGUA INGLESA

1. Concepções de língua, linguagem e ensino. **2.** Estratégias para o ensino da escrita. **3.** Ensino de Literatura Africana: autorias afro-brasileiras. **4.** Desdobramentos dos movimentos de vanguardas europeias no Modernismo brasileiro. **5.** Abordagens da gramática normativa na sala de aula. **6.** The use of active methodologies in teaching the English language. **7.** Teaching the English language and the use of textual genres. **8.** The use of literary texts in teaching English. **9.** English language teaching and ethnic-racial relations. **10.** Social practice and English teaching through authentic materials.

QUÍMICA - FÍSICO-QUÍMICA (TERMODINÂMICA / CINÉTICA / ELETROQUÍMICA) **1.** Propriedade dos Gases. **2.** Termodinâmica: a primeira lei. **3.** Termoquímica: transformações físicas. **4.** Termodinâmica: a segunda lei. **5.** Equilíbrio de fases. **6.** Propriedades das misturas. **7.** Equilíbrio químico. **8.** Eletroquímica. **9.** Velocidade das reações químicas. **10.** Teoria Quântica.

CÂMPUS POSSE

ADMINISTRAÇÃO

1. Teoria Geral da Administração: A evolução do pensamento administrativo. **2.** Administração de materiais e logística: sistema de gerenciamento da cadeia de suprimentos. **3.** Administração financeira de curto prazo: capital de giro e planejamento financeiro. **4.** Administração pública: modelos de gestão pública. **5.** Administração de produção e operações: diferenciação dos sistemas produtivos. **6.** Legislação empresarial: noções gerais sobre Direito Empresarial. **7.** Empreendedorismo: visão global do plano de negócios. **8.** Marketing e a administração dos compostos mercadológicos. **9.** Administração estratégica: modelo analítico de análise da indústria. **10.** Administração de recursos humanos e desafios na gestão de pessoas.

BIOLOGIA I - BIOLOGIA GERAL / BIOLOGIA CELULAR/ BIOLOGIA MOLECULAR/ MICROBIOLOGIA

1. Origem, evolução e discriminação de células procarióticas e eucarióticas. 2. Caracterização dos processos de ciclo celular em células somáticas e reprodutivas. 3. Estrutura, função, mecanismos de replicação e reparo do DNA. 4. Estrutura, taxonomia e multiplicação dos vírus. 5. Metabolismo e genética bacteriana. 6. Caracterização e diferenciação de grupos de fungos. 7. Organismos unicelulares e eucariontes: ecologia e aplicações. 8. Ecologia e interação de microrganismos e demais seres vivos. 9. Bactérias e aplicações agroindustriais. 10. Histórico, definições e perspectivas futuras para o uso dos bioinsumos.

BIOLOGIA II - BIOLOGIA GERAL / ZOOLOGIA / FISIOLOGIA ANIMAL / ANATOMIA ANIMAL / ENSINO DE BIOLOGIA

1. Tecidos: epitelial, conjuntivo, cartilaginoso, ósseo, sangue, nervoso e muscular. 2. Desenvolvimento embrionário dos principais grupos de metazoários. 3. Diversidade reprodutiva, anatômica e fisiológica dos invertebrados. 4. Morfologia, sistemática e ecologia dos invertebrados. 5. Morfologia, sistemática e ecologia dos vertebrados. 6. Fisiologia comparada dos sistemas circulatório, respiratório, digestório e excretor dos vertebrados. 7. Anatomia, estrutura e função dos diferentes sistemas de órgãos de vertebrados. 8. A formação inicial e continuada de professores. O uso da pesquisa no ensino de biologia. A articulação entre a epistemologia da ciência e as dimensões da práxis docente. 9. Propostas metodológicas atuais e curriculares, materiais didáticos e práticas de ensino para o ensino de ciências e biologia. 10. O significado, as funções e os diferentes níveis de planejamento e avaliação no ensino de ciências e biologia. Diagnóstico do ensino-aprendizagem.

BIOLOGIA III - BIOLOGIA GERAL/ BOTÂNICA / ECOLOGIA

1. Histórico, definições e princípios da Ecologia. 2. Relação entre os biomas brasileiros com os biomas globais: principais características climáticas, edáficas e biológicas. 3. Interações intraespecíficas e interespecíficas em plantas. 4. Componentes, processos e conservação dos ecossistemas. 5. A evolução da autotrofia pela luz: de bactérias a plantas. 6. As principais apomorfias e a sistemática de antófitas. 7. Plantas avasculares e plantas vasculares sem semente: taxonomia, morfologia e ciclos de vida. 8. Morfologia e função da raiz, do caule, do fruto e da semente de Angiospermas. 9. Aspectos taxonômicos da folha e da flor de Angiospermas. 10. Caracterização anatômica e processos ligados aos tecidos comumente encontrados em caules de Angiospermas.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS

1. Contabilidade Geral: estática patrimonial - o balanço. 2. Contabilidade gerencial: demonstrações financeiras e relatórios contábeis. 3. Contabilidade de custos: terminologia e principais métodos de custeio. 4. Análise das demonstrações financeiras: análises vertical e horizontal. 5. Contabilidade financeira: análise através dos índices. 6. Contabilidade fiscal: planejamento tributário nos âmbitos

federal, estadual e municipal. **7.** Metodologias de tributação do Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas. **8.** Processo de constituição de empresas: constituição da empresa comercial. **9.** Rotinas de departamento pessoal. **10.** Controladoria: controle de custos e despesas.

EDUCAÇÃO FÍSICA - EDUCAÇÃO FÍSICA / LUTAS / ACADEMIA / RECREAÇÃO E LAZER

1. Educação Física, saúde e qualidade de vida. **2.** Transformações metodológicas e epistemológicas no ensino da Educação Física. **3.** Práticas corporais de aventura e seu uso na escola. **4.** Fundamentos pedagógicos do esporte escolar. **5.** Jogos e brinquedos populares e as suas relações com os movimentos ligados a Educação Física escolar. **6.** As relações étnico raciais e a Educação Física escolar. **7.** Reflexões pedagógicas sobre a relação Educação, Educação Física e Sociedade. **8.** Corpo sujeito e corpo objeto na Educação Física. **9.** A capoeira, o jogo, a dança, a ginástica, as lutas e os esportes como conteúdos da Educação Física escolar. **10.** A dança folclórica e popular como conteúdo da Educação Física.

INFORMÁTICA

1. Sistemas Operacionais: sistemas de arquivo, gerenciamento de dispositivos, gerenciamento de memória e gerenciamento de processos. **2.** Gestão de Projetos: PMBOK, PMO, ITIL. **3.** Banco de Dados: bancos de dados relacionais, não-relacionais e sistemas de gerenciamento de banco de dados (SGBD) e transações. **4.** Segurança da Informação: criptografia simétrica e assimétrica, chaves públicas e privadas, algoritmos de segurança. **5.** Desenvolvimento Web: tecnologias *front-end* e *back-end*. **6.** Programação Orientada a Objetos: classes e objetos, encapsulamento, herança e polimorfismo. **7.** Estruturas de Dados: listas, pilhas, filas e *arrays*. **8.** Engenharia de *Software*: IHC, análise de sistemas, diagramação UML e qualidade de *software*. **9.** Sistemas de Informação e Teoria de Sistemas: Sistemas de apoio à decisão. Comércio eletrônico. Segurança e questões éticas em sistemas de informação. **10.** Tecnologia e Inovação da Gestão: fontes de inovação na empresa e formas de acesso à inovação. Estrutura organizacional inovadora.

LINGUAGENS - LÍNGUA PORTUGUESA/LÍNGUA INGLESA/LITERATURA BRASILEIRA

1. O ensino de gramática da Língua Portuguesa e a construção da textualidade e dos efeitos de sentido. **2.** Leitura e produção de texto: a constituição dos diferentes gêneros textuais/discursivos e o ensino de língua no contexto técnico e tecnológico do Ensino Médio. **3.** O ensino da literatura no Ensino Médio Técnico e Tecnológico e a formação do leitor crítico. **4.** Linguagem e tecnologia: possibilidades para o ensino de Língua Portuguesa no contexto do Ensino Médio Técnico e Tecnológico. **5.** O ensino de língua portuguesa na perspectiva sociolinguística: língua, linguagem, discurso, funções da linguagem. **6.** The integrated teaching skills in classes of English as a foreign language in a Technical Technological High School context. **7.** English language and its literatures: approach possibilities of different modes and processes of

comprehension and production of literary texts in Technical Technological High School Context. **8.** English classes: the use of Technologies as a process of teaching and learning languages. **9.** Theories of acquisition and learning of foreign language in the Technical Technological High School Context. **10.** English classes: from planning lessons to assessment in the Technical Technological High School Context.

ZOOTECNIA

1. Criação de suínos no sistema siscal. **2.** Biosseguridade na produção de suínos e aves. **3.** Manejo e utilização de dejetos com vista à sustentabilidade na produção animal. **4.** Manejo de poedeiras comerciais e matrizes. **5.** Nutrição e alimentação de peixes de água doce. **6.** Ambiência e bem-estar na produção intensiva confinada de suínos e aves. **7.** Exigência nutricional para ruminantes. **8.** Exigência nutricional para não-ruminantes. **9.** Desenvolvimento e seleção de linhagens avícolas com o objetivo de aprimorar caracteres econômicos, produtivos e sanitários. **10.** Nutrição de precisão na produção de suínos e aves.

CÂMPUS TRINDADE

ENGENHARIA CIVIL - HIDRÁULICA / RECURSOS HÍDRICOS / CONSTRUÇÃO CIVIL

1. Canteiro de obras sob a perspectiva da NR18. **2.** Movimento de terra e locação de obra: procedimentos e práticas. **3.** Fundações: tipos e métodos executivos. **4.** Estruturas: formas, armação e concreto. **5.** Alvenarias: tipos e métodos executivos. **6.** Impermeabilizações e pinturas: tipos e métodos de execução. **7.** Transporte aquaviário: embarcações, hidrovias e melhoramento de vias navegáveis. **8.** Precipitações: aspectos técnicos e estatísticos aplicados à engenharia. **9.** Conduitos forçados: escoamentos, seus efeitos e condições de dimensionamento. **10.** Conduitos livres: escoamentos e condições de dimensionamento de canais.

ENGENHARIA ELÉTRICA - SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA / GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA / TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA / DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA **1.** Subestações de energia elétrica. **2.** Fontes alternativas de energia. **3.** Geração de energia elétrica. **4.** Eficiência energética. **5.** Faltassimétricas e assimétricas. **6.** Fluxo de potência. **7.** Transmissão de energia elétrica. **8.** Distribuição de energia elétrica. **9.** Proteção de sistemas elétricos de potência. **10.** Geração distribuída de energia elétrica.

ENGENHARIA ELÉTRICA - MÁQUINAS ELÉTRICAS E DISPOSITIVOS DE POTÊNCIA / INSTALAÇÕES ELÉTRICAS PREDIAIS E INDUSTRIAIS / MEDIÇÃO, CONTROLE, CORREÇÃO E PROTEÇÃO DE SISTEMAS ELÉTRICOS DE POTÊNCIA / MEDIDAS ELÉTRICAS, MAGNÉTICAS E ELETRÔNICAS / INSTRUMENTAÇÃO

1. Conversão eletromecânica de energia. **2.** Transformadores. **3.** Máquinas síncronas. **4.** Máquinas assíncronas. **5.** Qualidade de energia. **6.** Sistemas de

aterramento elétrico. **7.** Sistemas de proteção contra descargas atmosféricas. **8.** Projeto de instalações elétricas industriais. **9.** Instrumentação em processos industriais. **10.** Medidas elétricas em sistemas polifásicos.

CÂMPUS URUTAI

AGRONOMIA – PLANTAS DANINHAS

1. Conceitos, mecanismos e manejo da resistência de plantas daninhas a herbicidas. **2.** Estratégias para controle preventivo, físico, mecânico e cultural de plantas daninhas de difícil controle em sistemas envolvendo soja e milho em condições do Cerrado Goiano. **3.** Biologia, manejo integrado e controle químico de vassourinha-de-botão no cultivo de soja no Cerrado. **4.** Biologia, manejo integrado e controle químico de capim pé-de-galinha em sistema de cultivo de soja e milho em segunda safra. **5.** Aspectos práticos da classificação, dinâmica ambiental, fisiológica, mecanismos de ação e seletividade de herbicidas. **6.** Herbicidas pré-emergentes para manejo de plantas daninhas de difícil controle em área de cultivo de soja com segunda safra de milho. **7.** Novas tecnologias para manejo de plantas daninhas nas culturas da soja, milho e sorgo. **8.** Regulagem e calibração de pulverizadores para aplicação de herbicidas em culturas anuais. **9.** Pesquisas práticas e experimentação com plantas daninhas. **10.** Aulas práticas de plantas daninhas para curso Técnico em Agropecuária e Agronomia.

EDUCAÇÃO FÍSICA 1 - INOVAÇÃO TECNOLÓGICA APLICADA ÀS CIÊNCIAS DA SAÚDE E AO ESPORTE / BIOESTATÍSTICA / EPIDEMIOLOGIA / BIOMECÂNICA / METODOLOGIA DOS ESPORTES COLETIVOS E ATLETISMO

1. Diversidade no Atletismo. Análise histórica dos processos de inclusão x exclusão dos diferentes grupos populacionais no atletismo. **2.** O atletismo e estilo de vida. A modalidade como ferramenta para aumentar os níveis de atividade física populacional. **3.** Aplicação prática dos conceitos de estatística descritiva no ambiente da Educação Física Escolar. Quais tipos de dados podem ser organizados? Quais os benefícios para a organização pedagógica das aulas? **4.** Distribuição Normal e medidas de dispersão. Conceitos, cálculos e aplicação na Educação Física. **5.** Estudos analíticos aplicados em Epidemiologia. Visão geral, aplicação à Educação Física e principais medidas dos estudos analíticos. **6.** Transição epidemiológica e o impacto na Educação Física. Histórico, avanços para a área, dificuldades ainda não superadas. **7.** Biomecânica do sistema ósseo. Princípios biomecânicos das cargas mecânicas sobre o desenvolvimento, remodelação, lesões, reparações e exercício físico. **8.** Biomecânica da coluna vertebral e o impacto das telas sobre a saúde estrutural da coluna. **9.** Inclusão através dos esportes coletivos. Metodologia de ensino para turmas com alunos com necessidades educacionais especiais. Uma proposta prática. **10.** Inovações Tecnológicas aplicadas à avaliação física, prescrição e acompanhamento direcionada à saúde.

EDUCAÇÃO FÍSICA 2 - GINÁSTICAS E VIVÊNCIAS CORPORAIS /

APRENDIZAGEM MOTORA E PSICOMOTRICIDADE / ESPORTES DE COMBATE E ARTES GUERREIRAS / ESTÁGIO EM PRÁTICAS CORPORAIS ADAPTADAS

1. Aspectos pedagógicos do ensino de ginástica na escola. Princípios e fundamentos, organização pedagógica e inclusão. 2. Desenvolvimento das valências físicas através da ginástica rítmica no ambiente não escolar. Organização didática do treinamento. 3. Preparação física geral e específica na ginástica artística. Objetivos, metodologia e avaliação. 4. Sistemas de classificação das habilidades motoras. Fundamentação e aplicação no ensino de modalidades esportivas individuais. 5. Fatores que interferem no ensino de habilidades motoras. Descrição e aplicação prática na ginástica. 6. Psicomotricidade no ambiente escolar como estratégia de valorização da Educação Física Infantil. Fundamentos, possibilidades e estratégias metodológicas. 7. Artes Guerreiras e possibilidades de intervenção na escola. Histórico, metodologia e educação para a diversidade. 8. Esportes de combate. Princípios fisiológicos, treinamento e inovação. 9. Atuação do profissional de Educação Física na Equoterapia: fundamentação legal, possibilidades e organização do trabalho pedagógico. 10. Práticas Corporais Adaptadas em Instituições de Longas Permanência para Idosos. Planejamento pedagógico e avaliação.

ENGENHARIA AGRÍCOLA - AGRICULTURA DIGITAL / AUTOMAÇÃO E ROBÓTICA APLICADA À AGRICULTURA / ELETRIFICAÇÃO E ENERGIZAÇÃO RURAL / MECANIZAÇÃO AGRÍCOLA E TOPOGRAFIA

1. Projeto e otimização de máquinas agrícolas. 2. Levantamento topográfico: planimetria, cálculo de áreas, nivelamento, posicionamento por satélites. 3. Topografia e geotecnologias na agricultura digital. 4. Projeto das instalações elétricas rurais. Planejamento da eletrificação rural. 5. Simulação de sistemas de automação utilizando ferramentas de *software*. 6. Uso de energia solar, eólica e biomassa na agricultura. 7. Uso de tecnologia de informação e comunicação na otimização da produção agrícola. 8. Uso de técnicas de análise de dados e aprendizado de máquina para melhorar a eficiência e a produtividade na agricultura. 9. Projeto e construção de estruturas agrícolas automatizadas, como silos graneleiros, estufas e galpões de armazenamento. 10. Aplicação de dispositivos IoT para monitoramento e controle de sistemas agrícolas.

GEOGRAFIA - GEOGRAFIA / GEOLOGIA / PALEONTOLOGIA

1. As categorias de análise atuais e os fundamentos teóricos-metodológicos do pensamento geográfico. 2. Cartografia temática; fundamentos e métodos de representação; uso e aplicação de novas tecnologias. 3. População mundial e no Brasil; cenário atual dos movimentos populacionais. 4. Espaço, sociedade e produção industrial no Brasil e no mundo. 5. Urbanização e metropolização no Brasil. 6. Modelo de desenvolvimento, matriz energética mundial e os desafios socioambientais. 7. Textura, composição, estruturas e classificação de rochas

sedimentares. **8.** As transformações terrestres: agentes, processo geológicos e ciclos geológicos. **9.** Distribuição do patrimônio fossilífero do Brasil. **10.** Extinções em massa: registro fóssil e eventos geológicos relacionados.

MEDICINA VETERINÁRIA 1 - MEDICINA VETERINÁRIA PREVENTIVA, COM ÊNFASE EM SUÍNOS E PEQUENOS RUMINANTES

1. Produção de suínos para a agricultura familiar. **2.** Desafios para a criação comercial de catetos e queixados. **3.** Implicações da expansão de suídeos selvagens para a suinocultura brasileira. **4.** Uso prudente e eficaz de antibióticos na suinocultura. **5.** Relação de bem-estar e lucratividade na suinocultura. **6.** Importância da saúde intestinal na criação de suínos. **7.** Biotecnologias aplicadas à produção suinícola. **8.** Monitoria sanitária de doenças respiratórias em suínos. **9.** Desafios sanitários na criação de pequenos ruminantes. **10.** Sistemas integrados sustentáveis na produção de pequenos ruminantes.

MEDICINA VETERINÁRIA 2 - CLÍNICA CIRÚRGICA

ANIMAL

1. Contenções para atendimentos clínico-cirúrgicos em ruminantes. **2.** Abordagem clínico-cirúrgica das feridas em ruminantes. **3.** Abordagem clínico-cirúrgica das fraturas em ruminantes. **4.** Abordagem clínico-cirúrgica das afecções podais em ruminantes. **5.** Abordagem clínico-cirúrgica do sistema geniturinário em ruminantes. **6.** Abordagem clínico-cirúrgica das afecções do sistema digestório em ruminantes. **7.** Considerações pré-cirúrgicas e anestésicas para atendimentos clínico-cirúrgicos em ruminantes. **8.** Abordagem clínico-cirúrgica das distocias em ruminantes. **9.** Estática fetal e manobras obstétricas em ruminantes. **10.** Abordagem clínico-cirúrgica em ruminantes neonatos.

NUTRIÇÃO 1 - NUTRIÇÃO E SAÚDE / NUTRIÇÃO

CLÍNICA

1. Terapia nutricional enteral e parenteral. **2.** Terapia nutricional na doença pulmonar obstrutiva crônica. **3.** Terapia nutricional na doença renal crônica. **4.** Terapia nutricional no portador de HIV/AIDS. **5.** Aspectos nutricionais nas desordens neurodegenerativas. **6.** Cuidados nutricionais nos pacientes críticos e pacientes pré e pós cirúrgico. **7.** Fatores nutricionais de risco e proteção nas doenças cardiovasculares. **8.** Terapia nutricional da hipertensão e dislipidemia. **9.** Parâmetros bioquímicos na desnutrição e sarcopenia. **10.** Semiologia e alterações metabólicas nas anemias.

NUTRIÇÃO 2 - NUTRIÇÃO E SAÚDE PÚBLICA / ALIMENTAÇÃO COLETIVA

1. Planejamento, execução e avaliação de cardápios. **2.** Teorias administrativas aplicadas à Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN). **3.** Planejamento físico-funcional e controle higiênico sanitário das Unidades de Alimentação e Nutrição (UAN). **4.** Políticas públicas de alimentação e nutrição no

Brasil. **5.** O nutricionista e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. **6.** Atenção Básica à Saúde e a atuação do nutricionista no Sistema Único de Saúde. **7.** A atuação do nutricionista baseada nos indicadores de saúde, alimentação e nutrição. **8.** Desnutrição, obesidade, síndrome metabólica e doenças crônicas não transmissíveis: atuação do nutricionista. **9.** A relação da nutrição com os Sistemas Alimentares Seguros e Sustentáveis. **10.** Rotulagem nutricional: legislação e importância para Educação Alimentar e Nutricional.

CÂMPUS RIO VERDE

ARTES - ENSINO DE ARTES

1. Patrimônio cultural material, imaterial e práticas culturais de diferentes contextos. **2.** A aplicação do estudo das linguagens artísticas no ensino e formação de professores. **3.** Relação entre linguagem e diferentes práticas culturais com ênfase na formação de professores e processos educativos. **4.** O uso da tecnologia no contexto das produções artísticas contemporâneas. **5.** Saberes interdisciplinares e transdisciplinares na formação de professores e ensino das artes. **6.** A pesquisa na formação de professores e na prática docente. **7.** Epistemologia da didática, metodologia de ensino e prática pedagógica. **8.** Estágio, formação de professores e processos de problematização e investigação da realidade da escola de educação básica. **9.** Concepções de educação, tendências pedagógicas atuais. **10.** A diversidade cultural das narrativas de histórias, memórias e de sensibilidades da educação indígena, educação do campo, educação quilombola.

EDITAL 06/2024

ANEXO V – FICHA DE AVALIAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS

1. Títulos Acadêmicos	Pontuação	Limites	Pontuação Máxima
1.1. Doutorado concluído em Programa reconhecido pela CAPES.	5,0 pontos por título	1 Título	5,0 pontos
1.2. Mestrado concluído em Programa reconhecido pela CAPES.	2,5 pontos por título	1 Título	2,5 pontos
1.3. Aluno regularmente matriculado em programa de doutorado reconhecido pela CAPES (0,2 pontos por semestre concluído -comprovados por meio de Histórico Escolar)	0,2 por semestre	6 semestres	1,2 pontos

1.4. Aluno regularmente matriculado em programa de mestrado reconhecido pela CAPES (0,2 pontos por semestre concluído - comprovados por meio de Histórico Escolar)	0,2 por semestre	4 semestres	0,8 pontos
1.5. Especialização ou Pós-Graduação lato sensu concluída.	0,6 por título	1 Título	0,6 pontos

I – TITULAÇÃO (MÁXIMO 5 PONTOS) ^{1.1, 1.2 e 1.5}

OBS: Os títulos referentes aos subitens 1.1, 1.2 e 1.5 não são cumulativos entre si.

2. Atividades de ensino, extensão, estágios e experiência profissional (serão pontuados apenas os últimos 5 anos)	Pontuação	Limites	Pontuação Máxima
2.1. Exercício do magistério em Instituição de Ensino Fundamental, Médio, Técnico ou Superior comprovado por meio de declaração do Dirigente da Instituição, contendo carga horária total de cada disciplina efetivamente ministrada.	0,15 pontos para cada 30 horas	Máximo 1.200 horas	6,0 pontos

2.2. Orientação de tese de doutorado aprovada, devidamente comprovada por cópia da folha de aprovação ou ata de defesa que contenha a assinatura da banca examinadora e do orientador.	0,9 pontos por tese orientada	Máximo de 10 orientações	9,0 pontos
2.3. Orientação de dissertação de mestrado, devidamente comprovada por cópia da folha de aprovação ou ata de defesa que contenha a assinatura da banca examinadora e do orientador.	0,7 pontos por dissertação orientada	Máximo de 10 orientações	7,0 pontos
2.4. Orientação de monografia de especialização aprovada, devidamente comprovada por cópia da folha de aprovação que contenha a assinatura da banca examinadora e do orientador.	0,1 pontos por monografia orientada	Máximo de 10 orientações	1,0 ponto
2.5. Orientação concluída de estudante em projeto de iniciação científica (PIBIC, PIBITI, PIVIC), em programa oficial da Instituição ou de órgãos de fomento	0,4 pontos por estudante orientado	Máximo de 10 estudantes	4,0 pontos

2.6. Orientação concluída de estudante em projeto de iniciação científica júnior, em programa oficial da Instituição ou de órgãos de fomento.	0,2 pontos por estudante orientado	Máximo de 10 estudantes	2,0 pontos
2.7. Orientação concluída de estudantes em projetos de PIBID, PET ou Projetos de Extensão, financiados por órgãos oficiais de fomento.	0,1 pontos por estudante orientado	Máximo de 10 estudantes	1,0 ponto
2.8. Participação em banca examinadora de dissertação de mestrado/tese de doutorado, devidamente comprovada por cópia da folha de aprovação ou ata de defesa.	0,2 pontos por banca	Máximo de 10 Bancas	2,0 pontos
2.9. Coordenação de projetos de ensino, pesquisa e/ou de extensão aprovado em agências de fomento.	0,1 pontos por projeto	Máximo de 5 projetos	0,5 pontos

2.10. Experiência profissional, exceto magistério, relacionada com a área do concurso em empresas públicas (ato de nomeação e exoneração) e/ou privadas (registro na carteira de trabalho – CNTPS)	0,15 pontos por ano ou fração superior a seis meses corridos	Máximo de 10 anos	1,5 pontos
--	--	-------------------	------------

3. Produção científica, técnica e cultural (Serão pontuados apenas os últimos 5 anos).	Pontuação	Limites	Pontuação Máxima
3.1. Autoria em carta patente concedida pelo INPI	0,4 pontos por patente	Máximo de 5 patentes	2,0 pontos
3.2. Autoria de patente com transferência de tecnologia	0,7 pontos por contrato	Máximo de 5 contratos	3,5 pontos

3.3. Autoria em registro de programa de computador concedido pelo INPI	0,2 pontos por registro	Máximo de 5 registros	1,0 ponto
3.4. Autoria em pedido de patente depositado no INPI	0,3 pontos por pedido depositado	Máximo de 5 pedidos depositados	1,5 pontos
3.5. Produto, processo ou serviço que tenha inovação tecnológica protegido por segredo industrial e/ou sem registro no INPI, mediante comprovação	0,5 pontos por tecnologia	Máximo de 5 tecnologias	2,5 pontos
3.6. Autoria ou coautoria em capítulo de livro publicado, com ISBN, por editora com corpo ou conselho editorial, e com depósito legal na Biblioteca Nacional	0,2 pontos por capítulo	Máximo de 10 capítulos	2,0 pontos

3.7. Autoria ou coautoria em livro publicado, com ISBN, por editora com corpo ou conselho editorial, e com depósito legal na Biblioteca Nacional.	0,35 pontos por livro	Máximo de 10 livros	3,5 pontos
3.8. Autoria ou coautoria de artigo científico ou nota científica publicados em periódico “Qualis” A1 – CAPES.	1,2 pontos por artigo	Máximo de 10 artigos	12,0 pontos
3.9. Autoria ou coautoria de artigo científico ou nota científica publicados em periódico “Qualis” A2 – CAPES.	1,0 ponto por artigo	Máximo de 10 artigos	10,0 pontos
3.10. Autoria ou coautoria de artigo científico ou nota científica publicados em periódico “Qualis” A3 – CAPES.	0,8 pontos por artigo	Máximo de 10 artigos	8,0 pontos
3.11. Autoria ou coautoria de artigo científico ou nota científica publicados em periódico “Qualis” A4 – CAPES.	0,6 pontos por artigo	Máximo de 10 artigos	6,0 pontos
3.12. Autoria ou coautoria de artigo científico ou nota científica publicados em periódico “Qualis” B1 – CAPES.	0,4 pontos por artigo	Máximo de 10 artigos	4,0 pontos

3.13. Autoria ou coautoria de artigo científico ou nota científica publicados em periódico “Qualis” B2 – CAPES.	0,2 pontos por artigo	Máximo de 10 artigos	2,0 pontos
3.14. Autoria ou coautoria de artigo científico ou nota científica publicados em periódico “Qualis” B3 – CAPES.	0,1 pontos por artigo	Máximo de 10 artigos	1,0 ponto
3.15. Autoria ou coautoria de artigo científico ou nota científica publicados em periódico “Qualis” B4 – CAPES.	0,08 pontos por artigo	Máximo de 10 artigos	0,8 pontos

3.16. Autoria ou coautoria de artigo científico ou nota científica publicados em periódico “Qualis” C – CAPES.	0,06 pontos por trabalho	Máximo de 10 trabalhos	0,6 pontos
3.17. Trabalho completo publicado em anais de Eventos, (mínimo de 5 páginas e contendo abstract).	0,03 pontos por trabalho	Máximo de 10 trabalhos	0,3 pontos
3.18. Resumo expandido publicado em anais de Eventos (mínimo de 2 páginas).	0,02 pontos por resumo	Máximo de 10 resumos	0,2 pontos
3.19. Resumo simples publicados em anais de Eventos.	0,01 pontos por resumo	Máximo de 10 resumos	0,1 pontos
PONTUAÇÃO MÁXIMA			100,0 pontos
<p>- Os documentos comprobatórios devem estar na mesma ordem dos itens que compõem o quadro acima.</p> <p>- Valerá a melhor classificação do periódico entre as diversas áreas, quando for o caso, observando-se o “Qualis” CAPES em vigor. - Artigos “no prelo” não serão considerados</p>			